

FIBRAN IBERIA REFORÇA A SUA LIDERANÇA FACE ÀS NOVAS REGRAS

O novo Regulamento (UE) 2024/3110 veio reforçar a exigência sobre a forma como os produtos de construção são documentados, validados e apresentados ao mercado. Nesta entrevista, DIOGO SOUSA MAGALHÃES, CEO da Fibran Iberia, explica como está a antecipar o novo CPR/RPC e a preparar-se para uma era de maior transparência, rastreabilidade e rigor informativo. |29

SANIPOWER: CRESCER COM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA

O Num setor em acelerada transformação, a Sanipower tem vindo a consolidar a sua posição no mercado nacional da climatização. Sob a liderança de AMÉRICO CAMPOS, a empresa aposta na expansão estruturada, na inovação contínua e no reforço da sua marca própria como pilares de um crescimento sustentado. |25

A PENSAR NO FUTURO DA ECONOMIA DO MAR

Conheça o plano anual de abertura de avisos para apresentação de candidaturas, os avisos que estão abertos, a legislação aplicável, as realizações e os resultados alcançados, os projetos de sucesso, enfim... saiba tudo sobre o programa em www.mar2030.pt. |20,21

PEDRO ALBERTO ESCADA

25 DE FEVEREIRO, O DIA INTERNACIONAL DO IMPLANTE COCLEAR

Ainda há um grande caminho a percorrer na implantação coclear em Portugal. Sendo que 90% a 95% dos doentes que podiam melhorar as suas vidas com um implante coclear por já não haver outra alternativa para melhorar a sua audição, não são implantados. |33

JOÃO JANUÁRIO

IMPLANTES COCLEARES: QUATRO DÉCADAS DE INOVAÇÃO QUE TRANSFORMAM A AUDIÇÃO

A história dos implantes cocleares é marcada por inovação, persistência científica e impacto profundo na vida de milhões de pessoas. |34

APRENDER A CUIDAR: O LAC COMO LABORATÓRIO DO FUTURO NA FORMAÇÃO MÉDICA

RICARDO TJENG, Coordenador Executivo do LaC - FCS/UBI, destaca o Laboratório de Competências (LaC) como espaço central na formação médica, integrando simulação e inovação pedagógica para preparar profissionais mais confiantes e capazes. |32

50 ANOS DE PODER LOCAL: MEMÓRIA, PRESENTE E FUTURO

SILVÉRIO REGALADO, Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território

As primeiras eleições autárquicas livres, realizadas em 1976, constituíram um dos momentos mais decisivos da consolidação da democracia portuguesa. Não se tratou apenas de escolher representantes locais: foi o início de um modelo de governação de proximidade que devolveu às comunidades a capacidade de decidir, planear e transformar o seu próprio território, que pôs termo ao afastamento entre o poder e os cidadãos. |03



O PODER LOCAL COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO EM PORTUGAL

PEDRO DIAS, Secretário de Estado do Desporto

No ano em que assinalamos os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em democracia, é incontornável reconhecer o papel que o Poder Local tem desempenhado na construção de um país mais coeso, mais próximo da comunidade e mais desenvolvido. Essa importância é evidente nas mais diversas áreas e, em particular, no Desporto enquanto motor de desenvolvimento do país. |03

CRESCER COM ALMA, VIVER COM QUALIDADE

JOÃO RODRIGUES inicia um novo ciclo à frente da Câmara de Braga com um desafio ambicioso: transformar o crescimento da cidade em oportunidades concretas para todos. Entre mobilidade mais fluida, habitação acessível e inovação para fixar talento, o objetivo é fazer de Braga uma cidade mais eficiente, humana e preparada para o futuro – onde cada bracarense sente que o quotidiano funciona e que a cidade cresce com equilíbrio. |04,05



BEJA EM TRANSFORMAÇÃO: PROJETOS E DESAFIOS DO CONCELHO

Para NUNO PALMA FERRO, Presidente da Câmara Municipal de Beja, as eleições de 2025 marcaram o início de um novo ciclo de liderança, centrado em desenvolvimento, coesão e modernização. |13



ALFACOOP: EDUCAR PARA O MUNDO, SENTIR PARA O FUTURO

SÉRGIO LINO, o presidente desta entidade fala num tempo de maturidade institucional: elevar o que foi construído a um novo patamar. Se há marca identitária nesta instituição, ela chama-se Educação 5.0. O conceito começou a ganhar forma em 2016, após um processo de reflexão interna sobre o futuro da escola. |36,37

PADEL FEMININO PORTUGUÊS: UMA NOVA ERA DE TALENTO E COMPETITIVIDADE

PATRÍCIA RIBEIRO - Em Portugal, o Padel feminino vive um momento de afirmação histórica. O crescimento da modalidade tem sido sustentado por referências de excelência: atualmente contamos com uma das melhores jogadoras do mundo (Sofia Araújo) e com outra atleta que foi decisiva para impulsionar a modalidade no nosso país (Ana Catarina Nogueira). |38



A ausência
também decide.

oikos.pt/irs



**SE NÃO ESCOLHER,
ALGUÉM ESCOLHE POR SI.
502 002 859**

CONSIGNE O SEU IRS

oikos
cooperação e desenvolvimento

50 ANOS DE PODER LOCAL: MEMÓRIA, PRESENTE E FUTURO



SILVÉRIO REGALADO

Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território

As primeiras eleições autárquicas livres, realizadas em 1976, constituíram um dos momentos mais decisivos da consolidação da democracia portuguesa.

Não se tratou apenas de escolher representantes locais: foi o início de um modelo de governação de proximidade que devolveu às comunidades a capacidade de decidir, planejar e transformar o seu próprio território, que pôs termo ao afastamento entre o poder e os cidadãos.

Ao longo de quase cinco décadas, o poder local democrático afirmou-se como um dos pilares mais sólidos do regime democrático. Foram as autarquias que garantiram serviços essenciais, promoveram a coesão territorial, investiram em infraestruturas básicas, valorizaram a cultura e o património e responderam, muitas vezes em primeira linha, às necessidades concretas das populações. A proximidade entre eleitos e cidadãos tornou a democracia mais tangível, quotidiana e exigente, reforçando a confiança nas instituições.

Assinalar os 50 anos das primeiras eleições autárquicas deve ser, por isso, mais do que um exercício de memória. É também um momento para olhar o presente e preparar o futuro.

O Governo assumiu este compromisso, quer através de um programa comemorativo a desenvolver, que pretende valorizar o papel histórico do poder local democrático, quer pela concretização de reformas estruturais essenciais ao seu fortalecimento.

A revisão da Lei das Finanças Locais, a atualização do Estatuto do Eleito Local e o combate decidido à burocracia são medidas que respondem a desafios antigos e reconhecidos. Procuram assegurar maior justiça, previsibilidade e autonomia, reforçando a capacidade de resposta das autarquias e valorizando o exercício do mandato local enquanto serviço público exigente e indispensável.

O poder local não é apenas uma dimensão administrativa do Estado. É uma conquista democrática viva, construída com responsabilidade e proximidade. Celebrar os seus 50 anos é reafirmar a convicção de que uma democracia mais forte se constrói, todos os dias, a partir dos territórios e das pessoas.

O PODER LOCAL COMO PILAR DO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO EM PORTUGAL



PEDRO DIAS

Secretário de Estado do Desporto

No ano em que assinalamos os 50 anos das primeiras eleições autárquicas em democracia, é incontornável reconhecer o papel que o Poder Local tem desempenhado na construção de um país mais coeso, mais próximo da comunidade e mais desenvolvido. Essa importância é evidente nas mais diversas áreas e, em particular, no Desporto enquanto motor de desenvolvimento do país.

As autarquias são um pilar fundamental na promoção da política desportiva, são elas que conhecem profundamente o território, a sua identidade, a sua história e a dinâmica das suas comunidades. Essa proximidade permite uma intervenção ajustada às reais necessidades da população, promovendo o acesso ao desporto de forma inclusiva, contínua e sustentável.

O desporto faz parte da cultura e da história das regiões. É um instrumento essencial de desenvolvimento do território, de promoção da saúde, de inclusão social e de formação cívica.

Ao longo destas cinco décadas, as autarquias têm assumido um papel primordial na promoção do Desporto através do apoio direto e indireto aos clubes, associações e coletividades, criando condições para que o desporto chegue a todos, através do investimento em infraestruturas desportivas ou na gestão de equipamentos.

O trabalho desenvolvido pelo Poder Local tem sido decisivo, também, no âmbito do desporto na escola.

A transferência progressiva de competências para as autarquias, nomeadamente na gestão dos equipamentos, de recursos humanos e no apoio às atividades desportivas nas escolas, reforçou a capacidade de resposta e a articulação entre educação e desporto, promovendo hábitos de vida ativa e saudável desde cedo.

A visão do Governo para a política desportiva nacional assenta numa parceria sólida com as autarquias. Elas são fundamentais para concretizar objetivos estratégicos como o aumento da prática desportiva ao longo da vida, com especial relevância para o aumento da prática desportiva entre as mulheres, da oferta desportiva para pessoas com deficiência e o reforço do desporto na escola, através de recursos humanos qualificados e programas de proximidade. Por fim, as autarquias desempenham ainda um papel essencial na promoção do território e no desenvolvimento do turismo associado ao desporto, valorizando eventos, valorizando o património natural e, com isso, promovem um impacto positivo na economia local.

Assim, celebrar os 50 anos das eleições autárquicas é celebrar e incentivar um poder local forte, próximo e decisivo para uma política desportiva mais justa, inclusiva e ambiciosa para Portugal.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA NAS AUTARQUIAS LOCAIS



PEDRO COSTA GONÇALVES

Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Um dos grandes desafios que enfrentam as autarquias locais reside na exigência de lidar com regulamentações jurídicas muito complexas e cuja aplicação deficiente pode ser fonte de responsabilidades dos decisores públicos e dos agentes que têm a incumbência de preparar as decisões daqueles.

A contratação pública é uma dessas regulamentações, acolhida essencialmente no Código dos Contratos Públicos. Apesar de, por todo o lado – desde logo no contexto da reforma das diretivas europeias –, se advogar a simplificação e a flexibilização das regras e dos procedimentos de compras públicas, impõe-se uma leitura realista, a qual, seguramente, vai conduzir à conclusão de que a simplificação e a flexibilização têm limites, impostos, em larga medida, pelos múltiplos objetivos que se quer atingir e pela multipolaridade de interesses que se cruzam nos procedimentos de contratação pública.

Numa regulamentação que pretende garantir compras com uma adequada relação preço-qualidade, e ao mesmo tempo prosseguir objetivos de desenvolvimento sustentável, nos planos social e ambiental, de promoção da inovação ou de segurança económica, tudo isso protegido em procedimentos que devem assegurar a igualdade de oportunidades das empresas e promover a competição comercial entre elas, a transparência e a publicidade, numa regulamentação assim, advinham-se as dificuldades do respetivo aplicador. E intui-se que, sem o sacrifício de alguns desses valores, interesses e princípios não é possível uma regulamentação simples, nem de simples e pacífica aplicação: não se esqueça que nos procedimentos competitivos de contratação pública, há um concorrente que ganha, todos os outros perdem. A capacidade de enfrentar este cenário de dificuldades apresenta-se mais desafiante quanto menor ou menos apetrechada for a entidade adjudicante. É precisamente neste ponto que importa deixar um alerta para as autarquias locais, que aqui se expressa na forma de um incentivo para apostarem na profissionalização e especialização dos seus trabalhadores com funções no setor das compras públicas. Em rigor, neste âmbito, não deve pensar-se apenas em especializar trabalhadores no conhecimento e no bom manejo das regras aplicáveis. Além deste aspeto, naturalmente essencial, a especialização deve também ser pensada para conduzir a “boas compras públicas”, a compras que alcancem o melhor valor na utilização dos recursos públicos. Para a realização deste objetivo, exige-se agentes preparados para começarem por fazer a identificação correta das necessidades a satisfazer com o serviço ou produto a adquirir, e, para, a seguir, definirem o objeto a comprar com especificações rigorosas, que respondam de forma satisfatória à necessidade identificada. Claro que isto vale para todas as entidades adjudicantes, e não apenas para as autarquias locais. Mas, para estas, e, sobretudo, para as mais pequenas e menos apetrechadas de recursos, a formação de agentes de contratação pública qualificados é essencial.

Num tempo em que o “comprar em vez de fazer” é o normal de todas as administrações públicas, impõe-se desenvolver a “função pública de compra” com inteligência e com conhecimento.

CRESCER COM ALMA, VIVER COM QUALIDADE



JOÃO RODRIGUES
Presidente da Câmara
Municipal de Braga

JOÃO RODRIGUES inicia um novo ciclo à frente da Câmara de Braga com um desafio ambicioso: transformar o crescimento da cidade em oportunidades concretas para todos. Entre mobilidade mais fluida, habitação acessível e inovação para fixar talento, o objetivo é fazer de Braga uma cidade mais eficiente, humana e preparada para o futuro – onde cada bracarense sente que o quotidiano funciona e que a cidade cresce com equilíbrio.

Inicia um novo ciclo autárquico num momento decisivo para Braga. Que prioridades definiu para este mandato e que transformação estrutural quer ver concretizada até ao seu final?

Braga está num ponto de viragem: cresceu muito, atraiu investimento, talento e novas famílias, mas esse sucesso trouxe também pressões claras no quotidiano, sobretudo na mobilidade e na habitação. É por isso que as prioridades deste mandato são diretas e mensuráveis: melhorar a mobilidade, aumentar a oferta de habitação e reforçar a capacidade de execução do Município. Mobilidade, porque não podemos normalizar a ideia de que perder tempo no trânsito faz parte de viver numa cidade dinâmica. Habitação, porque, se Braga não conseguir dar resposta a quem quer cá viver e trabalhar, vai começar a expulsar precisamente aqueles de quem mais precisa: jovens, famílias e população qualificada. E boa administração, porque uma Câmara que demora, que complica e que não coordena bem perde eficácia, aumenta custos e atrasa soluções.

A transformação estrutural que quero ver consolidada até ao final do mandato é Braga ganhar uma base sólida para crescer com equilíbrio: um PDM que aumente capacidade e previsibilidade, infraestruturas estruturantes em execução e uma administração municipal mais moderna, mais transparente e mais orientada para resultados. No fundo, criar condições para que o crescimento deixe de ser sinónimo de pressão e passe a ser sinónimo de qualidade de vida.

A variante circular é apresentada como um projeto capaz de revolucionar a mobilidade da cidade. Em termos práticos, o que vai mudar no quotidiano dos bracarenses quando esta infraestrutura estiver concluída?

Muda o básico, mas, precisamente por isso, o essencial: menos trânsito, menos tempo perdido e mais previsibilidade nas deslocações.

O município tem de facilitar investimento, aproximar universidade e empresas, apoiar empreendedorismo e promover Braga lá fora com um objetivo claro: atrair oportunidades e transformar atração em fixação.

E há outro efeito muito concreto: ao retirar o tráfego de atravessamento do miolo urbano, a cidade torna-se mais segura e o transporte público ganha condições para funcionar melhor.

De que forma esta nova rede de mobilidade se integra numa visão mais ampla de Braga enquanto cidade sustentável, inteligente e preparada para os desafios climáticos?

Integra-se porque a mobilidade é a “coluna vertebral” de uma cidade sustentável. Uma cidade congestionada é uma cidade que desperdiça energia, que emite mais, que vive com mais ruído e mais stress, e que acaba por ter menos capacidade de resposta em momentos críticos. Quando se cria uma rede que organiza fluxos e separa o tráfego de atravessamento do tráfego local, está-se a tornar a cidade mais eficiente e mais resiliente.

Depois, há a dimensão de cidade inteligente: não é um conceito abstrato. É planejar melhor, medir e decidir melhor, para gastar menos tempo e menos energia no quotidiano e responder com mais rapidez quando há episódios extremos.

Braga tem vivido um crescimento demográfico e económico significativo. Como concilia desenvolvimento urbano com qualidade de vida, coesão social e sustentabilidade ambiental?

Com planeamento e com escolhas. O que eu não quero para Braga é um crescimento que acontece “onde calha”, empurrado por pressão de mercado e sem infraestruturas a acompanhar. Isso cria desigualdades, degrada a qualidade urbana e, no médio prazo, fragiliza a própria atratividade da cidade.

Concilia-se quando o planeamento dá previsibilidade, define onde faz sentido crescer, protege o que deve ser protegido e cria capacidade suficiente para evitar uma cidade em permanente escassez. Concilia-se quando o crescimento vem acompanhado de investimento em mobilidade, espaço público, equipamentos coletivos e redes essenciais. E concilia-se quando existe uma política ativa de coesão: garantir que o concelho todo acompanha, que não há freguesias esquecidas e que os serviços públicos, a cultura, o desporto e a resposta social chegam a toda a gente.

Em resumo: crescer, sim, mas crescer com equilíbrio e, sobretudo, qualidade. Braga pode continuar a ser ambiciosa e, ao mesmo tempo, mais humana e mais sustentável.



Sé Catedral de Braga.



Santuário do Bom Jesus de Braga.

A habitação é hoje um dos principais fatores de pressão sobre as cidades médias. Que respostas concretas prevê para garantir acesso à habitação, sobretudo para jovens e famílias da classe média?

A habitação é a questão central do nosso tempo, e é importante dizer isto com clareza: não se resolve com um anúncio; resolve-se com volume, consistência e tempo. Mas há decisões que podemos tomar já.

A primeira é aumentar a oferta, porque, sem oferta suficiente, os preços sobem. Ponto. E aqui é importante sublinhar um marco: Braga aprovou um novo PDM que reforça a capacidade do concelho para responder à procura, com mais 1.500 hectares de área urbana destinados a habitação e a áreas de atividades económicas. Isto dá previsibilidade, cria condições para investir com regras claras e, acima de tudo, combate a escassez que tem alimentado a subida de preços. É um caso único no país. Não resolve tudo de um dia para o outro, mas muda o jogo e permite enfrentar o problema pela raiz.

A segunda é o Município assumir um papel ativo com habitação a custos controlados e arrendamento acessível, direcionado para jovens, famílias e classe média trabalhadora, que hoje fica muitas vezes num “vazio”: ganha demais para apoios sociais clássicos, mas não consegue competir no mercado.

A terceira é a reabilitação urbana e a mobilização de património devoluto, usando instrumentos municipais e parcerias para colocar mais casas no mercado, com qualidade.

E a quarta, que é menos falada, mas decisiva: previsibilidade e rapidez nos processos. Um licenciamento que demora e que é incerto cria custos, e esses custos vão parar ao preço final. Rigor, sempre; mas rigor não pode ser sinónimo de burocracia interminável. E Braga foi, nos últimos seis anos, o município do país que mais licenças urbanísticas emitiu – mais do que Lisboa, Porto, Sintra ou Vila Nova de Gaia.

Braga afirma-se como cidade do conhecimento, de inovação e do talento jovem. Que políticas municipais estão a ser desenhadas para fixar população qualificada e evitar a fuga de talento?

Hoje, a fuga de talento começa muitas vezes numa coisa muito concreta: a pessoa quer ficar, mas não consegue pagar uma casa.

Por isso, fixar talento é habitação e qualidade de vida, mas também é emprego qualificado e ecossistema. O município tem de facilitar investimento, aproximar universidade e empresas, apoiar empreendedorismo e promover Braga lá fora com um objetivo claro: atrair oportunidades e transformar atração em fixação.

Ao retirar o tráfego de atravessamento do miolo urbano, a cidade torna-se mais segura e o transporte público ganha condições para funcionar melhor.

De que forma a cultura, o património e a identidade local podem impulsionar o desenvolvimento, afirmando-se como marca distintiva e fator de coesão territorial?

Podem e devem, porque cultura e património são marca e são economia. E, ao mesmo tempo, são coesão.

Uma cidade que valoriza a sua identidade e cria vida cultural regular atrai pessoas, turismo e talento, e reforça orgulho coletivo. É esse caminho que Braga tem de aprofundar: património cuidado, programação consistente e cultura como política pública, não como decoração.

As prioridades deste mandato são diretas e mensuráveis: melhorar a mobilidade, aumentar a oferta de habitação e reforçar a capacidade de execução do Município.

Olhando para o futuro, que Braga imagina no final deste mandato e que legado político pretende deixar aos Bracarenses?

Eu imagino uma Braga que continua a ser ambiciosa, mas que deixou de ser refém dos seus próprios estrangulamentos: uma cidade onde as pessoas voltam a sentir que o quotidiano funciona, que circular é mais fácil, que encontrar casa não é uma missão impossível e que os serviços públicos respondem com mais rapidez, coordenação e respeito pelo tempo das pessoas.

No final deste mandato, gostava que Braga fosse reconhecida por três coisas muito concretas. Primeiro, por ter dado um salto estrutural na mobilidade, com uma rede mais lógica e mais fluida, que devolve tempo às pessoas e competitividade à economia. Segundo, por ter começado a inverter a pressão na habitação, não com promessas vagas, mas com oferta real, políticas de custos controlados e um Município com papel ativo, especialmente para jovens e famílias. Terceiro, por ter consolidado uma Câmara mais moderna e mais eficiente: mais transparente, mais digital, mais exigente consigo própria e mais orientada para executar e prestar contas.

Quanto ao legado, não quero que seja uma frase bonita. Quero que seja uma mudança sentida, que os bracarenses, independentemente de em quem votaram, possam dizer: Braga avançou, a cidade ficou melhor organizada, mais justa e mais preparada para o futuro. E que esse avanço não foi feito à custa de ninguém, mas com coesão, com equilíbrio e com respeito pela identidade de Braga, não deixando ninguém para trás.



Eu imagino uma Braga que continua a ser ambiciosa, mas que deixou de ser refém dos seus próprios estrangulamentos: uma cidade onde as pessoas voltam a sentir que o quotidiano funciona, que circular é mais fácil, que encontrar casa não é uma missão impossível e que os serviços públicos respondem com mais rapidez.



EFICIÊNCIA NÃO É SÓ RAPIDEZ É CAPACIDADE DE GERIR MELHOR

Entrevista a TERESA PESTANA

Diretora do Departamento de Estratégia, Sistemas de Informação e Qualidade do Município de Braga



Porquê a aposta do Município de Braga numa gestão mais digital?

A aposta numa gestão mais digital não é apenas uma modernização tecnológica, é uma opção estratégica de governação.

O Município tem a responsabilidade de estar à altura de uma cidade dinâmica, exigente e inovadora. Uma gestão digital permite-nos responder melhor às necessidades dos cidadãos, criar condições para o desenvolvimento económico e garantir maior eficiência na utilização dos recursos públicos. A transformação digital é, acima de tudo, uma ferramenta ao serviço de uma governação mais próxima, mais transparente e mais orientada para resultados.

Como funcionavam os processos antes e o que mudou?

Durante muitos anos, os processos administrativos foram marcados por circuitos manuais, documentos em papel e informação dispersa por diferentes serviços. Isso gerava tempos de resposta mais longos e menor visibilidade sobre o estado dos processos. Hoje, estamos a consolidar uma lógica de desmaterialização, integração de sistemas e gestão baseada em informação estruturada. Os processos são tramitados digitalmente, com controlo de prazos, rastreabilidade e responsabilidades claramente definidas. Esta mudança representa um salto qualitativo na forma como o Município se organiza e decide.

Houve impactos na eficiência e organização interna?

A digitalização permitiu reduzir redundâncias, melhorar a articulação entre departamentos e criar uma cultura de responsabilização. Mais do que acelerar processos, estamos a estruturar uma organização mais inteligente, capaz de medir desempenho, identificar constrangimentos e atuar preventivamente. A eficiência não é apenas rapidez, é capacidade de gerir melhor.

Considera que uma gestão mais eficiente melhora a transparência para com os munícipes?

Uma gestão digital reforça a confiança institucional. Cada decisão fica registada, cada processo tem histórico, cada ato administrativo pode ser auditado. Isto promove maior rigor, reforça os mecanismos de controlo interno e contribui para uma cultura de integridade e responsabilidade. Transparência não é apenas publicar informação, é garantir que os processos são claros, rastreáveis e verificáveis.

A transformação digital é, acima de tudo, uma ferramenta ao serviço de uma governação mais próxima, mais transparente e mais orientada para resultados.

Os cidadãos de que forma podem beneficiar?

O objetivo final não é interno, é externo. A transformação digital traduz-se em menos burocracia, maior previsibilidade e melhor comunicação com cidadãos e empresas. Simplificar processos, reduzir deslocações e garantir respostas mais rápidas é essencial para uma cidade competitiva e inclusiva. Um Município moderno tem de ser um facilitador, não um obstáculo.

Pode-se dizer que com este vosso projeto de modernização se tomam melhores decisões?

Com sistemas integrados, o Município consegue acompanhar decisões em tempo real, monitorizar prazos e identificar responsáveis. Isso permite uma gestão mais estratégica e menos reativa. A liderança passa a ter instrumentos concretos para apoiar a tomada de decisão e assegurar o cumprimento dos compromissos assumidos. Vivemos numa era em que a informação é um ativo estratégico. A gestão municipal exige decisões fundamentadas, sustentadas por dados fiáveis e atualizados. A digitalização permite-nos transformar dados dispersos em conhecimento útil, apoiar políticas públicas mais eficazes e planear o futuro com maior rigor. Decidir melhor é governar melhor.

Quais foram os principais desafios e benefícios do processo?

Um dos maiores ganhos foi a quebra de silos internos. A integração de sistemas e a partilha estruturada de informação promovem maior cooperação entre departamentos, visão global sobre projetos e maior coerência nas decisões. A transformação digital é também uma transformação cultural: de serviços isolados para uma organização integrada. O maior desafio não foi tecnológico, foi cultural. Mudar práticas enraizadas exige liderança, formação e acompanhamento. Aprendemos que a transformação digital é um processo contínuo, que exige visão estratégica, investimento e compromisso de toda a organização. A tecnologia é a ferramenta; a mudança é organizacional.

O próximo ciclo passa por consolidar esta transformação e aprofundá-la, nomeadamente reforçar a cibersegurança e cumprimento da NIS2; o desenvolvimento de plataformas mais integradas e orientadas ao cidadão; a criação de instrumentos de transparência e gestão estratégica baseados em dados; a consolidação de um modelo de governação digital sustentável; a implementação de projetos estruturantes como o Cartão Municipal Único, Plataforma Digital Inteligente Agregadora de Dados, Assistente Virtual com recurso a IA e o Portal da Transparência. O objetivo é ser um Município mais inteligente, mais resiliente, mais transparente e mais próximo das pessoas.

Aprendemos que a transformação digital é um processo contínuo, que exige visão estratégica, investimento e compromisso de toda a organização. A tecnologia é a ferramenta; a mudança é organizacional.



Entrevista a **VICENTE PINTO**
Presidente da Medidata esPublico

O que faz a Medidata esPublico?

Somos especialistas na área da modernização administrativa e na transformação digital da administração pública. Temos soluções tecnológicas de última geração, que implementamos para ajudar as entidades públicas a aumentar a sua eficiência.

Que tipo de soluções implementam?

Implementamos a Plataforma Gestiona que, por exemplo, permite disponibilizar aos cidadãos serviços online e atendimento presencial de forma totalmente eletrónica, eliminando o papel a 100%. Depois através de um gestor de processos, asseguramos uma tramitação administrativa com níveis elevados de automatização, que promovem na organização a redução de passos e tarefas, resultando em decisões muito mais rápidas e seguras. Encontramos muitos casos em que um processo tem mais de 30 passos até um cidadão ser notificado de uma decisão. Com a nossa plataforma e um serviço de implementação chave na mão realizado pelos nossos consultores, asseguramos que, em até 5 passos, a resposta é enviada ao requerente.

Que exemplos de sucesso tem em Portugal?

O Município de Braga é a maior entidade pública que implementamos com sucesso em Portugal. Tem uma equipa de modernização administrativa excepcional que acompanhou o projeto muito de perto e que também nos foi lançando desafios. Na verdade, procuramos sempre acolher as suas propostas, encarando-as como oportunidades.

Como medem o impacto deste tipo de projetos?

Todos os nossos clientes dispõem de indicadores em painéis de controlo com acesso nativo na plataforma. Braga por exemplo, recebeu mais de 23.100 requerimentos online através do balcão eletrónico e mais de 64.900 no espaço de atendimento presencial. Tudo isto sem que o município ou o cidadão tenham de imprimir ou assinar em papel. Neste âmbito foram ainda remetidas de forma automática cerca 101.600 comunicações ou notificações, resultantes de mais de 46.700 decisões. A Plataforma Gestiona acelerou mais de 200 mil processos. Estes são números impressionantes, mas reais e mensuráveis, que demonstram o impacto inequívoco deste projeto na melhoria da capacidade de resposta aos cidadãos e na qualidade do serviço público.

BRAGA UM CASO DE SUCESSO "A PLATAFORMA GESTIONA ACELEROU MAIS DE 200 MIL PROCESSOS"

medidata
espublico.

gestiona
espublico.

Inovamos para si



+ Info



espublicogestiona.pt

BRAGA RUMO A UMA MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E INTEGRADA

SANDRA CERQUEIRA

Administradora dos Transportes Urbanos de Braga (TUB).

apresenta os planos estratégicos para o novo mandato da empresa, com foco na modernização da frota, descarbonização dos veículos e adoção de soluções tecnológicas e digitais. Os TUB pretendem melhorar a experiência dos passageiros, reforçar a eficiência do transporte público e promover hábitos de mobilidade mais sustentáveis. Do aumento da frota elétrica à implementação de sistemas como o metrobus e transporte flexível em áreas periféricas, estas medidas visam tornar Braga uma cidade mais acessível, segura e ambientalmente responsável.

Quais são os grandes objetivos dos TUB para este novo mandato e como pretendem reforçar a mobilidade em Braga?

Nos últimos dois mandatos, ou seja, nestes 8 anos, fizemos um grande esforço de investimento em material circulante. Conseguimos renovar e descarbonizar a frota, convertendo uma frota constituída por viaturas, na sua maioria movidas a diesel, com uma média de idade de 18 anos, num parque de viaturas movidas a eletricidade, sem emissões ou baixas emissões de carbono, no caso das viaturas a gás natural. Teremos, em 2026, uma frota com uma idade média de 8 anos. Estamos a falar de um investimento de mais de 55 milhões de euros, em que se incluem também as novas infraestruturas de abastecimento e carregamento elétrico.

Neste novo mandato, e já em 2026, incluídas no investimento referido, estão as 38 novas viaturas elétricas que entram em operação neste primeiro trimestre. Com este projeto de investimento, vamos conseguir antecipar o objetivo previsto no nosso Plano Estratégico e Sustentabilidade 2030, de descarbonizar cerca de 90% da frota útil em operação, já em 2026. É, de facto, um processo transformador, porque mudamos em poucos anos a própria matriz energética na operação do transporte público urbano rodoviário de passageiros. Implica também um trabalho de formação das nossas equipas de manutenção num processo de *upskilling*, apoiando a atualização e desenvolvimento de novas competências técnicas, mas também de requalificação, na aprendizagem de novas aptidões do nosso quadro técnico.

Depois deste forte foco, voltado para o exterior, ou seja, na melhoria do serviço ao cliente, com uma frota amplamente renovada, que conferiu maior fiabilidade e regularidade no serviço prestado, vamos concentrar maior atenção internamente, ou seja, às condições de trabalho dos nossos trabalhadores.

Já iniciamos, no último mandato, obras pontuais de requalificação do parque de material e oficinas, até para acomodar as infraestruturas de carregamento elétrico, mas agora temos necessariamente de nos concentrar na construção da nova sede da empresa e na total e integral requalificação do PMO.

Quanto às restantes áreas de atuação municipal da empresa, no domínio da mobilidade, vamos continuar a reforçar a nossa presença e desempenho, ampliando esta intervenção com mais e maiores competências, designadamente na gestão e exploração do estacionamento à superfície, no transporte flexível e escolar, mas também na área de auditorias e fiscalização das obrigações de serviço público de operadores e autoridades de transporte.

Com a chegada das 38 novas viaturas neste primeiro trimestre, serão introduzidas novas melhorias na rede de transporte, quer em novas linhas, quer no aumento de frequências em linhas já existentes.



Temos no nosso horizonte alargar o transporte flexível para oferecer uma melhor resposta, permitindo que, com agendamento e programado, seja possível uma oferta que responda às necessidades de transporte da população.

De que forma a modernização da frota e a aposta em soluções mais sustentáveis vão transformar o transporte público na cidade?

Entre 2018 e o primeiro trimestre de 2026, estamos a falar de 113 novas viaturas com melhor desempenho ambiental e energético que entraram e vão entrar em operação, sendo que destas, 81 viaturas são 100% elétricas, de emissões nulas.

Em cerca de 8 anos, conseguimos que 90% da frota útil em operação fosse totalmente descarbonizada e mais amiga do ambiente. A descarbonização da frota é encarada por nós como uma prioridade na estratégia ambiental da empresa. Mais do que apresentar números e indicadores, estamos a falar de ter um impacto positivo real na saúde e bem-estar das nossas comunidades e no ambiente, contribuindo para uma cidade mais sustentável, mais verde e habitável.

Além de que, esta nova geração de viaturas urbanas de transporte público oferece condições de conforto excecionais quer aos nossos clientes, quer aos nossos motoristas e são viaturas equipadas com sistemas tecnológicos de monitorização e alertas, por exemplo, bem como equipamentos digitais de apoio à condução verdadeiramente inovadores, conferindo maior segurança e uma maior redução de custos na operação.

Acreditamos que esta visão é essencial, desde logo porque todas estas áreas concorrem para promover hábitos de mobilidade mais sustentáveis e, naturalmente, fazer avançar o transporte público.

A abordagem integrada e equilibrada que combina investimento no transporte público, melhoria da qualidade do serviço, uma gestão inteligente e eficiente do estacionamento promove uma utilização mais racional do automóvel, incentiva a transferência modal para o transporte público e contribui para uma cidade mais acessível, menos congestionada, ambientalmente mais responsável e orientada para a qualidade de vida dos seus cidadãos.





Que estratégias estão a ser pensadas para atrair mais passageiros e melhorar a experiência de quem utiliza os TUB diariamente?

Com a chegada das 38 novas viaturas neste primeiro trimestre, serão introduzidas novas melhorias na rede de transporte, quer em novas linhas, quer no aumento de frequências em linhas já existentes, dando, assim, resposta ao aumento da procura, mas também à captação de mais pessoas para o transporte público.

A renovação da frota tem-nos permitido conferir melhores condições de acessibilidade e conforto a bordo, isto numa dimensão estética, material e física. Mas outra importante aposta da empresa tem sido na dimensão tecnológica e digital para uma franja de clientes cada vez mais digitais e exigentes a este nível. No campo da evolução tecnológica, com expressão para o exterior, foi muito importante o lançamento da nova APP, com informação em tempo real para os clientes, bem como a requalificação e ativação dos postos de informação digital em paragens centrais da cidade. Destacamos, igualmente, o projeto da bilhética digital que lançamos há uns meses, totalmente integrada com meios de pagamento digitais, com validação dos títulos de transporte de forma rápida, cómoda e segura.

O nível de aceitação e adesão tem surpreendido. Consideramos que este foi o primeiro e decisivo passo para modernizar o sistema de transporte público da cidade, respondendo a um público cada vez mais digital nos seus hábitos de consumo, e a mobilidade através do transporte público é também isso, um hábito de consumo, sustentável e agora digital.

Existem outras estratégias que têm diretamente a ver com a comunicação e promoção. Merecedor de relevo estão todas as nossas ações de comunicação e marketing que desenvolvemos ao longo do ano e a importância que atribuímos a este esforço para o engagement com toda a nossa comunidade, mas também na visibilidade da empresa.

Como se prevê que projetos como o Metrobus mudem a forma como os bracarense se deslocam na cidade?

Os sistemas de mobilidade designados de metrobus, são conhecidos por sistemas de metro à superfície sobre rodas, que conferem os mesmos níveis de serviço, alta capacidade e qualidade daqueles oferecidos pelos sistemas de metro sobre carris. A evolução tecnológica destas viaturas, destes autocarros, movidos a eletricidade ou mesmo a hidrogénio, tem sido exponencial, altamente inovadora, com a principal diferença de se moverem sobre pneumáticos e não num sistema sem flexibilidade como os carris, com catenárias. Ambos requerem corredores exclusivos, vias de comunicação próprias, que não sejam condicionados pelo tráfego automóvel.



Com este projeto de investimento, vamos conseguir antecipar o objetivo previsto no nosso Plano Estratégico e Sustentabilidade 2030, de descarbonizar cerca de 90% da frota útil em operação, já em 2026.

A construção e desenvolvimento de sistemas de mobilidade como o metrobus exigem uma mudança de paradigma de mobilidade nas cidades e uma mudança na forma como as pessoas se movem. Projetos de mobilidade desta natureza exigem muito planeamento do território, uma outra forma de desenhar e projetar a cidade, alinhada com as prioridades políticas de quem tem a responsabilidade de assegurar a qualidade e bem-estar das pessoas. E, em Braga, caminhamos nessa direção.

A este respeito, escrevi um artigo sobre a incontornável tendência da mobilidade, que se debruçava sobre o seguinte. Assistimos a um ultrapassado paradigma de desenvolvimento das cidades que priorizava o desenho urbano para facilitar o acesso e a circulação das pessoas através do seu carro individual. Hoje o paradigma tem de ser necessariamente o oposto porque as cidades não conseguem acomodar tanto automóvel que transporta, em média, 1,3 pessoas por cada deslocação, como nos indicam os estudos em Braga. Assim, chegamos à óbvia conclusão de que multiplicar vias de comunicação é roubar ainda mais espaço público. O espaço público - já por si é limitado -, tem de privilegiar as pessoas, o seu bem-estar, qualidade de vida e fruição de espaços conviviais saudáveis. O que desejamos ter são praças e bairros habitacionais com pessoas a desfrutarem de esplanadas, espaços verdes e outros equipamentos que permitam um usufruto e convívio seguro para todos.

Como pretendem os TUB garantir outras soluções de mobilidade flexíveis, eficazes e inclusivas para servir zonas menos centrais da cidade?

Há uns anos iniciamos um projeto de transporte de cerca de 150 crianças, provenientes de 12 concelhos, com necessidades educativas especiais, que têm em Braga as escolas de referência para o ensino especial. Trata-se de um primeiro esboço de transporte flexível que tem a nossa gestão e é operado por parceiros, designadamente taxistas e viaturas especiais da Cruz Vermelha.

A atual rede de transporte público dos TUB serve todas as localidades do nosso território, com ligações diárias entre a periferia e a cidade. No entanto, há zonas da periferia, com menor densidade populacional, onde a oferta se caracteriza por menores frequências e circulações diárias no período diurno e, principalmente, no período noturno.

Temos no nosso horizonte alargar o transporte flexível para oferecer uma melhor resposta, permitindo que, com agendamento e programado, seja possível uma oferta que responda às necessidades de transporte da população, através dos nossos próprios meios ou através de parceiros, em horários durante o dia ou noturno que atualmente não servimos com a rede regular.



Conseguimos renovar e descarbonizar a frota, convertendo uma frota constituída por viaturas, na sua maioria movidas a diesel, com uma média de idade de 18 anos, num parque de viaturas movidas a eletricidade, sem emissões ou baixas emissões de carbono, no caso das viaturas a gás natural.

AQUAPOR: LIDERAR A TRANSIÇÃO HÍDRICA EM PORTUGAL

ANTÓNIO CUNHA

CEO da Aquapor,

detalha o posicionamento estratégico da empresa no mercado nacional, os desafios da gestão hídrica e as soluções inovadoras que têm vindo a ser implementadas para aumentar a eficiência e sustentabilidade dos serviços de água e saneamento.

De que forma a Aquapor se posiciona atualmente no mercado português e quais têm sido os principais marcos da sua consolidação a nível nacional?

A Aquapor é hoje a empresa privada líder na gestão de concessões municipais de abastecimento de água, tratamento e drenagem de águas residuais em Portugal, prestando estes serviços diretamente a populações, autarquias e indústrias. Através das suas 10 concessões, é responsável pelo abastecimento de água a mais de um milhão de habitantes e assegura serviços de saneamento a cerca de dois milhões.

Além das concessões municipais, temos vindo a reforçar uma área de atividade em forte crescimento: a operação e manutenção de infraestruturas, como Estações de Tratamento de Água (ETA) e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), nos segmentos municipal e industrial.

Nos últimos anos, a Aquapor tem seguido uma estratégia consistente de crescimento e diversificação de serviços, consolidando a sua presença no mercado da operação e manutenção de infraestruturas. Um marco relevante neste percurso foi a aquisição, em 2024, das empresas CTGA e *Enviman*, que permitiu ampliar as competências técnicas, especialmente nas áreas de engenharia e projeto, reforçar a base operacional no território nacional e aumentar a capacidade de resposta e eficiência.

A gestão sustentável da água está no centro da estratégia da Aquapor. Assumimos o compromisso de liderar a transição hídrica em Portugal, colocando a eficiência, a inovação e a sustentabilidade no centro de todos os serviços que prestamos.

Tendo em conta o agravamento das alterações climáticas, que desafios estruturais se colocam hoje à gestão dos recursos hídricos em Portugal?

O principal desafio é, sem dúvida, gerir melhor os recursos hídricos, sobretudo num contexto de variabilidade extrema. Isto porque as alterações climáticas estão a tornar as secas cada vez mais longas e frequentes, ao mesmo tempo que aumentam os episódios de chuva intensa, que originam cheias e inundações.



A Aquapor é hoje a empresa privada líder na gestão de concessões municipais de abastecimento de água, tratamento e drenagem de águas residuais em Portugal, prestando estes serviços diretamente a populações, autarquias e indústrias.

Assistimos a uma crescente pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento da procura por parte dos setores agrícola, industrial e urbano. Em muitas regiões, verifica-se o uso excessivo ou ineficiente da água, o que acelera a degradação dos aquíferos e reduz a resiliência dos sistemas naturais. Estas mudanças também exercem pressão sobre muitas infraestruturas, que foram dimensionadas com base em padrões climáticos ultrapassados, estão envelhecidas e têm recebido investimentos insuficientes na sua reabilitação.

Por outro lado, Portugal continua a registar níveis elevados de perdas de água nas redes de abastecimento, o que tem de ser combatido para garantir uma maior eficiência hídrica no país.

Paralelamente, continuamos a depender quase em exclusivo de fontes tradicionais de água, o que é manifestamente insuficiente em algumas partes do país. Assim, importa apostar em fontes alternativas, como, por exemplo, a reutilização de águas residuais tratadas, a dessalinização e a economia circular.

Um ponto crítico, que nem sempre é suficientemente valorizado, é a gestão de caudais indevidos nos sistemas de drenagem e saneamento. A entrada indevida de águas pluviais nas redes de águas residuais, por ligações incorretas, infiltrações ou degradação das infraestruturas, aumenta significativamente os volumes a tratar em períodos de chuva intensa. Isto pode provocar sobrecargas nas estações de tratamento e, em casos mais graves, contribuir para as cheias urbanas. A monitorização em tempo real, a separação efetiva de redes, a reabilitação estrutural e a implementação de soluções tecnológicas são medidas essenciais para reduzir estes riscos e aumentar a capacidade de resposta a eventos extremos.

Em suma, o grande desafio estrutural é passar de um modelo reativo para um modelo preventivo, inteligente e integrado de gestão da água, capaz de assegurar disponibilidade, qualidade e proteção contra riscos extremos. A Aquapor contribui de forma concreta para esta transição, oferecendo soluções comprovadas de gestão de caudais indevidos e eficiência hídrica, garantindo resultados positivos para a sustentabilidade ambiental e para a segurança das comunidades.

As empresas privadas podem aportar um conjunto relevante de contributos à gestão hídrica municipal, sobretudo num contexto de crescente exigência regulatória, pressão financeira e desafios climáticos.

A problemática da água não faturada continua a ser um dos grandes entraves à eficiência hídrica. Que soluções tecnológicas e operacionais considera essenciais para reduzir perdas reais e aparentes nos sistemas de abastecimento?

A água não faturada é, de facto, um dos grandes desafios do setor. Num país onde quase um terço da água que entra nas redes de abastecimento se perde devido a roturas, avarias e desvios, combater o desperdício é uma prioridade absoluta. Neste contexto, a Aquapor tem vindo a alcançar níveis de desempenho muito elevados na redução de perdas, significativamente abaixo da média nacional.

Alinhada com os princípios da sustentabilidade e da economia circular, a Aquapor aposta numa combinação de estratégias tecnológicas, operacionais e ambientais que visam reduzir os desperdícios e potenciar o reaproveitamento da água, garantindo a sua sustentabilidade. Na Aquapor, a gestão da água não faturada vai para além do simples conceito de perdas: é tratada dentro de uma abordagem integrada de eficiência hídrica, que considera todo o ciclo urbano da água. Cada decisão técnica, operacional e estratégica contribui para maximizar o valor da água enquanto recurso insubstituível. A redução da água não faturada insere-se assim numa visão holística, atuando de forma coordenada sobre pessoas, processos, infraestruturas e tecnologia, garantindo foco, continuidade e rigor na gestão da eficiência.

Mais do que um conjunto de tarefas, esta abordagem representa uma parceria estratégica com a entidade gestora, baseada em conhecimento, análise de dados e acompanhamento contínuo, adaptável à maturidade, dimensão e necessidades específicas de cada sistema.

De que forma e com que medidas a Estratégia Nacional “Água que Une” pode funcionar como um instrumento agregador para responder aos atuais desafios hídricos?

A Estratégia Nacional “Água que Une” pode assumir-se como um verdadeiro instrumento agregador na resposta aos atuais desafios hídricos precisamente pela sua visão integrada e multissetorial. Ao articular medidas em torno dos eixos eficiência, resiliência e inteligência, a estratégia cria um enquadramento comum que aproxima diferentes *stakeholders* do setor em torno de objetivos claros.

Já em 2026 é esperado o primeiro marco visível, com resultados concretos nas áreas da eficiência urbana, reutilização e digitalização, sustentados por um investimento de cerca de 1,5 mil milhões de euros, o que representa aproximadamente 30% do montante global previsto até 2030. Entre as medidas com impacto mais imediato destacam-se a reabilitação das redes urbanas de abastecimento, a expansão de projetos de reutilização de águas residuais e a entrada em funcionamento de sistemas digitais de monitorização. O progresso será acompanhado através de indicadores objetivos, como a redução das perdas de água, o aumento do volume anual de água reutilizada e o número de municípios com sistemas digitais ativos.

A estratégia assume também grande relevância em locais de maior escassez hídrica, como nas regiões mais afetadas por secas recorrentes, onde é essencial aumentar a eficiência e diversificar as fontes de abastecimento. Projetos como a dessalinizadora do Algarve são um exemplo de iniciativas de reforço da segurança hídrica nacional. Ao apresentar um conjunto definido de ações, a “Água que Une” facilita a sua execução e monitorização, promovendo maior transparência. Por outro lado, o forte investimento na digitalização e na gestão inteligente está alinhado com a evolução do setor e com as exigências da gestão hídrica. Contudo, o sucesso desta estratégia dependerá sempre da capacidade de assegurar o financiamento adequado, pois, apesar dos objetivos ambiciosos definidos, a dependência por parte das entidades públicas pode limitar a sua execução.

Qual é o papel das autarquias locais na governação da água e de que forma os modelos de parceria com empresas privadas podem reforçar a eficiência dos serviços de água e saneamento?

As autarquias têm um papel central na governação da água, uma vez que são responsáveis pela planificação, gestão e supervisão dos serviços de água e saneamento nos seus territórios. Cabe-lhes garantir que os recursos são utilizados de forma sustentável e que os cidadãos têm acesso à água de qualidade e a serviços de saneamento adequados. Além disso, as autarquias definem políticas locais, monitorizam indicadores de desempenho e asseguram a conformidade com a legislação nacional e europeia.

Neste contexto, os modelos de parceria com empresas privadas, quando estruturados de forma transparente e baseados em objetivos claros, podem reforçar significativamente a eficiência e a sustentabilidade destes serviços. Operadores especializados trazem conhecimento técnico, capacidade de inovação e experiência operacional consolidada, contribuindo para a otimização das redes, a modernização tecnológica e uma gestão de ativos mais estruturada e orientada para resultados.

Hoje, a Aquapor dispõe da competência e do *know-how* necessários para atuar em toda a cadeia de valor do setor. Esta presença transversal permite oferecer soluções integradas, com maior coerência técnica e eficiência operacional.

A Aquapor tem demonstrado os benefícios deste modelo nas suas concessões, com resultados muito positivos em termos de eficiência, qualidade do serviço e sustentabilidade. A experiência acumulada permite não só aplicar soluções técnicas avançadas, mas também adaptar estratégias às necessidades específicas de cada território, reforçando a capacidade das autarquias de governar de forma eficaz e segura os seus sistemas de água e saneamento.

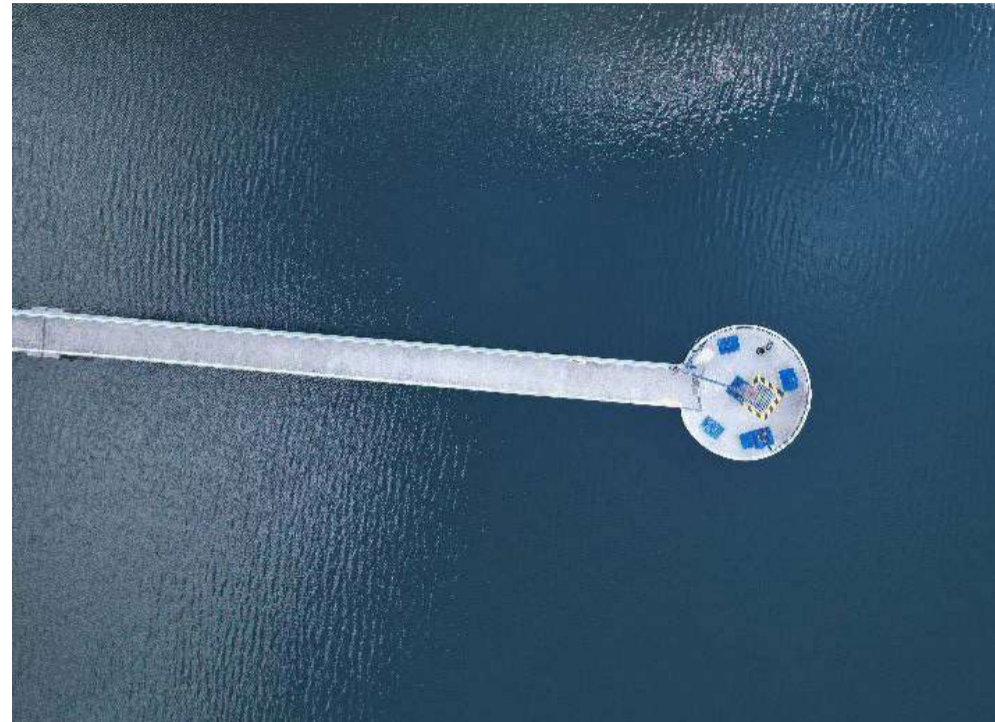
Que contributos podem as empresas privadas aportar à gestão hídrica municipal?

As empresas privadas podem aportar um conjunto relevante de contributos à gestão hídrica municipal, sobretudo num contexto de crescente exigência regulatória, pressão financeira e desafios climáticos.

Por um lado, através do investimento na modernização e reabilitação de infraestruturas, contribuindo para acelerar a renovação de redes. Por outro, através da aposta em inovação e tecnologia, como sistemas de monitorização avançados, soluções de digitalização e ferramentas de gestão inteligente que contribuem para uma maior eficiência operacional. A digitalização é hoje um fator crítico para uma gestão mais resiliente e eficiente.

Ao nível da capacitação técnica, estes operadores reúnem equipas multidisciplinares com experiência acumulada em diferentes realidades territoriais, o que permite aplicar boas práticas, otimizar processos e reforçar competências locais. Esta transferência de conhecimento contribui para elevar os padrões de gestão e criar uma cultura de melhoria contínua.

Por fim, no que respeita à qualidade do serviço, a definição de indicadores de desempenho claros e mecanismos de monitorização contínua, na Aquapor complementados por auditorias externas independentes, reforça o rigor do sistema. Esta metodologia promove uma cultura de exigência e melhoria contínua, assegurando que os padrões de qualidade são não só definidos, mas efetivamente verificados e validados.



A água não faturada é, de facto, um dos grandes desafios do setor. Num país onde quase um terço da água que entra nas redes de abastecimento se perde devido a roturas, avarias e desvios, combater o desperdício é uma prioridade absoluta.

Que relevância estratégica assume para a Aquapor a integração no Grupo Saur, tanto em termos de *know-how*, inovação, escala e melhores práticas globais no setor da água?

A integração da Aquapor no Grupo Saur representa uma evolução estratégica natural no percurso de uma empresa com provas dadas no setor da água em Portugal. Assente numa experiência consolidada e num posicionamento já relevante no mercado nacional, esta integração veio reforçar de forma estrutural a capacidade técnica, operacional e financeira, ampliando o seu potencial de crescimento e inovação.

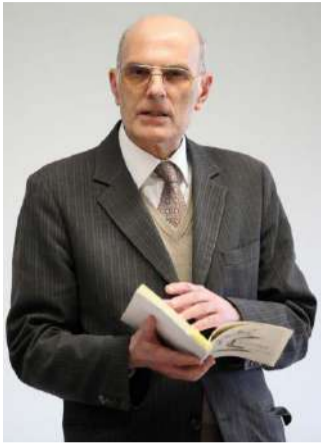
Hoje, a Aquapor dispõe da competência e do *know-how* necessários para atuar em toda a cadeia de valor do setor. Esta presença transversal permite oferecer soluções integradas, com maior coerência técnica e eficiência operacional.

Ao integrar um grupo internacional com cerca de 20.000 colaboradores, a Aquapor beneficia de acesso a conhecimento especializado, melhores práticas internacionais e inovação tecnológica testada em múltiplos mercados. Esta escala reforça a robustez da organização e amplia a sua capacidade de resposta a projetos de maior complexidade técnica e exigência regulatória.

Simultaneamente, esta integração valoriza o capital humano altamente qualificado da empresa, potenciando a partilha de conhecimento e o desenvolvimento de competências. A conjugação entre experiência local consolidada e *know-how* internacional traduz-se numa capacidade diferenciadora para conceber e implementar soluções integradas, resilientes e sustentáveis, ajustadas às especificidades de cada território e às crescentes exigências ambientais e operacionais do setor.



50 ANOS DE DEMOCRACIA LOCAL



ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Minho | Presidente da Direção da AEDREL (<https://www.aedrel.org/>) | Diretor da Revista de Direito Local e da Revista dos Municípios



Deve buscar-se na Revolução Liberal de 1820 e na legislação que se lhe seguiu, especialmente a de 1836 (perfaz agora 190 anos), as raízes da democracia local instaurada em 1976 e de que comemoramos 50 anos.

Foi depois da Revolução Liberal que se estabeleceu, pela Constituição de 1822, a eleição do Parlamento (Cortes) pelo povo (ainda que com sufrágio restrito) e a clara separação dos poderes de administrar e julgar decretada pela Reforma de Mouzinho da Silveira de 1832.

Porém, o poder do povo para eleger os órgãos dos entes locais (principalmente municípios), ainda que com voto limitado a homens que possuíam bens ou estudos, surgiu apenas de modo efetivo com o primeiro Código Administrativo Português de 1836 (publicado com a data de 31 de Dezembro) da responsabilidade de Passos Manuel.

Este Código dividia o país em distritos, municípios e freguesias e no que toca aos municípios integrava já o notável Decreto de 6 de Novembro de 1836¹, também da responsabilidade de Passos Manuel, que reduziu o número de municípios de cerca de 800 para pouco mais de 300, moldando já o atual mapa municipal de Portugal. Depois dessa data, as sucessivas leis e Códigos Administrativos oscilaram entre centralização e descentralização e depois da Ditadura de 1926 e da extrema centralização do regime do Estado Novo, surgiu a Revolução de 25 de Abril de 1974 e, na sequência dela, a Constituição da República Portuguesa de 1976 que estabeleceu, pela primeira vez no nosso país, o voto universal (homens e mulheres com mais de 18 anos), direto e secreto para a eleição dos órgãos das freguesias, municípios e regiões administrativas (estas criadas apenas no papel).

A consolidação da democracia local foi ocorrendo ao longo destes 50 anos com reforço das atribuições e competências dos municípios e freguesias, da contratação de pessoal próprio e do aumento de receitas, estas fortemente reforçadas com os meios financeiros vindos da Europa.

O país transformou-se para melhor ao longo destes 50 anos, bastando percorrer as freguesias e municípios de todo o território nacional e comparar com o que era há meio século (luz, estradas, transporte, abastecimento de água, hospitais e centros de saúde, estabelecimentos escolares e tantos outros bens e serviços). Importa, entretanto, debater o nosso sistema de governo local que demonstra atualmente disfuncionalidades na articulação entre os órgãos deliberativos e executivos, resultantes da fragmentação partidária e do crescente aumento de listas de cidadãos eleitores.

O grande desafio que enfrenta a democracia local é, contudo, o bom governo, entendendo-se por tal um alto nível de eficácia e eficiência no adequado desempenho das suas funções. Isso implica que os cidadãos e cidadãs participem no governo local, que se escolham os melhores para gerir municípios e freguesias, tendo sempre presente que devemos agir localmente, pensando globalmente. E no global, que inclui o nosso País, a Europa e o Mundo, devemos estar atentos aos perigos que se avolumam (desordem internacional, degradação do meio ambiente, alterações climáticas e guerras, entre outros). Cabe a todos nós, agindo a partir das nossas comunidades locais, contribuir decisivamente para a construção de uma convivência humana baseada na dignidade da pessoa e, assim, na liberdade, justiça e solidariedade a todos os níveis territoriais.

1 ANTÓNIO CÂNDIDO DE OLIVEIRA e ANTÓNIO PEDRO MANIQUE – O Mapa Municipal Português (1820-2020) – A Reforma de Passos Manuel, Braga, AEDREL, 2020, contendo o fac-símile do Decreto de 6 de Novembro de 1836.

ESCRUTÍNIO (E TRANSPARÊNCIA) NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL



PAULO BRAGA

Membro da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA)



SÉRGIO PRATAS

Jurista da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos: (CADA)

Informação e transparência constituem pilares da boa governação e da qualidade dos regimes democráticos. Facilitam a responsabilização política e a participação, aumentam a confiança dos cidadãos, geram eficiência, melhoram o desenho das políticas públicas.

Em Portugal, o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos está consagrado na Constituição (e regulado em lei) há mais de 30 anos.

E existe uma entidade administrativa independente que zela pelo cumprimento da lei: a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. Apesar disso, como veio revelar o estudo *“Administração Aberta em Portugal. Que futuro?”*, o acesso à informação administrativa em Portugal enfrenta desafios significativos: o desconhecimento da lei (quer por cidadãos, quer por trabalhadores da Administração); complexidade do regime legal; a grande maioria das entidades não designou um responsável pelo acesso (dever que está inscrito na lei desde 1993); o incumprimento de prazos de resposta; e o incumprimento dos deveres de divulgação ativa da informação. Apesar do muito que se avançou, há ainda caminho a percorrer. Torna-se essencial a alteração da Lei 26/2016, de 22/08 (Lei de Acesso aos Documentos Administrativos), com vista à adoção de um novo modelo de acesso:

- passar de um modelo de transparência passiva (acesso a pedido dos particulares), para um modelo que priorize a divulgação ativa (disponibilização de dados pela Administração); e
- passar de um modelo centrado no acesso a documentos existentes, para um modelo direcionado para o acesso a informação (e a informação útil ao cidadão). Mudança que surge hoje facilitada com a IA.

Mas é preciso ir mais longe. Criar uma verdadeira cultura de transparência na Administração. E criar, simultaneamente, uma cultura de segurança, que assegure a proteção de outros valores fundamentais (a proteção de dados pessoais, o segredo de justiça, os segredos de empresa, a segurança de infraestruturas sensíveis, etc.).

Preocupação (e objetivos) que acabaram por ser transpostos para o III Plano de Ação Nacional de Administração Aberta – compromisso 2 (disponível em <https://ogp.digital.gov.pt>). Atualmente, estamos a meio do período de implementação desse compromisso e os resultados são animadores: foram realizadas mais de uma dezena de ações de divulgação; diversas de ações de formação de média duração; e uma campanha para autarquias locais, cobrindo todo o território nacional (6 workshops em 2024 e 5 em 2025). Foi, também, publicado um manual de apoio.

Simultaneamente, foi desenvolvido um guia prático que visa ajudar os serviços públicos a desenvolver uma cultura de transparência. Documento criado no âmbito da Comunidade de Especialistas Anticorrupção (MENAC/TI-PT). São passos importantes, mas que requerem persistência, continuidade. Só assim será possível fortalecer o controlo democrático e assegurar que a Administração trabalha de forma aberta e próxima dos cidadãos.

PODER LOCAL E SAÚDE: OS PRÓXIMOS 50 ANOS COMEÇAM AGORA



GONÇALO MELO

Vogal da Direção da Associação Nacional de Unidades de Saúde Familiar (USF-AN)

Os 50 anos do Poder Local não são apenas um marco histórico. São um momento de escolha coletiva: que papel queremos que o território tenha na democracia das próximas décadas? Num país diverso, envelhecido e socialmente exigente, a resposta passa por decisões mais próximas, mais integradas e mais responsáveis.

Ao longo de cinco décadas, as autarquias foram decisivas na coesão social, no acesso a serviços essenciais e na redução de desigualdades. Mas os desafios atuais já não são os de 1974. Hoje, governar localmente exige mais do que proximidade administrativa. Exige capacidade de coordenação, visão estratégica e compromisso com políticas públicas orientadas para resultados concretos na vida das pessoas.

Na área da saúde, essa exigência torna-se particularmente evidente. As Unidades de Saúde Familiar demonstram como a proximidade pode gerar verdadeiro valor público. Equipas estáveis, integradas na comunidade, que conhecem os seus contextos sociais, apostam na prevenção, acompanham pessoas ao longo do tempo e articulam respostas clínicas e sociais. Mas o potencial deste modelo depende, cada vez mais, da qualidade da articulação com o Poder Local.

Os próximos 50 anos colocam desafios claros às autarquias: envelhecimento acelerado, solidão, saúde mental, pobreza energética, mobilidade limitada, exclusão social e desigualdades territoriais persistentes.

Nenhum destes problemas se resolve apenas com políticas nacionais ou soluções sectoriais. Exigem pensamento, planeamento e ação local informada, cooperação interinstitucional e envolvimento ativo das comunidades.

É aqui que o Poder Local pode dar um novo salto democrático. Não apenas como executor de políticas, mas como agente ativo na promoção da saúde comunitária, na criação de ambientes mais saudáveis e na mobilização dos recursos do território. Municípios que trabalham de forma estruturada com as USF, escolas, instituições sociais e cidadãos estão melhor preparados para responder a estes desafios e para antecipar problemas antes de eles se tornarem crises.

Celebrar os 50 anos do Poder Local deve ser, por isso, mais do que um exercício de memória. Deve ser um compromisso com o futuro: com autarquias mais capacitadas, com serviços públicos de proximidade mais integrados e com uma democracia que não se limita a representar, mas que cuida, previne e constrói bem-estar.

Os próximos 50 anos começam agora – no território.

BEJA EM TRANSFORMAÇÃO: PROJETOS E DESAFIOS DO CONCELHO



Para **NUNO PALMA FERRO**, Presidente da Câmara Municipal de Beja, as eleições de 2025 marcaram o início de um novo ciclo de liderança, centrado em desenvolvimento, coesão e modernização.

Como é que interpreta essa mudança na cultura política local, numa região como Beja?

As eleições autárquicas de 2025 traduziram, em Beja, mais do que uma alternância partidária: afirmaram a vontade de encerrar um ciclo político e iniciar um novo modelo de liderança do território.

Essa mudança não se limita à gestão municipal. Corresponde a uma exigência clara de reposicionamento de Beja, quer no plano regional – enquanto capital agregadora do Baixo Alentejo – quer no plano nacional, como território competitivo na captação de investimento e na fixação de população.

O resultado eleitoral, embora sem maioria absoluta, conferiu-nos a responsabilidade de liderar esse processo de transição. Governar com dois mandatos num executivo de sete exige capacidade de diálogo, mas sobretudo afirmação estratégica: construir maiorias políticas para cada decisão, em torno de uma visão clara para o concelho.

Mais do que um projeto partidário, este é um mandato para recentrar Beja nas dinâmicas de desenvolvimento regional e nacional.

Que prioridades definiu para o seu primeiro mandato e que mudanças, concreta, pretende implementar na gestão autárquica de Beja?

Qualquer resposta peca por escassez quando comparada com a nossa ambição, sendo que o nosso mandato estratégico tem diferentes linhas de ação.

De forma sucinta, as prioridades passam por evoluir na melhoria urgente das acessibilidades, da higiene e limpeza urbana, e da atratividade seja económica ou social.

Dar prioridade ao desenvolvimento e prospeção de projetos estratégicos, designadamente a Circular Sul, as intervenções no domínio da Habitação, a requalificação do Estádio Dr. Flávio dos Santos, a valorização do Fórum Romano e a consolidação de uma agenda de Cultura com impacto territorial, criando as condições necessárias para a respetiva concretização sustentada, são algumas das mudanças concretas que estão já em andamento.

Paralelamente, iniciámos um processo de modernização interna da administração municipal, com a introdução de instrumentos de contabilidade de gestão, reorganização de serviços e adoção de uma cultura orientada a resultados. O objetivo é assegurar maior eficiência na afetação de recursos públicos, racionalizando despesa corrente sem comprometer investimento estruturante.

De que forma a sua equipa tem construído consensos, viabilizando políticas públicas essenciais?

A equipa participa na tomada de decisões e as suas vozes importam. Está comprometida com uma nova visão para Beja, de transparência, participação cidadã e desenvolvimento. Elevar Beja à sua capitalidade é promover coesão social e reforçar a sua vida comunitária, reconhecendo o seu papel na identidade, na participação cívica e na qualidade de vida no concelho e quando assim é, as políticas públicas essenciais estão na atuação diária de todos nós, da equipa.



Que linhas de ação estão definidas para promover o desenvolvimento económico e social, nomeadamente a criação de emprego, apoio ao empreendedorismo e na fixação de famílias no concelho?

O desenvolvimento económico de Beja não pode continuar a ser pensado de forma isolada da sua realidade demográfica. Criar emprego qualificado e fixar população são hoje dimensões indissociáveis de uma mesma estratégia territorial.

O Orçamento Municipal para 2026 traduz essa prioridade, com um acréscimo de 22,6 milhões de euros face ao exercício anterior, assente na execução de projetos cofinanciados, em particular no âmbito do PRR, que permitem acelerar investimento estruturante em áreas críticas para a competitividade do concelho. Neste contexto, a criação da Zona de Acolhimento Empresarial Norte – Área de Acolhimento Empresarial de Nova Geração – representa um passo decisivo para a diversificação da base económica local. Com um investimento de cerca de 15 milhões de euros, este projeto permitirá dotar o território de infraestruturas tecnológicas e energéticas adequadas à instalação de empresas orientadas para setores de maior valor acrescentado, promovendo emprego qualificado e reduzindo a dependência de atividades económicas de menor intensidade produtiva.

Paralelamente, o reforço da cobertura 5G e a criação de condições para o desenvolvimento de atividades empresariais de base digital constituem instrumentos essenciais para atrair novos perfis profissionais e incentivar o regresso de população ativa ao concelho. A fixação de famílias exige, contudo, uma abordagem integrada, que articule oportunidades de emprego com políticas de habitação, mobilidade e qualidade de vida urbana. É nesse sentido que estamos a estruturar a nossa intervenção: criando condições para que Beja não seja apenas um território de passagem, mas uma escolha de vida sustentável a médio e longo prazo.

Que estratégias estão a ser definidas para tornar o concelho mais sustentável ambientalmente, mas também para os desafios de um território sujeito as alterações climáticas (seca) no apoio/ formação aos agricultores e produtores?

Num território como Beja, a sustentabilidade ambiental deixou de ser uma agenda exclusivamente ecológica para passar a ser uma questão de resiliência económica e social. As alterações climáticas colocam desafios diretos à atividade agrícola, que continua a ser um dos principais pilares da economia local.

Nesse contexto, o município tem vindo a desenvolver um conjunto de intervenções orientadas para a adaptação do espaço urbano e rural a fenómenos climáticos extremos.

No plano urbano, destacam-se projetos de mitigação térmica, como a criação de “ilhas verdes” no Jardim Público de Beja, com financiamento garantido, que foi assinado com a ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho e que visam reduzir os efeitos das ondas de calor e melhorar as condições de habitabilidade da cidade. Trata-se de uma abordagem preventiva, alinhada com boas práticas europeias de adaptação climática.

Paralelamente, está prevista a reabilitação de cerca de 2,5 quilómetros de cursos de água em meio urbano, no âmbito do programa Pro-Rios 2030, com o objetivo de melhorar a gestão dos recursos hídricos, reduzir o risco de cheias e reforçar a resiliência do território face a eventos meteorológicos extremos.

No que respeita ao setor agrícola, a autarquia tem privilegiado o reforço de parcerias com entidades públicas e privadas com competências técnicas nesta matéria, promovendo iniciativas de apoio à adaptação produtiva, à eficiência no uso da água e à transição para práticas mais sustentáveis.

A resposta aos desafios climáticos exige uma abordagem multinível, e o papel do município é o de facilitar, articular e potenciar soluções que permitam ao território adaptar-se sem comprometer a sua base económica.

Quais os projetos que considera prioritários para os próximos anos e que impacto podem ter no concelho?

As prioridades estratégicas para os próximos anos passam pela melhoria das acessibilidades, pela qualificação do espaço urbano, pelo reforço da identidade e atratividade económica do concelho, criando condições para que Beja se afirme como um território onde se escolhe viver, trabalhar e investir.

Um dos desafios deste mandato é precisamente contrariar a lógica tradicional de centralização da ação pública na esfera municipal, promovendo uma maior participação dos cidadãos nos processos de decisão e reforçando a dinâmica comunitária como fator de desenvolvimento local. Um concelho competitivo exige não apenas políticas públicas eficazes, mas também infraestruturas que assegurem mobilidade e conectividade territorial.

Nesse sentido, importa sublinhar que, no último trimestre de 2025, o Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, e a Ministra do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, reiteraram, em Beja, o compromisso do Governo com a conclusão da A26 até à capital de distrito – uma infraestrutura há muito reclamada pela região e determinante para a sua integração nas principais redes de mobilidade nacional.

Na mesma ocasião, foi igualmente abordado o financiamento da eletrificação da Linha do Alentejo, no troço Casa Branca-Beja, com execução prevista até 2032.

A concretização destes projetos representa uma condição essencial para ultrapassar constrangimentos históricos em matéria de acessibilidade e constitui um fator crítico para o reforço da competitividade económica, da atração de investimento e da fixação de população no território.

DO DESIGN À INTERNACIONALIZAÇÃO: A VISÃO DA NAUTILUS

VÍTOR BARBOSA

CEO da Nautilus,

destaca nesta entrevista a aposta na inovação, na integração industrial e na especialização no setor educativo e corporativo. Com os olhos postos na internacionalização, a empresa pretende reforçar a sua presença em mercados exigentes, levando além-fronteiras o *know-how* e a capacidade produtiva que a distinguem.



A Nautilus celebra 30 anos de atividade. Que significado tem este marco para a empresa e como resume esta trajetória?

Celebrar 30 anos de atividade representa, para a Nautilus, muito mais do que um marco cronológico: é a consolidação de um percurso assente em pessoas, conhecimento acumulado e capacidade de reinvenção perante diferentes ciclos económicos e tecnológicos. Desde a sua origem, a empresa definiu uma missão clara – desenvolver mobiliário técnico de elevada durabilidade para contextos exigentes, com especial enfoque na área da educação. Ao longo de três décadas, essa base manteve-se firme, mas a proposta de valor evoluiu. Hoje, a Nautilus afirma-se como uma empresa portuguesa de referência no desenvolvimento e produção de soluções de mobiliário técnico e ergonómico para ambientes de aprendizagem e trabalho. A aposta na inovação, no design funcional e na sustentabilidade permitiu-lhe passar de fabricante de produto para parceira estratégica, oferecendo soluções integradas que conjugam ergonomia, tecnologia aplicada e promoção do trabalho colaborativo. Com duas unidades industriais e uma equipa de cerca de 160 colaboradores, a empresa sustenta uma estrutura produtiva sólida, capaz de responder com qualidade, consistência e escala às exigências de instituições de ensino, entidades públicas e organizações privadas. Estes 30 anos traduzem-se, assim, numa trajetória de crescimento sustentado, especialização e compromisso contínuo com a criação de espaços mais eficientes, duráveis e preparados para os desafios contemporâneos.

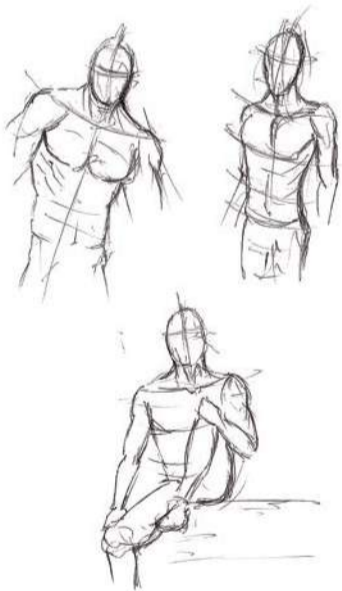
A empresa é hoje apontada como líder nacional no mobiliário para educação e espaços de trabalho. Quais foram os fatores decisivos para essa posição?

Quero destacar que a Nautilus desenvolve soluções que articulam pedagogia, tecnologia e ergonomia, alinhadas com as novas dinâmicas de aprendizagem e de trabalho, criando ambientes funcionais, flexíveis e preparados para os desafios contemporâneos.

Hoje somos reconhecidos como líderes nacionais na produção de mobiliário para a educação e espaços de trabalho, muito por força da nossa especialização técnica e de uma produção 100% nacional, assente em *know-how* industrial português.

Não produzimos apenas mesas ou cadeiras – desenvolvemos ambientes completos, preparados para novos modelos pedagógicos e para a transformação digital das organizações.

Somos também uma empresa inovadora, com forte foco em investigação e desenvolvimento, apostando continuamente na criação de novas soluções, materiais e integração tecnológica que antecipem as necessidades das instituições de ensino e das organizações. A integração de tecnologia nas salas de aula e nos espaços corporativos é já uma exigência, e posicionamo-nos cedo nessa convergência. Este percurso tem sido igualmente reconhecido a nível internacional, com a atribuição de quatro prémios *Worlddidac*, que distinguem inovação e excelência no setor educativo.



O vosso portfólio inclui obras de grande relevância pública e simbólica. Que projetos destacaria como mais marcantes ao longo destas três décadas?

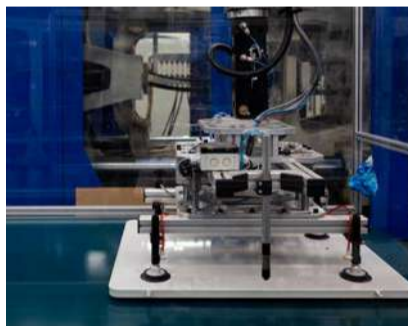
Em primeiro lugar, quero salientar o pilar estruturante no design dos produtos Nautilus, a ergonomia.

Desde a conceção, com base em estudos antropométricos, até à ajustabilidade de alturas e inclinações, cada solução é pensada para garantir posturas corretas e uma utilização confortável ao longo do tempo. Aliada à integração funcional da tecnologia, esta abordagem traduz-se em maior conforto, melhor desempenho cognitivo, menor fadiga e promoção consistente do bem-estar de alunos, formandos e profissionais.

Além disso, o nosso percurso também se mede pelas obras que ficam para o futuro. Tivemos o privilégio de produzir os bancos de igreja do Santuário de Fátima, nomeadamente para a Igreja da Santíssima Trindade – um projeto de enorme simbolismo e exigência técnica. Para a nossa equipa, foi motivo de enorme orgulho contribuir para um espaço com tamanha relevância espiritual e cultural.

Paralelamente, equipámos museus, auditórios, bibliotecas e outras infraestruturas culturais, muitas vezes em estreita parceria com arquitetos e equipas projetistas, contribuindo para soluções integradas onde o mobiliário é pensado de raiz como parte da própria arquitetura do espaço.

Destacamos colaborações com arquitetos de referência como Bartolomeu Costa Cabral, Raúl Hestnes Ferreira e José Bernardo Távora, entre outros, em projetos onde o conforto, a durabilidade e a estética têm de coexistir com elevados fluxos de utilização. São intervenções que exigem elevada engenharia de produto e capacidade industrial de grande escala.



Uma das nossas grandes mais-valias é precisamente essa integração. Dispomos de três áreas industriais principais – marcenaria, serralharia e injeção de polímeros – que nos permitem controlar todo o processo produtivo, do desenvolvimento à produção final.

A Nautilus tem vindo a investir na ampliação da fábrica e em novos equipamentos. Que impacto teve esse reforço industrial?

Nos últimos anos, concretizou-se um investimento estratégico na ampliação da unidade industrial, acompanhado pela modernização profunda dos meios produtivos. A incorporação de maquinaria CNC, soluções de automação e a digitalização de processos permitiram tornar a produção mais precisa, eficiente e controlada. Paralelamente, a implementação de linhas de acabamento mais avançadas e o reforço da capacidade logística e de armazenagem consolidaram toda a cadeia operacional. Este reforço estrutural traduziu-se num aumento significativo da capacidade produtiva, na redução dos prazos de entrega e na elevação consistente dos padrões de qualidade, posicionando a empresa para responder com solidez a projetos de maior dimensão, tanto no mercado nacional como internacional.

A integração de diferentes áreas produtivas é uma das vossas características. Que vantagens traz ao mercado ter marcenaria, serralharia e injeção de polímeros internas?

Uma das nossas grandes mais-valias é precisamente essa integração. Dispomos de três áreas industriais principais – marcenaria, serralharia e injeção de polímeros – que nos permitem controlar todo o processo produtivo, do desenvolvimento à produção final. Isso garante qualidade, flexibilidade, rapidez de resposta e elevada capacidade de personalização, fatores hoje decisivos em projetos educativos e corporativos.

Esta estrutura interna está na base dos principais fatores que diferenciam a Nautilus no mercado: a especialização no setor educativo e institucional, o desenvolvimento de soluções à medida e uma forte componente ergonómica e tecnológica. A produção própria e o controlo integral de qualidade reforçam a consistência e a fiabilidade das soluções apresentadas, enquanto o compromisso ambiental, a capacidade de integrar design, engenharia e instalação, a experiência acumulada de 30 anos e as certificações consolidam a sua posição competitiva.

Esta combinação posiciona a Nautilus como parceiro de solução e não apenas fornecedor de produto.

Ao mesmo tempo, o crescimento da Nautilus passa claramente pela internacionalização. Temos know-how, capacidade industrial e portfólio para competir em mercados exigentes. O objetivo é reforçar a presença em projetos educativos e corporativos fora de Portugal.

De que forma a empresa integra a I&D na sua atividade e em que áreas estratégicas essa abordagem tem maior impacto?

A Investigação & Desenvolvimento assume um papel central na estratégia da Nautilus, estruturando-se como motor de inovação e evolução contínua da sua oferta.

A atuação em I&D incide sobretudo no desenvolvimento de novas tipologias de mobiliário pedagógico, na integração tecnológica em mesas e postos de trabalho e na criação de soluções orientadas para a aprendizagem imersiva e colaborativa.



A Investigação & Desenvolvimento assume um papel central na estratégia da Nautilus, estruturando-se como motor de inovação e evolução contínua da sua oferta.

Paralelamente, aposta-se na ergonomia avançada, na utilização de materiais sustentáveis e leves e na conceção de propostas modulares e flexíveis, capazes de se adaptar a diferentes contextos. Esta abordagem permite antecipar tendências educativas e responder, de forma consistente e diferenciadora.

A sustentabilidade é hoje central na indústria. Como é que a Nautilus incorpora os princípios da economia circular nos seus produtos?

A sustentabilidade deixou de ser uma tendência para passar a ser uma responsabilidade. Desenvolvemos produtos com base em princípios de economia circular, privilegiando materiais recicláveis, processos de baixo desperdício e soluções pensadas para longa vida útil e fácil manutenção. O mobiliário tem de acompanhar as metas ambientais europeias – e queremos estar na linha da frente dessa transformação. Nesse sentido, a economia circular está incorporada em diversas práticas estruturais da empresa. Desde o design orientado para desmontagem e reparação, que facilita intervenções futuras, até à reutilização de componentes e excedentes produtivos, cada etapa é pensada para maximizar recursos.

A separação rigorosa e o correto encaminhamento de resíduos para reciclagem, aliados à redução do desperdício de matéria-prima, reforçam esse compromisso. Paralelamente, a aposta na durabilidade dos produtos e na possibilidade de reconfiguração ou atualização do mobiliário existente permite estender o seu ciclo de vida útil, reduzindo de forma consistente o impacto ambiental global.

Tem defendido que os fundos europeus deveriam privilegiar empresas europeias na aquisição de mobiliário. Porque considera este ponto estratégico?

Existe um tema que consideramos crítico: quando falamos de financiamentos e apoios públicos para aquisição de mobiliário, sobretudo com origem em fundos europeus, deve haver coerência estratégica. Esses investimentos deveriam privilegiar empresas europeias, potenciando a economia, o emprego e a indústria dentro do próprio espaço comunitário. Canalizar fundos europeus para fornecedores extracomunitários é, na nossa perspetiva, uma oportunidade perdida de fortalecer a autonomia industrial da Europa.

A internacionalização surge como próximo passo de crescimento. Que mercados ou projetos estão no vosso radar?

O crescimento futuro da empresa assenta em múltiplos eixos estratégicos, que incluem a expansão internacional em mercados educativos emergentes, o reforço de parcerias com integradores tecnológicos e o desenvolvimento de mobiliário inteligente e conectado. A aposta estende-se à criação de ambientes híbridos de aprendizagem e de trabalho, à continuidade do investimento industrial e digital e à consolidação da marca como referência europeia em mobiliário educativo sustentável. A visão estratégica centra-se na liderança da transformação dos espaços de aprendizagem, tornando-os mais flexíveis, tecnológicos e orientados para as necessidades dos utilizadores.

Ao mesmo tempo, o crescimento da Nautilus passa claramente pela internacionalização. Temos know-how, capacidade industrial e portfólio para competir em mercados exigentes. O objetivo é reforçar a presença em projetos educativos e corporativos fora de Portugal, levando engenharia e produção nacional a novos territórios.



O nosso percurso também se mede pelas obras que ficam para o futuro. Tivemos o privilégio de produzir os bancos de igreja do Santuário de Fátima, nomeadamente para a Igreja da Santíssima Trindade – um projeto de enorme simbolismo e exigência técnica.

Que mensagem deixa aos clientes e decisores sobre a importância de trabalhar com empresas certificadas e alinhadas com as normas europeias?

Defendemos que a exigência dos clientes – públicos e privados – deve passar pela valorização de empresas certificadas, alinhadas com normas europeias de qualidade, segurança e sustentabilidade. Essa exigência protege os utilizadores finais, garante durabilidade dos investimentos e promove concorrência saudável baseada em valor e não apenas em preço.



TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO: UM PAU DE DOIS BICOS



EVA GONÇALVES

Professora Auxiliar no Instituto da Educação da Universidade de Lisboa | UIDEF (Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação)

Iniciado em 1974, o caminho para a descentralização de competências educativas do governo central para escolas e autarquias, tem sido um processo lento. Contudo, intensificou-se nos últimos anos (a publicação do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro é disso exemplo).

Tenho tido a oportunidade, enquanto socióloga e investigadora, de participar em vários projetos de elaboração de documentos estratégicos educativos escolares, municipais e regionais em concelhos variados. Esta experiência - em conjunto com o trabalho de tantos colegas que em Portugal têm refletido sobre o processo de transferência de competências educativas - tornou possível a sistematização de alguns dos desafios e das oportunidades que traz para os territórios e seus atores.

Começo pelos desafios. Para as autarquias, a transferência de competências não foi acompanhada de financiamento adequado e exige a presença de mais técnicos qualificados capazes de trabalhar com, e articular, diferentes atores.

Para as comunidades intermunicipais, porque são um parceiro recente e que acrescenta uma (nova) visão estratégica para toda uma região (ao invés de um único concelho ou uma única escola). Para as escolas, porque aumenta a nuvem de intervenientes com capacidade de decisão estratégica (e política) que podem, mesmo que indiretamente, influenciar os recursos financeiros, materiais e humanos à sua disposição.

Além disso, a articulação entre esses atores, com diferentes papéis e perspetivas distintas, por vezes opostas, é potencialmente causadora de tensões e de conflitos, também observados no terreno.

Ainda assim, como principais oportunidades, o que me parece mais relevante é o facto deste processo ativar ou potenciar novas formas de colaboração e articulação entre atores locais - escolas, câmara municipal, sociedade civil, comunidades intermunicipais. Apesar dos diferentes ritmos de adesão dos concelhos à transferência de competências educativas (obrigatória apenas desde abril de 2022), as colaborações entre aqueles atores são sempre visíveis no terreno. Inclusive nos últimos concelhos a entrar no processo, onde os discursos ainda vertem muito do que são as principais preocupações, já mencionadas.

Ao nível local, as pessoas são capazes de se encontrar, debater os problemas e construir, aplicar e avaliar soluções para os seus concelhos, escolas, famílias e alunos. O pior é que nem sempre o conseguem fazer.

SUSTENTABILIDADE (FINANCEIRA) AUTÁRQUICA



JOAQUIM FREITAS DA ROCHA

Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho - EDUM

Quando se fala em sustentabilidade no plano autárquico, a referência é muitas vezes feita quase exclusivamente à sua dimensão financeira, entendida como a capacidade de uma autarquia (município ou freguesia) assegurar, de modo duradouro e a longo prazo, as necessidades dos cidadãos e das empresas que vivem, trabalham e atravessam o seu território.

Nesse sentido, uma autarquia será financeiramente sustentável se conseguir assegurar, de forma contínua e adequada – ainda que não necessariamente a um nível de excelência –, serviços essenciais como o funcionamento das escolas e dos centros de saúde, a ação social, o ordenamento do território, a recolha de resíduos, a manutenção das vias de comunicação, o transporte de pessoas, entre outros, não apenas no presente, mas também com perspetiva de garantia para 10, 20 ou mais anos.

É fácil constatar que a sustentabilidade se distingue do simples equilíbrio financeiro, normalmente visto numa perspetiva de curto ou, no máximo, médio prazo, como uma relação adequada entre receitas e despesas. Nesta perspetiva, podem existir autarquias com as suas contas formalmente equilibradas, mas cuja atividade, globalmente considerada, não é financeiramente sustentável, porque esse equilíbrio assenta, por exemplo, em receitas extraordinárias, em adiamentos sistemáticos de investimento necessário, na compressão temporária de despesas essenciais ou no recurso a soluções que apenas transferem problemas para o futuro. Por outro lado, também se conclui que a sustentabilidade nem sempre é fácil de compatibilizar com os ciclos políticos, tendencialmente mais curtos, e com a tentação de privilegiar decisões de efeito imediato. Trata-se de um desafio estrutural: governar a pensar no futuro implica planeamento, contenção e escolhas que nem sempre produzem resultados visíveis no imediato.

Daqui emerge uma importante conclusão: a sustentabilidade vai muito além das contas públicas. Não basta ter as finanças em ordem se, ao mesmo tempo, se degradam as condições ambientais, se aprofundam desigualdades sociais ou se enfraquece o funcionamento das instituições locais. A sustentabilidade é também ambiental, social e institucional. De pouco serve um município financeiramente saudável se o tecido social se fragmenta, se os recursos naturais são comprometidos ou se as estruturas autárquicas perdem eficácia, transparência ou credibilidade. Por isso, falar seriamente de sustentabilidade implica adotar uma visão integrada, que combine responsabilidade financeira com coesão social, proteção ambiental e instituições sólidas. Reduzir a sustentabilidade a uma questão meramente financeira é simplificar excessivamente um conceito que é, na sua essência, muito mais amplo.

O problema é que este tipo de abordagem exige também uma lógica política diferente: menos centrada no curto prazo e nos ganhos imediatos, e mais orientada para objetivos estruturais e duradouros. Enquanto a lógica eleitoral continuar a privilegiar resultados rápidos e visíveis, a construção de uma verdadeira sustentabilidade autárquica continuará a enfrentar obstáculos difíceis de ultrapassar.

O PODER LOCAL NUM PAÍS DESIGUAL



FILIPE TELES

Universidade de Aveiro

O *Barómetro do Poder Local* (Set. 2025, Fundação Francisco Manuel dos Santos) confirma algo que há muito se pressente: a democracia de proximidade continua a ser um dos pilares mais resilientes do nosso sistema político, mas permanece marcada por tensões profundas entre confiança, expectativas e participação. Não se trata apenas de medir perceções; trata-se de compreender o lugar que o poder local ocupa no imaginário cívico dos portugueses.

Uma das principais mensagens que emerge do *Barómetro* é a persistente visão do poder local como um prestador de serviços essenciais. Esta centralidade da função administrativa eclipsa, em parte, as suas dimensões políticas (representação, deliberação, participação) e ajuda a explicar porque é que muitos cidadãos expressam satisfação com a governação local, apesar de reconhecerem que têm pouca influência real nas decisões. A democracia local funciona, mas funciona sobretudo como governo de proximidade, não necessariamente como espaço de participação ativa, onde o modelo de delegação (votar, delegar, esperar resultados) continua a dominar sobre modelos mais colaborativos ou deliberativos. É esta assimetria entre proximidade simbólica e distanciamento prático que constitui um dos maiores desafios da democracia local.

Outro aspeto relevante prende-se com o desfazamento entre o que se entende serem as responsabilidades das autarquias e aquilo que se desejaria que fossem. Setores críticos como a saúde e a habitação surgem no barómetro como áreas de política pública onde se espera maior intervenção local. Esta ambição revela, por um lado, um desejo crescente de respostas mais territorializadas, e, por outro, a perceção de que o modelo atual de distribuição de competências já não acompanha a complexidade dos desafios contemporâneos.

O debate sobre descentralização e regionalização ganha aqui relevo acrescido, particularmente quando os cidadãos mostram abertura à adaptação das políticas às especificidades territoriais, mesmo que a legitimidade da descentralização resulte mais da intuição cívica do que do domínio técnico das instituições.

Por fim, o país urbano e o país não urbano revelam padrões diferenciados de relação com o poder local, que não se explicam apenas por fatores demográficos ou funcionais, mas por experiências políticas e institucionais distintas.

A diversidade territorial não é apenas geográfica; é política e sociocultural, refletindo modos diferentes de proximidade ao Estado, de construção da confiança e de expectativas face à ação pública.

A implicação é clara: um modelo uniforme de governação local dificilmente responde à pluralidade de realidades existentes.

Reforçar a democracia local exige políticas sensíveis ao território, exigentes na ética pública e capazes de transformar a proximidade administrativa e simbólica em participação efetiva.

OS NOMES QUE CONSTRUÍRAM O TERRITÓRIO: MEMÓRIA E FUTURO DO PODER LOCAL



MANUEL FERREIRA RAMOS
ValorGlocal

Bom dia, boa tarde ou boa noite dependendo da altura em que nos esteja a ler.

Imagine, por momentos, que quer mencionar o primeiro presidente de câmara eleito em 12 de Dezembro de 1976 (faz este ano 50 anos). Lembra-se? Depende. Se tiver mais de 70 anos tal é possível, se morar numa rua a que foi atribuído o seu nome, sim. Se tiver o Dr. Google à mão também. Idêntico raciocínio é aplicável a outros autarcas. A todos? Não.

Os obreiros, ao longo destas 5 décadas, daquilo que é um Poder Local forte que, como temos visto, é sempre o primeiro a estar presente e a responder aos anseios dos seus concidadãos, são, na sua esmagadora maioria, ilustres desconhecidos. Não sabemos mesmo quem foram os membros da nossa Assembleia de Freguesia, ou os Membros da Assembleia Municipal ou ainda os Vereadores. No entanto, têm nome, cara, passado e, os atuais, futuro. E são responsáveis pelo desenvolvimento do nosso território e estiveram connosco nos bons e nos maus momentos. Há uma história de 50 anos, ciclos, linhas de atuação e de desenvolvimento. E, no entanto, não sabemos quem são.

E, ao contrário, paradoxalmente, esquecemo-nos que alguns dos nossos maiores referenciais (António Guterres, Durão Barroso, Marcelo Rebelo de Sousa, António José Seguro, José Saramago, Ribeiro e Casto, Barbosa de Melo, e tantos outros) foram autarcas.

O que se pretende com O Atlas Autárquico? Tão simples como complexo: saber quem foram e quem são todos, todos, os autarcas eleitos desde o 12.12.1976, esse 25 de Abril do Poder Local.

O que se pretende com O Atlas Autárquico?

Tão simples como complexo: saber quem foram e quem são todos, todos, os autarcas eleitos desde o 12.12.1976, esse 25 de Abril do Poder Local. Município a Município, entender e perceber qual a evolução ao longo destes 50 anos nos diversos patamares: educação, saúde, acessibilidades, cultura, desporto, infraestruturas... Saber quem são e foram, e permitir também que os próprios ou familiares ou correligionários ou opositores possam colocar, atualizar e corrigir elementos.

Dito de outra forma: pretendemos com este Atlas Autárquico saber quem é quem no Poder Local e poder assim homenagear, em definitivo, todos esses autarcas.



O PODER LOCAL COMO PILAR ESTRATÉGICO DA DEMOCRACIA E DA COESÃO NACIONAL



Em 2026, ao celebrarmos 50 anos das primeiras eleições autárquicas, reafirmamos que o Poder Local é uma conquista do 25 de Abril e um modelo de sucesso.

FERNANDO SANTOS PEREIRA
Presidente da ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais

A propósito da depressão Kristin, voltou a ficar demonstrado, ainda que por circunstâncias infelizes, que o Poder Local é a resposta mais célere e eficaz às dificuldades dos cidadãos, como já sucedera durante a pandemia da Covid-19.

O Poder Local é também um motor de desenvolvimento e de coesão nacional. Basta olhar para os últimos 50 anos: Portugal transformou-se profundamente, com melhores infraestruturas, equipamentos desportivos e culturais, respostas sociais mais estruturadas, maior articulação em rede e maior capacidade para enfrentar o futuro. Apesar da margem de progresso existente, o caminho percorrido deve orgulhar-nos.

Esta evolução deve-se ao trabalho e à dedicação dos milhares de eleitos que serviram as suas comunidades, com especial destaque para a Assembleia Municipal.

Criada após o 25 de Abril, é o espaço privilegiado de debate e cidadania, onde têm assento a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia e onde se aprovam documentos estruturantes, como o Orçamento e o Plano de Atividades.

Vivemos um tempo de reflexão sobre a arquitetura do Poder Local. A ANAM defende a valorização da Assembleia Municipal, com gabinetes de apoio, orçamento autónomo e reforço de competências, acompanhando a transferência de responsabilidades.

Em 2026, ao celebrarmos 50 anos das primeiras eleições autárquicas, reafirmamos que o Poder Local é uma conquista do 25 de Abril e um modelo de sucesso. Importa, agora, reforçar a transparência, a proximidade e a subsidiariedade.

Quem está mais próximo decide melhor. A dignificação do poder deliberativo fortalece o executivo. E a qualidade da Democracia mede-se pela qualidade da democracia local. Continuemos a cuidar dela.

O Poder Local é também um motor de desenvolvimento e de coesão nacional.



Retrato político dos municípios de Portugal

A adesão ao Atlas Autárquico representa um investimento estratégico na preservação da memória, na afirmação da identidade institucional e na valorização do futuro do município



MULTITENDAS: TRANSFORMANDO ESPAÇOS, CRIANDO EXPERIÊNCIAS

Com um quarto de século de atividade, a Multitendas ergueu muito mais do que estruturas: construiu uma reputação sólida no panorama nacional dos eventos, aliando rigor técnico, inovação e visão estratégica.

Sob a liderança de **ORLANDO GOMES**, CEO da empresa, o percurso tem sido marcado pela capacidade de antecipar tendências, responder a desafios de grande escala e transformar cada projeto numa afirmação de competência e excelência. Nesta conversa, traçamos o caminho de crescimento da Multitendas, os marcos que consolidaram a sua presença no mercado e a ambição que projeta a empresa para novas geografias e horizontes.



Ao longo de 25 anos de atividade, que momentos considera determinantes na afirmação da Multitendas no mercado nacional?

Desde a sua fundação em 2001, a Multitendas construiu um percurso marcado pela resposta às necessidades emergentes do mercado de eventos e soluções técnicas em Portugal.

Um dos momentos determinantes da Multitendas no mercado nacional foi no ano de 2004, quando Portugal passava por mudanças expressivas com a aposta do país em eventos internacionais, como o Campeonato da Europa de Futebol e o Rock in Rio Lisboa, o que gerou nova procura por estruturas especializadas para grandes eventos, daí a aposta no aluguer e montagem de tendas e estruturas temporárias.

Ao longo dos anos, a empresa consolidou-se com a participação em eventos de grande dimensão, como a *Web Summit* e o *Jubileu do Príncipe Aga Khan*, que marcaram não só a afirmação técnica como a visibilidade da marca no mercado.

Durante o percurso da empresa, quais foram as principais etapas de expansão – em termos de portefólio, capacidade técnica e cobertura geográfica?

A Multitendas começou essencialmente focada no aluguer de tendas, mas rapidamente expandiu o seu portefólio para incluir stands, palcos, estrados, mobiliário, pórticos, equipamentos de apoio e soluções audiovisuais para eventos, adaptando-se às necessidades cada vez mais exigentes dos seus clientes.

Em termos técnicos, a empresa desenvolveu um departamento de conceção e desenvolvimento que permite projetar espaços desde o desenho até à implementação. Quanto à cobertura geográfica, embora a sede esteja em Braga, a atuação da Multitendas é nacional, uma vez que dispomos de várias equipas qualificadas que nos permitem assegurar a execução dos nossos serviços em todo o território português, independentemente da dimensão do evento ou setor. Para estarmos ainda mais próximos dos nossos clientes, inauguramos filiais em Lisboa e Lagoa, marcando presença fixa também no centro e sul do país.

Num contexto competitivo e exigente, como tem a empresa diversificado e fortalecido o seu posicionamento, integrando serviços complementares e mais abrangentes aos tradicionais?

A Multitendas diferencia-se pelas suas soluções integradas, acrescentando aos serviços tradicionais de aluguer e montagem:

- **Assessoria técnica**, com acompanhamento próximo e personalizado de cada projeto;
- **Rapidez e eficácia**, dados os 25 anos de existência no mercado, a Multitendas adquiriu experiência e prática na solução de problemas, conseguindo assegurar soluções imediatas a problemas inesperados;
- **Conceção de espaços e design** adaptado ao cliente e às suas necessidades e preferências;
- **Serviços de impressão, comunicação visual e equipamentos AV** para branding e impacto visual.

Essa diversificação permitiu que a empresa não fosse apenas um fornecedor de estrutura física, mas um parceiro estratégico no sucesso dos eventos. Todas as necessidades do evento estão presentes num lugar só – a Multitendas.

As soluções integradas parecem constituir um eixo central da proposta de valor da empresa. Que benefícios estratégicos traz esta abordagem e como fortalece a posição da empresa face à concorrência?

A aposta em soluções integradas permite à Multitendas oferecer um **serviço "chave-na-mão"**: o cliente encontra num único parceiro tudo o que precisa. Isso reduz complexidade e custos, aumenta a eficiência da produção dos eventos e melhora a experiência global do cliente. Estrategicamente, esta abordagem reforça a fidelidade dos clientes, amplia o leque de segmentos servidos e diferencia a empresa no mercado, não só pelo portefólio, mas pelo nível de suporte profissional que é capaz de entregar.

Quais os maiores desafios que se colocam atualmente na concretização de projetos num mercado cada vez mais exigente?

Num mercado que exige qualidade, rapidez e soluções personalizadas, os principais desafios incluem uma **gestão logística complexa**, devido à diversidade e dimensão dos eventos e o desafio permanente de **innovar em design e tecnologia**, respondendo às expectativas cada vez mais sofisticadas dos organizadores e públicos.

Multitendas



Ao longo dos anos, a empresa consolidou-se com a participação em eventos de grande dimensão, como a Web Summit e o Jubileu do Príncipe Aga Khan, que marcaram não só a afirmação técnica como a visibilidade da marca no mercado.

Que papel pretende a Multitendas assumir no futuro do setor e que novas áreas ou mercados estão no seu radar?

A Multitendas pretende continuar a reforçar o seu papel como referência nacional no setor dos eventos e explorar a possibilidade de expansão internacional, assegurando um acompanhamento próximo e um crescimento sustentado face às exigências emergentes do mercado.

Pretende ainda consolidar a sua oferta técnica, investir na qualificação das equipas e responder de forma proativa às transformações do setor, inovando o portefólio com eventos híbridos, experiências imersivas, entre outras soluções sustentáveis, mantendo o compromisso com a qualidade e a excelência, valores distintivos da empresa.

FUNDOS EUROPEUS – O MOTOR DA MUDANÇA NOS 40 ANOS DE ADESÃO DE PORTUGAL À EU

CLÁUDIA JOAQUIM

Presidente da Agência para o Desenvolvimento e Coesão - AD&C

A adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, em 1986, foi uma escolha estratégica de desenvolvimento, que representou uma mudança estrutural profunda na trajetória económica, social e institucional do país.

Quarenta anos depois, é evidente a centralidade que os fundos europeus assumiram na concretização da integração europeia, tornando-se o instrumento mais tangível da transformação nacional.

Ao longo de seis períodos de programação, os Fundos Estruturais da Política de Coesão afirmaram-se como um poderoso catalisador de investimento, traduzindo prioridades europeias e nacionais em intervenções concretas nos territórios e na vida das pessoas.

A sua ação acompanhou diferentes ciclos e desafios, evoluindo de uma lógica inicial de superação de carências infraestruturais para uma abordagem centrada na competitividade, na inovação, na sustentabilidade e na coesão social e territorial.

No domínio do desenvolvimento económico, os sistemas de incentivos cofinanciados foram determinantes para modernizar a economia portuguesa e reforçar a sua competitividade. O apoio à inovação, à investigação e desenvolvimento (I&D), à qualificação e internacionalização das empresas contribuiu para uma economia progressivamente mais aberta ao exterior. As exportações em % do PIB subiram 8 pontos percentuais entre 2012 e 2024 e o investimento em I&D passou de 0,74% do PIB, em 2003, para 1,72% em 2024 (dados provisórios). Estes números refletem um reforço consistente da base científica e tecnológica do país, bem como numa maior capacidade de inovação do tecido empresarial, contribuindo para uma maior integração nas cadeias de valor europeias e internacionais.

No plano do desenvolvimento social e do capital humano, os fundos europeus foram decisivos para enfrentar um dos maiores desafios estruturais de Portugal: as baixas qualificações da população, tendo contribuído para um salto estrutural na qualificação da população.

A taxa de abandono escolar precoce, que atingia 43,6% em 2000, reduziu-se para 6,6% em 2024. A proporção de adultos com ensino secundário completo passou de 19,2% em 2000 para 61,5% em 2024.



O número de diplomados do ensino superior duplicou a sua expressão nas últimas duas décadas. Estes resultados estão associados ao apoio às vias profissionalizantes, à formação com dupla certificação, aos sistemas integrados de reconhecimento e certificação de competências e de formação de adultos, às bolsas apoiadas para o ingresso e manutenção da frequência no ensino superior, mas também no seu desempenho académico.

Sem o contributo financeiro europeu, dificilmente teria sido possível mobilizar os recursos necessários para uma tão ambiciosa política de qualificação. Estes progressos reforçaram as bases do desenvolvimento de longo prazo, da coesão social e da capacidade de adaptação da economia a contextos cada vez mais exigentes.

Também no domínio ambiental o investimento cofinanciado assumiu um papel determinante, com particular enfoque na transição energética e na gestão sustentável dos recursos. A prioridade atribuída ao aumento da produção de energia a partir de fontes renováveis, à eficiência energética - no edificado e nos processos produtivos - contribuiu para a redução da intensidade energética e das emissões, dando um contributo essencial para o desafio societal da descarbonização. Paralelamente, os investimentos na mitigação e adaptação às alterações climáticas - desde intervenções na orla costeira aos investimentos na área da proteção civil - reforçaram a resiliência do território.

No plano do desenvolvimento social e do capital humano, os fundos europeus foram decisivos para enfrentar um dos maiores desafios estruturais de Portugal: as baixas qualificações da população, tendo contribuído para um salto estrutural na qualificação da população.

No plano da coesão territorial, os fundos europeus desempenharam um papel estruturante na qualificação dos territórios e na promoção da acessibilidade e aumento da qualidade dos serviços sociais de interesse geral (e.g. educação, saúde, cuidados sociais), mas também na promoção de territórios mais desenvolvidos e sustentáveis, tanto a nível económico como social e ambiental. A expansão da rede de autoestradas, o reforço e a modernização da ferrovia, os sistemas de mobilidade urbana sustentável - tais como os metropolitanos de Lisboa e do Porto, a reabilitação urbana e a renovação de equipamentos de educação, saúde e apoio social, reforçaram a funcionalidade dos territórios, contribuindo para uma maior e melhor integração e qualidade de vida das populações.

A adesão à CEE marcou igualmente o início de uma nova forma de pensar o desenvolvimento regional. Num país tradicionalmente organizado em dois níveis políticos - central e municipal -, a Política de Coesão impulsionou o associativismo municipal e contribuiu para a consolidação de um terceiro nível de administração no Continente: o sub-regional. Para além da atuação das CCDR a nível regional, as áreas metropolitanas e as comunidades intermunicipais assumiram competências na gestão de abordagens integradas de base territorial, aproximando a decisão dos problemas concretos das populações.

Mecanismos como os Instrumentos Territoriais Integrados, as iniciativas de desenvolvimento local de base comunitária (com destaque para o LEADER), ou as iniciativas de desenvolvimento urbano sustentável e ainda os programas INTERREG, reforçaram uma lógica bottom-up colaborativa.

Este processo de integração europeia traduziu-se numa clara europeização das políticas públicas portuguesas. Tanto na sua dimensão substantiva como na arquitetura institucional criada para as conceber e executar.

Os fundos não financiaram apenas projetos, induziram mudanças estruturais na governação, na cultura de planeamento estratégico, na gestão e na avaliação de resultados.

Quarenta anos após a adesão, os fundos europeus continuam a afirmar-se como um dos instrumentos mais impactantes do projeto europeu em Portugal.

O percurso, marcado por progressos significativos, traz uma exigência acrescida: transformar investimento em valor económico e social duradouro.

A expansão da rede de autoestradas, o reforço e a modernização da ferrovia, os sistemas de mobilidade urbana sustentável - tais como os metropolitanos de Lisboa e do Porto, a reabilitação urbana e a renovação de equipamentos de educação, saúde e apoio social, reforçaram a funcionalidade dos territórios.

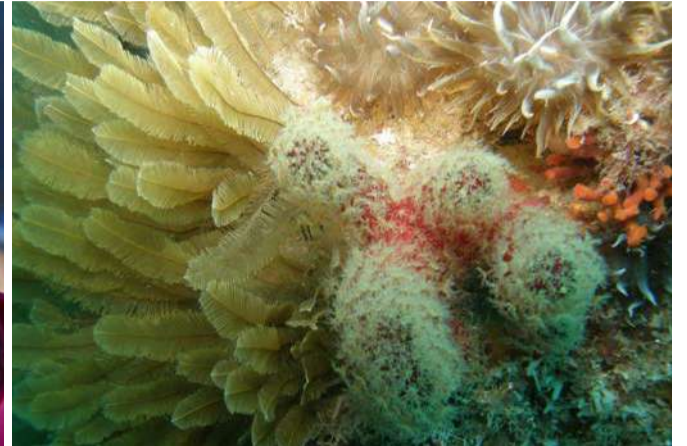
O futuro da Política de Coesão deverá reforçar o seu papel enquanto alavanca central de resposta aos desafios persistentes e emergentes, ao serviço de uma Europa mais próspera, competitiva e coesa.

Para Portugal, se os primeiros anos foram de construção e convergência, os próximos são de consolidação, inovação e impacto, rumo a um Portugal mais inteligente, mais social, mais verde e mais coeso.

MAR2030: A PENSAR NO FUTURO DA ECONOMIA DO MAR



O sector marítimo europeu emprega mais de 5 milhões de pessoas, gera quase 890 milhões de euros de volume de negócios e mais de 250 mil milhões de euros em valor acrescentado bruto por ano, com potencial para criar muitos mais postos de trabalho. Reconhecendo esta importância estratégica, foi na União Europeia adotada a política comum das pescas, inicialmente como parte integrante da política agrícola comum, e após a adesão de países com frotas pesqueiras significativas, em 1983, a PCP tornou-se uma política comum específica.



No ano em que **Portugal celebra 40 anos da sua adesão à Comunidade Económica Europeia**, importa lembrar que ao longo deste percurso fazemos parte da implementação desta política comum das pescas e contámos com o apoio dos fundos europeus de suporte ao sector. Destacando apenas as intervenções estruturadas no âmbito de um programa específico, o apoio do IFOP, em 1994-99 configurou-se no programa PROPECA, com uma dotação de 231 milhões de euros e, em 2000-2006, no programa MARE com 194 milhões de euros; segue-se o FEP, no programa PRO-MAR, com uma dotação de 226 milhões de euros, por fim o FEAMP alocado ao programa Mar 2020, estava dotado com 393 milhões de euros e chegamos, finalmente, ao FEAMPA no programa Mar 2030.

Para 2021-2027 a União criou no seu orçamento o **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos das Pescas e da Aquicultura** (o FEAMPA) dotando-o de 5,3 mil milhões de euros e estabeleceu quatro prioridades de gestão partilhada:

- fomento de pescas sustentáveis e da restauração e conservação dos recursos biológicos aquáticos;
- fomento das atividades sustentáveis de aquicultura e da transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, contribuindo assim para a segurança alimentar da União;
- promoção de uma economia azul sustentável nas regiões costeiras, insulares e interiores e fomento do desenvolvimento de comunidades piscatórias e de aquicultura;
- reforço da governação internacional dos oceanos e promoção de mares e oceanos seguros, protegidos, limpos e geridos de forma sustentável.

O programa **Mar 2030** é o programa que implementa em Portugal estas prioridades da União Europeia, sendo financiado pelo FEAMPA.

Reconhecendo esta importância estratégica, foi na União Europeia adotada a política comum das pescas, inicialmente como parte integrante da política agrícola comum, e após a adesão de países com frotas pesqueiras significativas, em 1983, a PCP tornou-se uma política comum específica.

Portugal tem uma elevada responsabilidade na prossecução destas prioridades da UE uma vez que é o 5.º Estado membro com a maior dotação alocada a este fundo. São mais de 539 milhões de euros de investimento público que estão alocados ao desenvolvimento do sector das pescas e da aquicultura no nosso país.

O **Mar 2030** integra o Acordo de Parceria, vulgarmente designado por PORTUGAL 2030, proposto por Portugal e aprovado pela Comissão Europeia, sendo um dos seus 4 programas temáticos.

Tal como os demais programas do PORTUGAL 2030, foi aprovado em dezembro de 2022, tendo desde então e até final de 2025, sido aprovados mais de 3 mil projetos, de todas as prioridades da União Europeia, que, para a sua execução, contam com um apoio público aprovado de 292,4 milhões de euros.

O programa atingiu uma taxa de compromisso de 54,5% e uma taxa de execução de 19%, da dotação total programada, em linha com a média europeia, e é um dos 3 programas com maior taxa de execução no PORTUGAL 2030.

Este nível de desempenho permitiu o cumprimento da designada regra n+3, que determina que uma anuidade da programação plurianual tem de ser executada em 3 anos e a parte não executada, a existir, é retirada do valor total do fundo aprovado para o Estado membro. Este é um objetivo de gestão a cada ano que tem vindo sempre a ser reforçado, habilitando o sector da pesca a beneficiar de toda a verba alocada a Portugal no âmbito deste fundo.

No âmbito da 1ª prioridade da União Europeia, com o apoio do Mar 2030 pretende-se contribuir para o alcance dos seguintes objetivos:

- **modernizar 25% da frota ativa de pesca**, sendo que até ao momento já foram apoiadas mais de 290 embarcações de pesca das cerca de 3 600 embarcações licenciadas.

A este título, importa ter presente que os apoios do programa se dirigem à melhoria das condições de segurança, saúde e trabalho. Como resultado deste esforço continuado de apoios públicos para reforço da segurança a bordo das embarcações de pesca, o número de acidentes de trabalho reduziu-se para quase metade nos últimos 10 anos, passando de 1 019, registados em 2014, para 616, registados em 2024.

- **qualificar as infraestruturas portuárias**, com instalação de gestão otimizada de energia em 50% dos portos de pesca e, no quadro da descarbonização, a instalação de meios de produção e uso de energias renováveis.

Neste âmbito, os investimentos aprovados e em curso com o apoio do **Mar 2030** são superiores a 20 milhões de euros. No território do continente, apenas 6 portos com pontos de venda servem mais de 50% das embarcações, são estes: Aveiro (308 embarcações), Sesimbra (290), Peniche (285), Olhão (251), Quarteira (219), Portimão (209), Torreira (201), Setúbal (198) e Matosinhos (182), grande parte dos quais com investimentos aprovados e em curso com o apoio do programa **Mar 2030**.

- **desenvolver e incorporar conhecimento científico nos processos produtivos**, com foco nas parcerias entre cientistas e pescadores e adoção de modelos de cogestão, onde se destaca a criação de modelos de cogestão aplicados ao *"Percebe"*, nas Berlengas, e ao *"Polvo"*, no Algarve.

Estes modelos focam-se na sustentabilidade ambiental, social e económica e promovem a participação inclusiva e em parceria, que envolve o Estado, a comunidade científica e as comunidades piscatórias, na definição de regras (planos de gestão) e da sua monitorização.

- **manter 100 % das unidades populacionais de gestão pesqueira dentro dos limites biológicos sustentáveis**, de acordo com os parâmetros resultantes da avaliação científica, adequando os níveis de esforço de pesca a esses limites.

A este título, no âmbito do **Mar 2030** apoiam-se os programas de recolha de dados, que permitem realizar cruzeiros científicos de forma regular, desenvolvendo o conhecimento científico sobre o estado dos recursos. Complementarmente, no **Mar 2030** apoiam-se as comunidades piscatórias a realizar paragens temporárias da atividade da pesca, tendo em vista a reposição da sustentabilidade dos recursos. Estes apoios têm por objetivo mitigar a perda de rendimento de pescadores e armadores durante esses períodos de paragem. Quando a capacidade da frota está acima da capacidade do stock de recursos, são ainda definidos planos de ação dirigidos ao segmento de frota que registe esse desequilíbrio e o programa **Mar 2030** apoia o abate das embarcações de pesca desse segmento de frota, desta forma repondo o equilíbrio entre a capacidade de pesca e a disponibilidade e sustentabilidade dos recursos naturais.

O valor acrescentado bruto (VAB) da economia do mar no VAB nacional aumentou para 4,3%, crescendo acima do VAB da economia nacional. Portugal destaca-se no cenário europeu, ocupando a 6.ª posição no ranking de importância relativa do VAB da Economia Azul na economia nacional.

Em intempéries e significativas perturbações de mercado, como foi o caso das consequências do encerramento dos mercados para conter os surtos de COVID e o significativo aumento dos custos de produção provocado pelo deflagrar da guerra na Ucrânia, os fundos europeus reagem em contraciclo com apoios aos armadores e pescadores. Mais recentemente, em face das intempéries ocorridas em final de 2025 e em 2026, no **Mar 2030** foram criados apoios para os operadores económicos requalificarem as suas unidades produtivas e mitigar a perda de rendimentos na atividade da pesca.

No âmbito da 2ª prioridade da União Europeia, o objetivo é alcançar uma atividade aquícola de pelo menos 25 mil toneladas ano, sendo que em 2023 este volume já ronda as 20 mil toneladas ano, antevendo-se uma antecipação do alcance da meta.

Os apoios ao investimento produtivo do programa, e dos programas seus antecessores, têm tido um papel essencial na expansão desta atividade, que tem de emergir em Portugal e na generalidade dos países europeus, já que na Ásia a produção aquícola já supera a produção de pescado selvagem. Esta projeção é vital não só para promover a sustentabilidade dos recursos naturais, como para garantir a segurança alimentar num contexto de uma população mundial em crescimento.

Pretende-se ainda contribuir para aumentar em 30% o valor acrescentado bruto (VAB) da economia do mar e que a mesma venha a atingir os 7% do VAB da economia nacional.

A este título, o VAB da Economia do Mar representa atualmente 4,3% do VAB da economia nacional e a importância relativa do emprego da economia do mar no total do emprego nacional cifrou-se em 3,6%, em 2022. Portugal ocupa a sexta e a oitava posições nos rankings de países europeus, em termos de importância relativa do VAB e do emprego da economia do mar nas respetivas economias nacionais.

Regista-se igualmente o apoio do programa, à internacionalização das empresas e o aumento do valor acrescentado nacional na transformação dos produtos da pesca, com resultados já evidenciados nas exportações portuguesas de produtos

da pesca que têm mantido uma trajetória de crescimento, atingindo 1 455,3 milhões de euros em 2024, um aumento de 6,2% face ao ano anterior, superando o ritmo de crescimento da globalidade das exportações de bens da economia nacional.

Na 3ª. prioridade da União, os apoios do programa focam-se na implementação das estratégias de desenvolvimento local dirigidas para as comunidades piscatórias e aquícolas. Estas estratégias são definidas pelos atores locais, em função das suas necessidades, e são implementadas sob gestão dos Grupos de Ação Local, na maioria dos casos assentes em associações de desenvolvimento local.

No Mar 2030, estão aprovadas e em execução 16 estratégias de desenvolvimento local, cobrindo todo o território nacional: 3 na Região Autónoma dos Açores, 1 na Região Autónoma da Madeira e as restantes no território continental desde o Alto Minho ao Sotavento Algarvio.

Por fim, na 4ª. prioridade da União, as opções da programação recaem sobre a promoção do conhecimento do meio marinho e o reforço da vigilância marítima integrada. Este é um programa multifacetado que procura responder aos desafios que o sector da pesca enfrenta e exponenciar as suas mais valias.

Um percurso com objetivos partilhados, em proximidade com os operadores e segundo regras claras, permite ao Programa MAR 2030 contribuir para uma atividade economicamente rentável, incorporando valor e assegurando a sustentabilidade.

MAR 2030:

OS FUNDOS EUROPEUS MAIS PRÓXIMOS DE SI!



Conheça o plano anual de abertura de avisos para apresentação de candidaturas, os avisos que estão abertos, a legislação aplicável, as realizações e os resultados alcançados, os projetos de sucesso, enfim... saiba tudo sobre o programa em www.mar2030.pt

No âmbito do Mar 2030 apoiam-se os programas de recolha de dados, que permitem realizar cruzeiros científicos de forma regular, desenvolvendo o conhecimento científico sobre o estado dos recursos. Complementarmente, no **Mar 2030** apoiam-se as comunidades piscatórias a realizar paragens temporárias da atividade da pesca, tendo em vista a reposição da sustentabilidade dos recursos. Estes apoios têm por objetivo mitigar a perda de rendimento de pescadores e armadores durante esses períodos de paragem.

PEIXE PORTUGUÊS: NADA MELHOR!

CAPTURADO, RESPEITANDO OS RECURSOS NATURAIS OU CRESCENDO SAUDÁVEL EM AQUICULTURA, E VALORIZADO ATRAVÉS DE CONGELAÇÃO, SECAGEM OU CONSERVAS.

O programa Mar 2030 promove a competitividade das empresas do sector da pesca.

SAIBA MAIS EM WWW.MAR2030.PT



Cofinanciado pela
União Europeia

TRANSFORMANDO A ÁGUA. LIDERANDO A SUSTENTABILIDADE

Nesta entrevista, conversamos com

BRUNO BORGES,

Leader, Iberia, LIXIL Europe,

responsável pela estratégia comercial e pelo alinhamento estratégico nestes mercados.

A GROHE é uma marca alemã líder global em soluções completas para casas de banho e cozinhas. Atualmente integrada no grupo LIXIL, a empresa conta com uma das suas fábricas em Portugal. Assente na qualidade, tecnologia e design, a marca assume hoje a sustentabilidade como o seu grande motor de inovação.

Ao longo desta conversa, abordamos o atual posicionamento da GROHE e exploramos as grandes tendências do design de interiores e da construção, refletindo sobre como é possível aliar a melhor experiência com a água a um compromisso firme com a preservação do planeta.



Unidade de Produção em Albergaria: Nesta unidade, aplicamos processos de produção avançados que minimizam o desperdício e promovem a eficiência energética. Além disso, implementamos a certificação **Cradle to Cradle Certified®** em gamas como as **GROHE EuroSmart** e **BauEdge**, garantindo que os produtos são fabricados de forma a que os seus componentes possam ser reutilizados ou reciclados infinitamente, fechando assim o ciclo de vida do produto.

Que desafios a marca enfrenta num contexto de crescente pressão sobre os recursos hídricos a nível global?

O maior desafio é a escassez hídrica crescente, que nos obriga a inovar constantemente para tornar o desperdício impossível através da engenharia de ciclo fechado. Enfrentamos este cenário focando na eficiência do nexo água-energia, através do desenvolvimento de tecnologias como **GROHE Heat Recovery** (um sistema de recuperação de calor). Estes sistemas permitem reaproveitar a energia térmica da água para pré-aquecer o fluxo de entrada, reduzindo drasticamente tanto o consumo energético como a necessidade de recursos hídricos adicionais, assegurando que cada gota é utilizada com a máxima eficácia.

De que forma a empresa está a responder às novas exigências de certificações ambientais e eficiência energética, assim como ao novo regulamento relativo aos Produtos da Construção neste setor?

Estamos a responder com total transparência e preparação para o novo Regulamento relativo aos Produtos da Construção (RPC), assegurando que as nossas soluções facilitem a obtenção de certificações como **LEED**, **BREEAM** e **Level(s)**. A GROHE já está a trabalhar na conformidade com o **Passaporte Digital de Produto**, garantindo que todos os nossos parceiros tenham acesso aos dados de impacto ambiental e ciclo de vida necessários para a construção sustentável moderna.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Quais são os principais focos da Grohe atualmente e de que forma definem a sua atuação no mercado?

Atualmente, o foco principal da GROHE reside em liderar a transformação do setor para uma gestão de água inteligente e sustentável, atuando como um parceiro estratégico e não apenas como um fabricante de componentes. A nossa atuação no mercado é definida por quatro pilares fundamentais da LIXIL: poupança de água, eficiência energética, erradicação de plásticos de uso único e neutralidade de carbono nas nossas operações.

De que forma a marca antecipa tendências globais no setor da construção e do design de interiores?

Para antecipar as tendências globais no setor da construção e do design, observamos de perto megatendências como a urbanização acelerada e a digitalização, o que nos permite desenvolver soluções completas que transformam a casa de banho e a cozinha em espaços mais eficientes, saudáveis e adaptados às necessidades do futuro.

Que papel desempenha a sustentabilidade na estratégia global e nas decisões de investimento da empresa?

A sustentabilidade não é um elemento acessório, mas sim o núcleo da nossa estratégia global e o principal motor das nossas decisões de investimento. Como parte da LIXIL, orientamos os nossos recursos para atingir a neutralidade de carbono e a economia circular, garantindo que cada investimento contribua para reduzir a pegada ambiental tanto da empresa como do consumidor final.

De que forma a Grohe integra princípios de responsabilidade e gestão ambiental nos seus processos de produção?

Integramos a responsabilidade ambiental através da otimização de recursos em todas as nossas fábricas, tendo já alcançado uma produção neutra em carbono no fabrico de torneiras, incluindo medidas compensatórias. Um exemplo prático e próximo desta gestão é a nossa unidade de **Albergaria**, em Portugal, que se posiciona como um centro de excelência e um pilar de sustentabilidade para o grupo.

A sustentabilidade não é um elemento acessório, mas sim o núcleo da nossa estratégia global e o principal motor das nossas decisões de investimento.

Nesta unidade, aplicamos processos de produção avançados que minimizam o desperdício e promovem a eficiência energética. Além disso, implementamos a certificação **Cradle to Cradle Certified®** em gamas como as **GROHE EuroSmart** e **BauEdge**, garantindo que os produtos são fabricados de forma a que os seus componentes possam ser reutilizados ou reciclados infinitamente, fechando assim o ciclo de vida do produto.

Como é que a empresa equilibra estética, funcionalidade e eficiência hídrica nas suas diferentes coleções?

O nosso equilíbrio baseia-se no conceito **"Puro Prazer da Água"**, onde o design de vanguarda nunca compromete a eficiência. Graças a tecnologias como a **GROHE EcoJoy**, conseguimos coleções com designs atuais que reduzem o consumo de água até 50%, provando que é possível oferecer uma experiência única com um uso responsável dos recursos.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (I&D)

Que papel desempenha o I&D na estratégia da Grohe e como se traduz essa aposta em soluções concretas para uma utilização mais sustentável da água?

O investimento em I&D é a coluna vertebral da nossa competitividade e traduz-se em soluções tangíveis para um consumo de água mais consciente. Um exemplo fundamental é a tecnologia **EcoMode**, que evita o consumo desnecessário de energia ao ativar apenas água fria na posição central da alavanca. Outro destaque é o sistema **GROHE Blue**, que oferece água filtrada e refrigerada diretamente da torneira, eliminando a necessidade de até 800 garrafas de plástico por ano para uma família de 4 pessoas. Além disso, incorporamos inovações de vanguarda como o **AquaBooster**, que otimiza o fluxo de água para uma eficiência máxima, e sistemas de **Heat Recovery** (recuperação de calor), que permitem reaproveitar a energia térmica para pré-aquecer a água, elevando o padrão de sustentabilidade em cada projeto.

GROHE Heat Recovery (um sistema de recuperação de calor): Estes sistemas permitem reaproveitar a energia térmica da água para pré-aquecer o fluxo de entrada, reduzindo drasticamente tanto o consumo energético como a necessidade de recursos hídricos adicionais, assegurando que cada gota é utilizada com a máxima eficácia.

De que forma a digitalização está a transformar a experiência do utilizador nas soluções de casa de banho e cozinha?

A digitalização está a permitir uma personalização e um controlo do consumo sem precedentes, transformando a interação com a água numa experiência mais consciente e eficiente. Através de tecnologias digitais integradas em sistemas de cozinha e banho, o utilizador pode agora monitorizar com precisão o volume de água e a energia consumida em tempo real. Além disso, a inovação digital permite-nos oferecer soluções como sistemas de água filtrada inteligentes que reduzem a pegada de plástico, onde a tecnologia assegura que cada gota é gerida com a máxima conveniência para o utilizador final.

FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Como é que a Grohe investe na formação e capacitação de profissionais - instaladores, arquitetos e designers - para assegurar a correta implementação das suas soluções?

Na GROHE, compreendemos que a excelência das nossas soluções depende de uma instalação e prescrição corretas. Por isso, investimos fortemente no programa **GIVE (GROHE Installer Vocational Training and Education)**, que capacita jovens instaladores em toda a região. Além disso, disponibilizamos o **GROHE Training Companion**, uma plataforma dedicada que oferece formação personalizada e recursos técnicos acessíveis a qualquer momento para instaladores, arquitetos e designers. Da mesma forma, mantemos uma colaboração constante com estes profissionais, oferecendo-lhes ferramentas de formação técnica e recursos digitais que asseguram que as soluções de sustentabilidade são integradas com sucesso desde a fase inicial de cada projeto arquitetónico.



Quais são os próximos projetos da Grohe e quais os objetivos da marca a médio prazo?

Olhando para o futuro, o nosso objetivo a médio prazo é consolidar o conceito de *"água circular"*, onde o tratamento e a reutilização dentro da própria habitação sejam a norma. Continuaremos a ampliar a nossa gama de produtos certificados sob padrões de economia circular e reforçaremos a nossa posição como o fornecedor de referência para edifícios de emissões líquidas zero. A nossa meta é continuar a inovar para que a água seja desfrutada de forma infinita e responsável, liderando a transição para um setor da construção plenamente sustentável.

O sistema **GROHE Blue**, que oferece água filtrada e refrigerada diretamente da torneira, eliminando a necessidade de até 800 garrafas de plástico por ano para uma família de 4 pessoas.



Através de tecnologias digitais integradas em sistemas de cozinha e banho, o utilizador pode agora monitorizar com precisão o volume de água e a energia consumida em tempo real.

CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL COM PRODUTOS SUSTENTÁVEIS



JOSÉ DE MATOS

Secretário-Geral da Quem Somos
Associação Portuguesa dos Comerciantes
de Materiais de Construção – APCMC

Contrariar esta consequência obriga a conduzir com cautela esta transição e a desenhar políticas públicas que a favoreçam, nomeadamente através de instrumentos financeiros e fiscais, mas, também, promovendo a inovação nos processos de construção.

No contexto económico é também particularmente relevante que as políticas públicas garantam uma procura com um mínimo de escala para aplicação das inovações que se quer promover ao nível dos produtos, soluções e sistemas construtivos, sabendo-se que este setor é particularmente avesso à utilização de soluções que não tenham um longo período de teste e aprovação.

Os edifícios e a própria atividade da construção têm um enorme impacto no ambiente, quer seja através do consumo de recursos naturais, seja do consumo de energia e de emissões de gases com efeito de estufa, ou mesmo da geração de grandes quantidades de resíduos da construção e demolição.

Acrescem, ainda, os efeitos nocivos sobre os ecossistemas e sobre a paisagem que resultam da artificialização dos solos e da pressão urbanística.

É óbvio que a satisfação das necessidades das sociedades, seja de habitação, mobilidade ou da própria economia, requer a construção de edifícios e infraestruturas e a sua utilização. Sendo imprescindíveis, é, todavia, possível mitigar os seus efeitos no ambiente.

Ter como objetivo a sustentabilidade na construção é, simultaneamente, reconhecer o seu papel nas vertentes económica e social e garantir uma progressiva redução da respetiva pegada ambiental, de forma a evitar o desperdício e o esgotamento de recursos naturais que inviabilizam a sua continuidade futura, ao mesmo tempo que se garante a neutralidade sobre as alterações climáticas e se salvaguardam os equilíbrios dos ecossistemas que sustentam a vida.

São diversos os caminhos para alcançar a sustentabilidade na construção, desde a melhoria dos instrumentos de gestão do território e do planeamento urbanístico até à reutilização ou reciclagem dos materiais de construção, passando, obrigatoriamente, pela alteração dos sistemas construtivos e pelo design e fabrico dos produtos e equipamentos usados na construção.

Os problemas a resolver não são meramente técnicos ou tecnológicos, têm uma importante dimensão económica que não pode ser escamoteada. As mudanças da base tecnológica, sejam a transição energética, sejam as alterações da base industrial da construção, pressupõem grandes investimentos e aumento de custos de operação, que, no curto prazo, são suscetíveis de tornar as obras mais caras.

O papel dos comerciantes na promoção da sustentabilidade na construção é fundamental, organizando o seu sistema de informação para prestar aos seus clientes informação técnica rigorosa sobre as características e desempenho dos produtos.

Para o comércio, vender produtos mais “sustentáveis” é vantajoso porque, naturalmente, são produtos preferidos pelos clientes e conferem um maior valor acrescentado. Mas a sustentabilidade tem que ser atestada de forma clara e rigorosa, assente em indicadores reconhecidos pela regulamentação e verificáveis através de declarações dos fabricantes e/ou de certificados emitidos por entidades terceiras, transmitindo confiança ao utilizador e combatendo práticas de greenwashing que são perturbadoras do mercado e da concorrência.

O papel dos comerciantes na promoção da sustentabilidade na construção é fundamental, organizando o seu sistema de informação para prestar aos seus clientes informação técnica rigorosa sobre as características e desempenho dos produtos e preparando os seus recursos humanos para saber interpretar essa informação e esclarecer e aconselhar nas diversas situações de utilização.

A aposta na sustentabilidade pode ser, inclusive, um fator diferenciador no mercado e decisivo para o futuro das próprias empresas de distribuição.



MATERIAIS DE ISOLAMENTO TÉRMICO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO



VASCO PEIXOTO DE FREITAS

Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Consultor

A habitação constitui um dos desafios da próxima década em Portugal, tendo em atenção o custo da habitação, os rendimentos das famílias e a ausência de um mercado suficientemente ativo de arrendamento, assim como a ausência de uma promoção imobiliária suficientemente forte. Por outro lado, a descarbonização dos edifícios existentes, prevista até 2050 implica desafios construtivos e investimentos significativos que devem merecer a melhor atenção. Refira-se que muitos dos 3,5 milhões de edifícios existentes em Portugal, cerca de 2,5 milhões, foram construídos antes da publicação de qualquer exigência energética e ambiental.

De acordo com a Estratégia a Longo Prazo para a Reabilitação do Património Edificado - ELPRE, as necessidades de investimento, em 2021, foram quantificadas em 110 mil milhões de euros para o setor residencial. Isto significa que, em média, cada português teria de despende, a valores de 2025, mais de 15.000 euros (contemplando a inflação recente e o aumento do custo da construção). Para além da reabilitação energética deve acrescentar-se a construção de habitação nova que atingiu um máximo de cerca de 125.000 habitações, em 2002, e um mínimo de cerca de 10.000, em 2015, e que deverá tender nos próximos anos para um valor intermédio. Há um mercado imenso no setor dos materiais de construção, se as condições financeiras o permitirem.

Algumas das grandes questões que se colocam no domínio da eficiência energética são: a) a conservação de energia e o necessário isolamento térmico das coberturas, paredes e envidraçados; b) como efetuar a seleção exigencial dos materiais; c) como ter em consideração as preocupações ambientais e a avaliação do ciclo de vida.

Permito-me expressar opinião sobre as questões acima enumeradas. As exigências de isolamento térmico para a construção nova já são muito exigentes, pelo que seria importante definir-se um nível de qualidade inferior ao atual para ser possível construir com um custo inferior, enquanto para a reabilitação energética é de crucial importância flexibilizar as exigências. Por outro lado, é útil continuar a sensibilizar o mercado para uma escolha baseada no desempenho medido dos materiais. Por fim, não pode deixar de se atender às preocupações ambientais, desde que seja possível uma quantificação efetiva dos parâmetros exigidos.

Refira-se que muitos dos 3,5 milhões de edifícios existentes em Portugal, cerca de 2,5 milhões, foram construídos antes da publicação de qualquer exigência energética e ambiental. De acordo com a Estratégia a Longo Prazo para a Reabilitação do Património Edificado - ELPRE, as necessidades de investimento, em 2021, foram quantificadas em 110 mil milhões de euros para o setor residencial.

Os materiais de construção são essenciais para responder ao desafio da neutralidade carbónica. Exige-se investigação e desenvolvimento para que os materiais produzidos e comercializados sejam caracterizados, identificando-se todos as propriedades e parâmetros físicos, higr-térmicos e ambientais.

O desafio do setor dos materiais de construção é complexo e diverso, mas tem de se procurar o equilíbrio justo necessário entre o desejo normativo e estratégico e a realidade, nesta conjuntura que é, em Portugal, dinâmica e favorável.

SANIPOWER: CRESCER COM INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA

Num setor em acelerada transformação, a Sanipower tem vindo a consolidar a sua posição no mercado nacional da climatização. Sob a liderança de Américo Campos, a empresa aposta na expansão estruturada, na inovação contínua e no reforço da sua marca própria como pilares de um crescimento sustentado.



AMÉRICO CAMPOS
CEO da Sanipower

De que forma a Sanipower tem assegurado um crescimento sustentável, nomeadamente uma maior cobertura a nível nacional?

A expansão da cobertura nacional da Sanipower tem sido determinante para assegurarmos um crescimento sustentável.

No final de 2025, inaugurámos o nosso 13.º ponto de venda, em Vila Real, reforçando a proximidade aos nossos clientes e parceiros e garantindo um serviço mais ágil e eficiente em todo o território. Paralelamente, registámos um aumento significativo da faturação, refletindo a confiança crescente no nosso portefólio, e expandimos a nossa gama de produtos, oferecendo soluções mais diversificadas e adaptadas às necessidades do mercado.

Que papel estratégico assume hoje a Proteu na consolidação da Sanipower enquanto marca forte no mercado nacional?

Para a Proteu®, a inovação não é apenas um fator diferenciador, mas uma verdadeira estratégia de crescimento. É através dela que conseguimos manter a competitividade, antecipar necessidades do mercado e responder de forma consistente às expectativas dos nossos parceiros.

Assumindo-se como uma marca claramente orientada para o profissional, a Proteu® foca todos os seus esforços em compreender e responder de forma eficaz aos seus pedidos, desenvolvendo soluções que acrescentam valor real ao seu dia a dia. O reconhecimento e o feedback positivo dos parceiros confirmam esse caminho, destacando o valor das soluções desenvolvidas e o suporte próximo prestado pela marca. A Proteu® tem vindo a consolidar a sua entrada e crescimento no mercado internacional, com presença em países como Espanha, PALOP e Caraíbas, reforçando a sua capacidade de adaptação a diferentes realidades e exigências. Esta expansão internacional evidencia a solidez da marca e a sua ambição de crescimento sustentável.

Hoje já não falamos apenas de equipamentos, falamos de soluções de engenharia, onde climatização, controlo, ventilação e gestão inteligente caminham juntas.

Essa relação de confiança sólida reforça o papel da Proteu® como um dos pilares fundamentais da Sanipower enquanto marca forte, credível e orientada para o futuro.

Como avaliam a performance da empresa nos últimos anos, num contexto de transformação e maior exigência do setor?

Ao longo dos últimos anos, a Sanipower tem demonstrado uma performance muito positiva, mesmo num contexto de profunda transformação e de maior exigência no nosso setor. O reconhecimento com 8 distinções PME Excelência consecutivas é prova da solidez da empresa, da boa gestão e da confiança do mercado. Temos registado um crescimento sustentado da faturação, acompanhado por um alargamento contínuo da nossa gama de produtos, sempre com foco na qualidade, inovação e resposta às necessidades dos clientes. Este percurso reforça-nos a confiança para continuar a investir e a evoluir de forma responsável e competitiva.

Qual é a vossa leitura atual do setor e que desafios e oportunidades se colocam a médio prazo?

O setor da climatização está a atravessar uma transformação profunda, impulsionada pela transição energética e pela crescente exigência de eficiência. Hoje já não falamos apenas de equipamentos, falamos de soluções de engenharia, onde climatização, controlo, ventilação e gestão inteligente caminham juntas.

A médio prazo, vemos oportunidades claras associadas à reabilitação do edificado e à incorporação de tecnologias cada vez mais avançadas. No entanto, os desafios são igualmente relevantes. A falta de mão de obra qualificada é, provavelmente, o maior constrangimento do setor, a par da rápida evolução tecnológica, que exige uma atualização constante de competências. Acresce ainda uma pressão crescente sobre os projetos para cumprir metas cada vez mais exigentes de desempenho energético. Neste contexto, a capacidade de adaptação, o investimento em formação contínua e uma visão integrada das soluções serão determinantes para a sustentabilidade e competitividade do setor nos próximos anos.

A formação dos parceiros tem sido uma aposta clara. Que impacto concreto tem esta estratégia na criação de valor e na diferenciação da empresa?

A formação dos parceiros é uma das alavancas mais claras de criação de valor na Sanipower. Ao investirmos de forma contínua na capacitação de instaladores e técnicos, estamos a garantir não só a atualização tecnológica permanente, mas também a elevação do nível técnico de todo o setor. Isto traduz-se em instalações mais seguras, mais eficientes e com maior qualidade, o que beneficia o cliente final e reforça a confiança nas soluções que representamos. A nova sede terá um espaço reservado para a Academia Sanipower, um exemplo concreto dessa visão: um espaço pensado para partilha de conhecimento, aprendizagem prática e proximidade com os profissionais. Acreditamos que o futuro do setor não depende apenas da tecnologia – depende das pessoas que a instalam. É assim que nos diferenciamos: como promotores de conhecimento, parceiros dos profissionais e uma empresa que contribui ativamente para a qualidade do setor.

Com um mercado global e digital, qual tem sido o investimento da empresa em I&D, assim como que futuro e novos projetos a Sanipower pretende abraçar?

Num mercado cada vez mais global e numa era profundamente digital, a Sanipower tem encarado o investimento em Investigação e Desenvolvimento como um pilar estratégico do seu crescimento. A nossa aposta numa marca própria forte reflete precisamente essa visão: não queremos ser apenas distribuidores, queremos criar valor, desenvolver soluções e responder de forma concreta às necessidades reais do mercado.

O nosso I&D nasce muito da proximidade com o terreno. Desenvolvemos soluções ajustadas à realidade do nosso mercado, com um forte controlo de qualidade e uma lógica de inovação contínua.

Existe uma ligação muito próxima entre quem desenvolve os produtos e quem os instala, o que nos permite evoluir com base na experiência real de obra e no contacto diário com instaladores e engenheiros. É daí que nasceu a nossa marca própria, a Proteu®. Paralelamente, a Sanipower tem vindo a reforçar a sua ligação ao meio académico, através de parcerias estratégicas com instituições de referência como a FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – e o ISEP – Instituto Superior de Engenharia do Porto. Estas parcerias são fundamentais para aproximar o conhecimento científico da realidade do mercado, permitindo o desenvolvimento de soluções tecnicamente mais robustas, inovadoras e alinhadas com os desafios energéticos e ambientais do futuro. A colaboração com estas instituições reforça a nossa capacidade de inovação, validação técnica e formação, contribuindo para a evolução sustentada do setor.



Esse compromisso com o futuro está também refletido no investimento na nova sede da Sanipower.

A construção da nova sede da Sanipower é outro marco fundamental neste percurso. Trata-se de um projeto de grande dimensão, com 35.000 m² de área total, que irá revolucionar a forma como servimos o mercado, fortalecendo significativamente o serviço pós-venda e ampliando a nossa capacidade de negócio. Estas novas instalações integram inovação, modernização e espaços dedicados à melhoria contínua dos serviços, refletindo a nossa ambição de crescer de forma sustentada, sólida e orientada para o futuro.

Mais do que um crescimento físico, trata-se de um investimento estratégico na qualificação do setor. Queremos que seja um centro técnico de referência a nível nacional, com espaços de formação para profissionais, um showroom tecnológico, um hub logístico eficiente e uma infraestrutura preparada para responder às exigências futuras do mercado. A nova sede representa a nossa visão de proximidade, conhecimento e apoio contínuo aos profissionais.

Quanto ao futuro, vemos claramente as bombas de calor a assumirem um papel dominante, integradas com soluções de energias renováveis e sistemas cada vez mais inteligentes. O setor caminha para um nível de maior exigência técnica e profissionalização, e a Sanipower quer estar na linha da frente dessa evolução, acompanhando os profissionais, investindo em conhecimento e continuando a inovar de forma sustentada.



SANIPOWER

AS NOVIDADES DO REGULAMENTO (UE) 2024/3110, NOVO REGULAMENTO PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO (RPC)

CERTIFICAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: PASSADO, PRESENTE E FUTURO



O Passaporte Digital dos Produtos de Construção (PDP_C), O objetivo é permitir não só a agilização dos processos associados ao comércio, mas também a utilização integrada dos dados nos projetos de construção.

PEDRO MÊDA

PhD Engenharia Civil – Investigador e Gestor de projetos ICS / CONSTRUCT – GEQUALTEC | Professor convidado – FEUP

O novo RPC, Regulamento (UE) 2024/3110, foi publicado no dia 18 de dezembro de 2024 e entrou em vigor no passado dia 8 de janeiro. Esta revisão era há muito aguardada pela necessidade de resolver algumas limitações do Regulamento (UE) n.º 305/2011 e de alinhar os pressupostos com os objetivos da estratégia europeia para as transições Digital e Verde. Neste contexto, o RPC tem de ser lido em articulação com o novo regulamento Ecodesign (ESPR).

Apesar da nova versão, a grande motivação da Diretiva de 1989 mantém-se: promoção da livre circulação de produtos no mercado interno e o estabelecimento de condições harmonizadas para a comercialização (marcação CE), por meio de um quadro regulamento e linguagem técnica comum. Este aspeto é fundamental para compreender uma das inovações, o Passaporte Digital dos Produtos de Construção (PDP_C). De forma resumida, o PDP_C pretende agregar todos os dados e informações sobre os produtos num formato verdadeiramente digital e interoperável. O objetivo é permitir não só a agilização dos processos associados ao comércio, mas também a utilização integrada dos dados nos projetos de construção. Numa visão simplista, o PDP_C assume-se como uma marcação CE digital ampliada com um conjunto de dados relativos a aspetos ambientais e à economia de recursos (circularidade).

O PDP_C deve ser entendido como uma evolução natural e mesmo necessária. Sem prejuízo desta visão, observam-se desafios na implementação, sendo relevante referir que:

1. As entidades que ainda não têm dados ambientais sobre os seus produtos (Declarações Ambientais de Produto), deverão no curto/médio prazo procurar desenvolver esses dados.
2. As regras e requisitos para a implementação dos PDP_C requerem sistemas (Artigo 75.º) cujo modelo de negócio ainda não é totalmente conhecido.

Estes dois fatores poderão ter impactos significativos nas estratégias das empresas, sobretudo nas PME ou nas que produzem uma ampla gama de produtos. De modo a planear estas necessidades e a potenciar ao máximo a eficiência deste processo de transição para o PDP_C importa conhecer o novo Regulamento e os seus objetivos, os prazos de adoção e os mecanismos para diferentes famílias e tipologias de produtos.

Importa também ter presente uma certeza: o PDP_C atribui a cada produto uma identidade digital, promovendo transparência, mais segurança no comércio e nos projetos e a circularidade do ambiente construído. Para melhor compreender as novidades, evoluções e desafios do novo regulamento, o projeto DPP4SBE, em desenvolvimento no ICS – Instituto para a Construção Sustentável, procedeu à tradução para português de um guia desenvolvido pela entidade Construction Products Europe (download livre através do Qr code). O projeto DPP4SBE pretende, por meio de diversas ações, ajudar os agentes do setor na implementação das novidades do novo Regulamento, designadamente no desenvolvimento de passaportes digitais voluntários.



JOSÉ BARROSO AGUIAR

Professor Associado com Agregação de Engenharia Civil, Universidade do Minho

A certificação de materiais de construção é muito importante para garantir a qualidade dos empreendimentos de construção, como edifícios, pontes, barragens, etc.

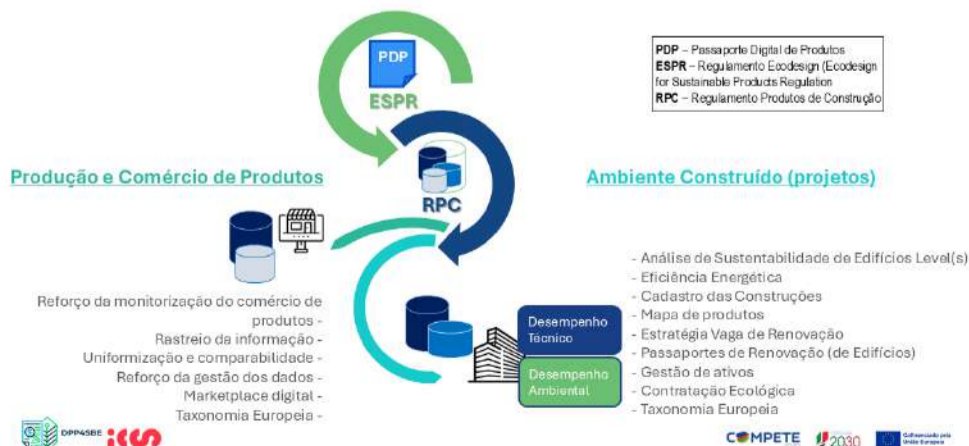
Em 1951, foram criados mecanismos destinados a avaliar a qualidade das novidades da construção em Portugal. O Regulamento Geral de Edificações Urbanas (RGEU) estabeleceu que a aplicação de novos materiais ou processos de construção para os quais não existissem especificações oficiais nem suficiente prática de utilização seria condicionada ao prévio parecer do Laboratório de Engenharia Civil. Assim, iniciou-se a emissão de pareceres de apreciação para os produtos não tradicionais. Em 1963, ocorreu a publicação dos primeiros Documentos de Homologação (DH). Em 1985, a Comissão Europeia introduziu a marcação CE que passou a abranger os produtos da construção em 1989. O Regulamento Europeu de Produtos da Construção nº 305/2011 torna a marcação CE obrigatória. Introduziu a Declaração de Desempenho, exigindo que os fabricantes documentem as características essenciais dos produtos. O Regulamento Europeu de Produtos da Construção 2024/3110 reforça a sustentabilidade e a economia circular. Introduce requisitos de Passaporte Digital.

As características essenciais dos produtos de construção são estabelecidas nas especificações técnicas harmonizadas em função dos requisitos básicos das obras de construção.

Este deve incluir as informações gerais sobre os produtos, as instruções de utilização e as informações de segurança durante o transporte, a instalação, a desinstalação, a manutenção, a desconstrução e a demolição. Assim, desde 2011 a marcação CE é obrigatória para todos os produtos de construção destinados a serem incorporados de modo permanente numa obra de construção.

As características essenciais dos produtos de construção são estabelecidas nas especificações técnicas harmonizadas em função dos requisitos básicos das obras de construção. Estes abrangem a integridade estrutural, a segurança contra incêndios, proteção contra efeitos adversos em matéria de higiene e saúde, segurança e acessibilidade, resistência à passagem do som e propriedades acústicas, eficiência energética e desempenho térmico, emissões para o ambiente exterior e utilização sustentável dos recursos naturais.

Os produtos nos quais esteja aposta a marcação CE assumem-se aptos ao uso a que se destinam. Podem circular livremente no mercado europeu. A marcação CE é também obrigatória para os produtos fabricados fora da União Europeia. O Regulamento de 2024 que está atualmente em fase de implementação conduzirá a uma maior garantia da qualidade dos produtos de construção, incluindo pela primeira vez a obrigatoriedade do fabricante fornecer instruções de utilização.



Envolve legar e impactos pretendidos com o novo RPC no comércio de produtos e projetos de construção/ ambiente construído.

O CÂNHAMO QUE ESTÁ A REINVENTAR A CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL EM PORTUGAL

No Alentejo, uma unidade industrial está a implementar mudanças profundas nos seus processos produtivos. Longe de metáforas ou cenários idílicos, o que ali decorre é uma reestruturação sustentada em tecnologia, investimento e reorganização interna – um movimento que começa a ter impacto direto na economia local e na competitividade da empresa, a **Cânhamor**. A empresa vende soluções para um planeta que exige mudanças urgentes.



FREDERICO BARREIRO

Diretor Comercial da empresa.

conduz-nos pelo universo do cânhamo, explicando como esta planta milenar se transforma em protagonista da construção sustentável.

Nascida há cinco anos, com um período inicial dedicado ao desenvolvimento do produto e certificação. *“O momento decisivo foi quando recebemos os primeiros resultados das certificações e percebemos que tínhamos algo muito especial nas mãos, que não podia ficar limitado a uma pequena fábrica. Nasceu então a ambição de criar a maior unidade do mundo, que hoje já opera plenamente”,* explica o Diretor Comercial e continua – *“De forma a contextualizar, existem três subprodutos que podemos extrair da planta do cânhamo (aparas, a fibra e o pó). Aqui, na Cânhamor, absorvemos as aparas que se destinam exclusivamente para a produção dos ECOblocos, a sua aplicação é assumidamente para a construção de uma alternativa à alvenaria. Cada bloco é fruto de anos de pesquisa e engenharia: são 100% naturais, carbono negativo, 40% mais eficientes energeticamente que a alvenaria tradicional e projetados para reduzir drasticamente o consumo energético nos edifícios.”* Conclui.

O diferencial da empresa está na sua abordagem integrada. *“A nossa unidade de produção é a primeira do mundo que reúne o tratamento da matéria-prima e a produção dos blocos de cânhamo no mesmo espaço. Fechamos completamente o ciclo, e isso torna-nos uma referência em economia circular e sustentabilidade”,* afirma Frederico.

PERFORMANCE E SUSTENTABILIDADE

Estes ECO blocos representam um salto tecnológico no sector da construção. Cada unidade é fabricada, como referido, a partir de um subproduto da colheita do cânhamo, combinado com cal, argila e água, resultando num material leve, resistente, com propriedades térmicas e acusticamente eficiente. Ao contrário da construção convencional, os ECOblocos regulam naturalmente a humidade, são resistentes ao fogo e podem ser aplicados em habitações, escolas, hospitais e espaços comerciais.

“Quando olhamos para um ECObloco, não estamos a ver apenas um bloco; estamos a ver uma solução completa. Cada unidade substitui múltiplos materiais e operações, com ganhos em sustentabilidade e economia”, explica Frederico.

O impacto vai além do material: a produção integra economia circular. A primeira fábrica do mundo que trata a matéria-prima e produz ECOblocos no mesmo espaço garante redução de desperdício, eficiência energética e rastreabilidade total da produção. Este modelo permite também que a empresa feche ciclos de consumo e produção, tornando cada ECObloco não apenas um produto, mas uma peça de inovação ambiental.

A empresa desenvolve parcerias com agricultores e produtores locais para cultivar a variedade de cânhamo que fornece a matéria-prima. Mais do que um simples cultivo, esta planta desempenha funções ecológicas essenciais: melhora a fertilidade do solo, captura carbono de forma significativa e ajuda na regeneração de terrenos degradados.

Projetos emblemáticos
O edifício da própria Cânhamor: *“O nosso escritório é o maior edifício do género na Europa, integralmente feito com os nossos ECOblocos. É uma referência, não só pelo conforto que proporciona, mas pelo exemplo que dá sobre a construção sustentável.”*



“O cânhamo é versátil, sustentável e eficiente. É uma planta que devolve ao solo muito mais do que tira. E o mais fascinante é que conseguimos transformar essa riqueza natural em ECOblocos de alta performance”, sublinha Frederico.

Quanto à relação com os agricultores, esta é estratégica: a Cânhamor investe em consultoria, formação e acompanhamento de culturas, garantindo que todos beneficiam do crescimento sustentável desta cadeia de produção. Quanto maior a rentabilidade do parceiro agrícola, mais robusto se torna o ecossistema da empresa.

SUSTENTABILIDADE E CERTIFICAÇÃO: A VALIDAÇÃO INTERNACIONAL

A Cânhamor é reconhecida internacionalmente. Inspirada em experiências nórdicas e europeias, a empresa adaptou processos e possui todas as certificações para criar ECOblocos competitivos e seguros. Cada bloco é rigorosamente testado, garantindo não apenas a sua resistência, mas também desempenho térmico, acústico e ambiental. A par disto, a Cânhamor desenvolveu parcerias com os mais conceituados e experientes consultores na área que nos apoiam em todos os pormenores técnicos e know-how.

Ainda assim, *“Não inventámos a solução. Ela já existia noutros países, mas dimensioná-la para criar a maior fábrica do mundo, e esse é o nosso verdadeiro mérito. Queremos provar que a indústria sustentável pode escalar sem comprometer qualidade e acessibilidade”,* afirma Frederico.

Cada bloco é fruto de anos de pesquisa e engenharia: são 100% naturais, carbono negativo, 40% mais eficientes energeticamente que a alvenaria tradicional e projetados para reduzir drasticamente o consumo energético nos edifícios.

EXPORTAÇÃO E PRESENÇA NACIONAL E GLOBAL

Embora nascida em Portugal, a Cânhamor olha para além-fronteiras. Os ECOblocos estão presentes na Europa, Austrália, e Coreia, tornando-se uma marca de referência internacional em construção verde. A expansão é estratégica: além de produtos, a empresa exporta know-how, consultoria e soluções completas para construção sustentável, consolidando o cânhamo português como referência global.

“O produto fala por si, mas também queremos inspirar outros países a adotar modelos circulares de produção. Cada ECObloco exportado é um pedaço do Alentejo a mostrar que é possível unir inovação, tradição e sustentabilidade”, acrescenta o Diretor Comercial.

Mas o grande desafio é democratizar a construção sustentável em Portugal, ou seja, convencer o mercado português a adotar materiais inovadores. No entanto, algumas escolas, hospitais, habitações sociais e empreendimentos privados têm começado a abrir espaço para os ECOblocos, mas Frederico sabe que é preciso a sensibilização do sector e a demonstração prática nesta conquista de mercado.

“A nossa missão é clara: queremos que o produto deixe de ser apenas uma escolha de um nicho e passe a ser tão natural quanto a alvenaria tradicional”, afirma Frederico Barreiro. Existe também um investimento em parcerias estratégicas, combinando tecnologia, design e performance. O objetivo é tornar cada projeto um exemplo de eficiência, conforto e impacto ambiental reduzido, provando que a construção sustentável não é apenas ética, mas economicamente viável.

FUTURO E NOVOS PROJETOS

O horizonte da Cânhamor passa por consolidar-se no mercado como sinónimo de sustentabilidade e qualidade, expandindo a produção e criando novos produtos a partir do cânhamo. A empresa aposta na investigação contínua, desenvolvimento de materiais híbridos e soluções para construção modular, adaptando-se às necessidades urbanas e rurais de forma flexível.

“Queremos mostrar que é possível construir melhor, com menos impacto e mais consciência. O cânhamo é apenas o começo; a nossa visão é criar um ecossistema sustentável que beneficie agricultores, construtores e, acima de tudo, o planeta”, conclui Frederico.



ARGAMASSAS E ETICS: CONSTRUIR COM RESPONSABILIDADE – DO RIGOR DAS NORMAS À ECONOMIA CIRCULAR



LUÍS GOUCHA SANTOS

Presidente da Direção da APFAC –
Associação Portuguesa dos Fabricantes
de Argamassas e ETICS

Num setor da construção cada vez mais exigente, a responsabilidade começa muito antes da obra e prolonga-se muito depois da sua conclusão.

As argamassas e os sistemas ETICS são hoje elementos fundamentais para a qualidade, a eficiência energética e a durabilidade dos edifícios. Mas, para garantirmos resultados consistentes, é essencial que todos os intervenientes – fabricantes, projetistas, aplicadores e decisores públicos – assumam uma responsabilidade partilhada.

O primeiro pilar é o rigor no cumprimento das normas e especificações técnicas. Os produtos colocados no mercado devem assegurar desempenho, segurança e fiabilidade. A indústria tem investido em investigação, inovação e controlo de qualidade. No entanto, este rigor só cumpre plenamente a sua função quando encontra, em obra, uma aplicação competente, qualificada e tecnicamente correta. É muitas vezes na execução que se define a verdadeira qualidade de um edifício.

Por isso, enquanto setor, devemos reforçar a importância da formação, da certificação de aplicadores e da fiscalização adequada. A APFAC tem procurado apoiar este caminho de forma muito concreta, disponibilizando documentos técnicos essenciais – como o Manual ETICS e o Manual de Aplicação do Sistema “Cerâmica-Adesivo” – que orientam projetistas e profissionais para boas práticas de execução.

A economia circular atravessa hoje todo o ciclo de vida dos materiais: da seleção de matérias-primas à durabilidade das soluções, da redução de desperdício em obra à capacidade de reincorporar materiais.

A estes recursos juntam-se ainda webinars temáticos, disponíveis no site da associação, que reforçam a partilha de conhecimento técnico e a atualização contínua do setor.

O segundo pilar é a sustentabilidade, que não deve ser vista como tendência, mas como compromisso estrutural. A economia circular atravessa hoje todo o ciclo de vida dos materiais: da seleção de matérias-primas à durabilidade das soluções, da redução de desperdício em obra à capacidade de reincorporar materiais. No caso das argamassas e ETICS, existe um enorme potencial para continuar a evoluir, seja na otimização das formulações, na valorização de subprodutos, na eficiência térmica ou no contributo direto para a descarbonização do setor.

Construir com responsabilidade significa unir estes dois caminhos: rigor técnico e sustentabilidade. É esta visão integrada que permitirá ao setor das argamassas e ETICS continuar a ser um pilar essencial de uma construção mais segura, eficiente e ambientalmente responsável. E é com este propósito que a APFAC continuará a trabalhar, lado a lado com todos os agentes do mercado, promovendo a qualidade do que construímos e, sobretudo, o futuro que deixamos às próximas gerações.



RPC: AMBIÇÃO VERDE FACE AO DESAFIO REAL



CARINA DOMINGUES

Secretária-Geral da APT – Associação Portuguesa de Tintas

O novo Regulamento dos Produtos da Construção (RPC) promete modernizar o mercado europeu, mas chega com um peso que não pode ser ignorado. Apesar dos seus objetivos a verdade é que este regulamento coloca uma pressão considerável sobre as empresas, incluindo o setor das tintas.

A publicação do RPC simboliza uma grande mudança na construção europeia. Alinhado com o Pacto Ecológico, este diploma visa acelerar a transição para uma economia circular, mas que impõe um nível de exigência técnica que testará a resiliência do tecido empresarial. O RPC apresenta-se como uma solução harmonizada, mas na prática aumenta as obrigações técnicas e administrativas, especialmente com o novo Passaporte Digital do Produto e com os requisitos ambientais reforçados.

É fácil defender estas medidas em teoria (a sustentabilidade, transparência e responsabilidade são fundamentais), mas a sua execução não será simples.

O sistema de documentação em papel dará lugar a um ecossistema digital onde dados sobre composição, durabilidade e pegada de carbono devem ser acessíveis instantaneamente. Isto obriga as empresas a integrarem os seus sistemas de gestão com plataformas de dados interoperáveis, e para muitas empresas, sobretudo PME, isto traduz-se em investimentos significativos, processos burocráticos adicionais e necessidade de novas competências internas.

É importante lembrar que as tintas convencionais não são, por regra, consideradas produtos de construção. A indústria das tintas encontra-se assim numa convergência regulatória sensível. O novo RPC aperta o cerco sobre a definição de “desempenho”. Sempre que um revestimento contribui para a estabilidade estrutural ou segurança contra incêndios, a sua classificação como produto de construção poderá ser obrigatória.

O desafio aparece com os novos requisitos ambientais funcionais. A pergunta deixa de ser apenas “A tinta protege?” para passar a ser “Qual o ciclo de vida deste revestimento?”.

O RPC chega com ambições elevadas e princípios corretos. Mas, tal como está, corre o perigo de ser mais um exemplo de legislação europeia que avança mais depressa do que as condições reais da indústria permitem.

As empresas precisam de tempo, apoio e transição inteligente e não apenas novas obrigações. A Europa perde competitividade da sua indústria, em que uma das causas, conforme o relatório Draghi, é a Transição Verde, onde se insere o RPC, e que nem sempre é economicamente viável com um emaranhado de regras e burocracia impostas. A burocracia Europeia continua desligada da realidade económica das empresas.

O RPC chega com ambições elevadas e princípios corretos. Mas, tal como está, corre o perigo de ser mais um exemplo de legislação europeia que avança mais depressa do que as condições reais da indústria permitem.



FIBRAN IBERIA REFORÇA A SUA LIDERANÇA FACE ÀS NOVAS REGRAS

O novo Regulamento (UE) 2024/3110 veio reforçar a exigência sobre a forma como os produtos de construção são documentados, validados e apresentados ao mercado.

Nesta entrevista,
DIOGO SOUSA MAGALHÃES,
CEO da Fibran Iberia,

explica como está a antecipação do novo CPR/RPC e a preparar-se para uma era de maior transparência, rastreabilidade e rigor informativo.

Como é que a Fibran Iberia se está a preparar para o novo Regulamento (UE) 2024/3110 (CPR/RPC)?

Estamos a preparar a organização para a implementação faseada do novo CPR/RPC, com foco nos processos, revisão documental e governação de dados. Internamente, estamos a consolidar uma “fonte única” de informação dos produtos (atributos, referências, desempenho, evidências e versões), com regras claras de validação e aprovação antes de qualquer publicação. Estamos também a reforçar o controlo de versões e a rastreabilidade documental, para garantir que o mercado recebe sempre a versão correta e consistente. Em paralelo, estamos a mapear o impacto por família de produto, acompanhando a evolução das especificações técnicas harmonizadas e preparando os nossos fluxos para responder a novos formatos e exigências de informação. Isto inclui alinhar a informação de produto com o controlo de produção em fábrica, criar uma biblioteca de evidências (o “porquê” dos dados) e reforçar rotinas de auditoria interna, para que a coerência e consistência dos dados acompanhe a qualidade do produto.

O que muda, na prática, com esta nova vaga regulatória?

O setor vai exigir mais do que desempenho: vai exigir evidência estruturada, coerente e comparável, um acesso mais direto e digital à informação certa. Na prática, isto reduz margem para documentação “espalhada e/ou desatualizada” e aumenta a importância de processos internos de validação, registo e gestão de alterações.



Circularidade do produto: Para nós, começa por durabilidade, por instruções claras de aplicação e por rastreabilidade do que foi colocado no mercado, evitando desperdício por erro de especificação ou de instalação.



Sistema Ótimo.

Para fabricantes, passa a ser crítico conseguir responder com rapidez e rigor a prescritores, distribuição e obra, mantendo coerência entre fichas, declarações, instruções e suportes. Além disso, a decisão de compra, sobretudo em projetos exigentes e contratação pública, tende a ser cada vez mais “data-driven”, ganha quem consegue apresentar evidência verificável, sem ruído e sem ambiguidades.

Quanto ao Passaporte Digital do Produto (DPP): como se estão a preparar?

Vemos o DPP como um acelerador da normalização e da qualidade da informação. A nossa abordagem é estruturar a informação por camadas:

(1) dados-base do produto (identificação, dimensões, referências e desempenho); (2) documentação e evidências associadas, sempre com controlo de versões; (3) informação relevante para requisitos ambientais quando aplicáveis. Estamos a trabalhar no modelo de dados e no método de publicação para que a informação seja reutilizável e interoperável, em vez de depender de PDFs trocados por email. Do ponto de vista prático, isto significa definir um identificador digital e um “ponto de acesso” controlado (por exemplo via QR/URL) que leve sempre à versão oficial e atualizada, com histórico e data de revisão. Estamos também a olhar para interoperabilidade com fluxos de prescrição, BIM e procurement, para que o dado circule com menos fricção.

Que benefícios concretos traz esta abordagem para o mercado?

Redução da ambiguidade e acelerar o ciclo de decisão. Para quem especifica, compra e instala, o ganho é ter informação fiável “à primeira” e menos pedidos repetidos, menos divergências entre documentos e menos tempo a validar versões.

Em projetos e contratação pública, onde evidência e rastreabilidade contam, isto traduz-se em previsibilidade e menor risco de não conformidades por falhas documentais. Para a distribuição, facilita o atendimento e a resposta a pedidos técnicos; para a obra, reduz erros por utilização de versões desatualizadas. Para o fabricante, reduz retrabalho e risco reputacional, porque a informação que circula é consistente e auditável.

Que trabalho estão a desenvolver com o ICS e com a cadeia de valor?

Com o ICS (Instituto para a Construção Sustentável – FEUP), estamos a estruturar o modelo de informação necessário para suportar o Passaporte Digital do Produto. O ICS domina esta área porque tem trabalho aplicado em DPP no setor da construção, incluindo projetos focados em dicionários de dados/estruturação de atributos e em métodos de implementação. Na prática, estão a apoiar-nos a definir que dados fazem sentido, como se organizam, como se validam e como se mantêm atualizados ao longo do ciclo de vida da gestão documental, transformando requisitos em procedimentos executáveis (templates, regras e fluxos). Em paralelo, a proximidade à APCMC – Associação Portuguesa dos Comerciantes de Materiais de Construção, ajuda-nos a alinhar com a realidade da distribuição e do procurement, como a informação é pedida, usada e reenviada, e onde surgem falhas ou ambiguidades.

Este alinhamento é importante porque o valor do DPP depende da cadeia usar a mesma linguagem e a mesma “versão da verdade”.

E a circularidade: como entra na vossa visão?

A circularidade só escala com informação fiável e com desempenho consistente ao longo do tempo. Para nós, começa por durabilidade, por instruções claras de aplicação e por rastreabilidade do que foi colocado no mercado, evitando desperdício por erro de especificação ou de instalação.

A organização de dados e o DPP ajudam a reduzir incerteza e a suportar decisões futuras, quando aplicáveis, sobre reutilização, reciclagem ou gestão de fim de vida.

O ponto central é transparência: permitir que o mercado saiba o que está a usar, com que desempenho, e com que documentação associada.

Onde está a diferenciação da Fibran Iberia no mercado ibérico?

Na combinação de produto de elevada performance com cultura industrial de qualidade, documentação rigorosa e suporte técnico. Queremos ser reconhecidos por consistência (o que é declarado é o que é entregue), clareza (informação estruturada e sem contradições) e resposta (apoio técnico rápido, com evidência). Num contexto de maior exigência regulatória e de critérios de sustentabilidade nas decisões de compra, ganhará quem conseguir entregar produto + informação certa + apoio ao projeto, de forma previsível.

É esse o posicionamento que estamos a construir.



Com o ICS (Instituto para a Construção Sustentável – FEUP), estamos a estruturar o modelo de informação necessário para suportar o Passaporte Digital do Produto. O ICS domina esta área porque tem trabalho aplicado em DPP no setor da construção.

fibran



ENGENHARIA QUE INOVA, ESTRUTURAS QUE TRANSFORMAM

A IRMARFER evoluiu de um negócio familiar para um grupo internacional, fornecendo soluções modulares avançadas para eventos, indústria e contextos humanitários.

Nesta entrevista, **AFONSO OLIVEIRA BARROS**, CEO da IRMARFER, partilha a visão da empresa, os desafios enfrentados e as estratégias que sustentam o seu crescimento.

Como caracteriza o percurso da IRMARFER desde a sua fundação até à afirmação no mercado, e que fatores foram determinantes para consolidar a sua posição no setor?

O percurso da IRMARFER é uma história de transformação e ambição. Iniciou-se na década de 80 como um negócio familiar, em 1998, entrou numa nova fase com uma reestruturação orientada para a industrialização e para o desenvolvimento de soluções modulares próprias, assentes em engenharia e produção interna.

A consolidação no mercado resultou do investimento contínuo em I&D, aliado à capacidade de executar projetos de grande escala com elevados níveis de exigência técnica.

A recente integração do grupo Adapta Capital foi decisiva para ampliar a capacidade financeira e acelerar a entrada em mercados altamente competitivos, criando a estrutura necessária para sustentar um crescimento global consistente.

Hoje, a IRMARFER não fornece apenas "tendas", desenvolve soluções de engenharia modular de elevado desempenho, aplicáveis a grandes eventos, indústria e contextos humanitários, mantendo o ADN de rigor técnico e proximidade ao cliente que sempre nos caracterizou.

Ao longo de mais de 25 anos de atividade, quais são os principais desafios que encontram no desenvolvimento de soluções adaptadas a contextos e a sectores tão distintos?

O principal desafio tem sido equilibrar a elevada personalização exigida por cada setor e capacidade de resposta rápida.

Trabalhamos em contextos muito distintos, o que nos obriga a compatibilizar especificidades técnicas de engenharia com enquadramentos regulamentares que variam significativamente entre países e continentes. No setor dos eventos, enfrentamos a pressão de prazos extremamente curtos, soluções arquitetónicas diferenciadoras e elevados requisitos de carga e segurança. Na indústria, a prioridade desloca-se para a durabilidade e desempenho estrutural em ambientes operacionais exigentes. Já no contexto humanitário, o fator crítico é a capacidade de mobilização imediata em geografias adversas, onde a logística de transporte e a montagem simplificada, muitas vezes sem recurso a equipamentos pesados, são determinantes.

Superar esta complexidade só é possível graças a uma estrutura verticalizada que integra conceção, engenharia e produção. Esse controlo permite adaptar-nos em tempo real e garantir que cada solução responde de forma rigorosa às exigências específicas de cada projeto. E, claro, tudo isto é apenas exequível devido à grande equipa que temos e que dá o seu melhor todos os dias para elevar o nome da IRMARFER em cada projeto que abraçamos.

De que forma uma equipa técnica, multidisciplinar e especializada faz a diferença na execução e no sucesso dos projetos da empresa?

A nossa equipa é o verdadeiro motor do sucesso da IRMARFER. Contamos com profissionais multidisciplinares que reúnem competências em engenharia estrutural, arquitetura, logística e gestão de projetos, permitindo abordar cada desafio de forma integrada e precisa. Complementam-nos os profissionais da produção e os técnicos de montagem, cuja experiência é determinante para transformar os desenhos em soluções reais, seguras e fiéis aos projetos originais.

Esta diversidade de expertise garante que cada solução é concebida, testada e adaptada para responder aos requisitos específicos de cada cliente e setor, desde eventos de grande escala até aplicações industriais e humanitárias. É a integração de competências que assegura a excelência operacional e sustenta a reputação da IRMARFER em todos os mercados em que atua.

De que forma a existência de capacidade de produção própria – com controlo direto sobre os processos, prazos e qualidade – influencia a eficiência, rapidez de resposta e a fiabilidade das soluções desenvolvidas pela empresa?

A existência de capacidade de produção própria é um dos pilares que distingue a IRMARFER. Ter controlo direto sobre todo o processo permite-nos gerir cada etapa, desde a conceção até à fabricação e montagem, assegurando a qualidade é consistente e os padrões de segurança são rigorosamente aplicados.

Esta autonomia aumenta significativamente a eficiência, pois elimina dependências externas e permite adaptar processos em tempo real.



A investigação e desenvolvimento são pilares centrais do crescimento da IRMARFER. A cultura da inovação contínua faz parte do nosso ADN

Além disso, acelera a capacidade de resposta a desafios logísticos ou alterações de última hora, garantindo que soluções complexas podem ser entregues dentro de prazos curtos, sem comprometer a fiabilidade estrutural ou o desempenho técnico.

De que forma a IRMARFER incorpora investigação e desenvolvimento (I&D) para adaptar as suas soluções e responder às diferentes necessidades de clientes e projetos?

A investigação e desenvolvimento são pilares centrais do crescimento da IRMARFER. A cultura da inovação contínua faz parte do nosso ADN e é a equipa de I&D que executa isso na prática, permitindo-nos inovar e adaptar soluções a contextos muito diversos. O trabalho da equipa não se limita ao desenvolvimento de novas soluções, mas também a testes e melhorias contínuas que são aplicadas na produção e na montagem das nossas soluções, para que respondam a requisitos técnicos específicos de cada setor ou projeto, seja em termos de resistência estrutural, desempenho térmico ou acústico, ou flexibilidade logística. A nossa aposta contínua em I&D permite-nos antecipar desafios, otimizar processos e inovar, assegurando que conseguimos oferecer ao mercado estruturas modulares capazes de responder a qualquer necessidade.

Como o envolvimento da IRMARFER em emergências reforça a responsabilidade social da empresa e aperfeiçoa as suas soluções e produtos?

A capacidade de mobilização rápida de estruturas modulares em contextos críticos é um reflexo da nossa responsabilidade social e do valor público das nossas soluções.

Em situações que exigem infraestruturas temporárias imediatas, como apoio logístico, abrigos provisórios ou centros de emergência, a experiência acumulada em montagem rápida e adaptação a ambientes exigentes garante uma resposta eficaz e segura. Além disso, estes contextos funcionam como um verdadeiro laboratório operacional, permitindo-nos aperfeiçoar continuamente os sistemas de montagem, a robustez estrutural e a eficiência logística das nossas soluções, beneficiando todos os setores em que atuamos.

Quais são os principais objetivos da IRMARFER para os próximos anos e que tipos de projetos a empresa pretende desenvolver?

Passa sobretudo por consolidar a nossa presença internacional, reforçar a inovação tecnológica e ampliar o impacto sustentável das nossas soluções. Pretendemos continuar a expandir a oferta de estruturas modulares que aliam desempenho, flexibilidade e rapidez de montagem, com um foco crescente na eficiência energética, reutilização de materiais e redução da pegada ambiental ao longo de todo o ciclo de vida das nossas soluções.

Estamos a desenvolver soluções que incorporam materiais recicláveis, componentes de baixo consumo energético e design modular que permita cada vez mais múltiplas utilizações sem perda de desempenho. Procuramos também que os processos de montagem exijam cada vez menos maquinaria e recursos, tornando a implementação mais eficiente e ambientalmente responsável. Estes projetos destinam-se a setores tão diversos como eventos, indústria e apoio humanitário, contribuindo para uma abordagem mais consciente e sustentável, mantendo os elevados padrões técnicos e de segurança que caracterizam a IRMARFER.



IRMARFER
STRUCTURES

INVESTIR NO INTERIOR, É INVESTIR NO FUTURO



LUÍS LOURES

Presidente do Politécnico de Portalegre

Num território marcado por desafios demográficos e estruturais, o Politécnico de Portalegre assume-se como um pilar de coesão e desenvolvimento regional. Luís Loures, presidente da instituição, explica como o ensino superior pode ser um verdadeiro investimento no futuro do país.

De que forma o Politécnico de Portalegre assume um papel estratégico na coesão e no desenvolvimento regional?

O papel estratégico do Politécnico de Portalegre centra-se, principalmente, mas não só, na sua missão formativa e científica, cujo impacto se estende ao tecido económico e social do território. Numa região marcada pela perda populacional, esta instituição tem contribuído para contrariar a tendência, duplicando nos últimos anos o número de estudantes, a sua oferta formativa e os projetos de investigação. Esta afirmação territorial tem sido determinante para atrair e fixar jovens, qualificar recursos humanos e capacitar as empresas locais, afirmando o Politécnico como um fator central de desenvolvimento regional e um parceiro ativo na valorização do território.

Como é que a Academia tem conseguido articular o conhecimento científico com as necessidades concretas da região?

A verdade é que trabalhamos com a região em múltiplas frentes. No setor primário, da agricultura à indústria transformadora, mantemos uma relação muito próxima com o tecido produtivo, em particular através da Escola de Biociências de Elvas (ESBE), mas também das restantes escolas. Damos respostas concretas às principais fileiras regionais, como o olival e a vinha, com formação de base e avançada: licenciaturas, mestrados e pós-graduações. Fomos, por exemplo, a primeira instituição de ensino superior a criar formação na produção e transformação de canábis, acompanhando uma aposta pioneira da região.

Isso mostra bem a nossa atenção ao desenvolvimento regional e aos parceiros empresariais, com respostas quase imediatas às suas necessidades.

Ao nível dos CTESP'S, temos mais de 30 cursos aprovados e prontos a funcionar, em áreas como produção agropecuária, regadio, viticultura e enologia, agricultura de precisão e tecnologias associadas à gestão eficiente da água.

Esta lógica estende-se a toda a cadeia formativa: da licenciatura ao doutoramento. Somos a única instituição do país com um doutoramento em Agricultura Sustentável, refletindo uma região agrícola onde a sustentabilidade, a gestão de recursos e a economia circular são desafios centrais.

Que contributo real tem o Politécnico de Portalegre dado à dinamização do ecossistema empreendedor, nomeadamente na valorização do tecido empresarial?

O contributo do Politécnico de Portalegre para o ecossistema empreendedor assenta, sobretudo, na investigação aplicada e na transferência efetiva de tecnologia para o tecido empresarial. Trabalhamos deliberadamente com níveis elevados de maturidade tecnológica (TRL 6 e 7), com o objetivo claro de transformar conhecimento em valor económico.

O empreendedorismo é transversal a todos os ciclos de licenciatura e integra o currículo como disciplina obrigatória, porque entendemos que investigar não chega: é preciso saber transferir, inovar e criar valor. O nosso modelo de ensino-aprendizagem é fortemente prático, envolvendo os estudantes em projetos reais de investigação aplicada e aproximando-os desde cedo da realidade profissional.



Deste modelo resultam várias *start-ups*, com destaque para as áreas das energias renováveis, nomeadamente hidrogénio, gases renováveis e valorização de resíduos, onde somos uma instituição de referência nacional e internacional, coordenando projetos financiados.

Paralelamente, temos um impacto transversal em áreas como educação, design, gestão, saúde e setor primário, apoiando empresas públicas e privadas e garantindo elevadas taxas de empregabilidade, em muitos casos de 100%, com impacto direto na dinâmica económica regional.

O desafio não é a ausência de jovens, mas a criação de condições para que escolham viver nestes territórios, o que depende, em grande medida, das políticas públicas. A qualidade de vida é claramente superior à das grandes áreas urbanas.

De que forma se assegura a transmissão de conhecimento e a valorização do capital humano em territórios de baixa densidade, frequentemente associados a uma população envelhecida?

A ideia de que estes territórios são inevitavelmente envelhecidos e pouco escolarizados é, em grande medida, um equívoco. Resulta de uma leitura simplificada de realidades muito mais complexas. O próprio conceito de "interior", tal como é usado em Portugal, é artificial num país com cerca de 200 quilómetros de largura, onde o acesso a serviços e oportunidades não pode ser analisado apenas pela geografia.

No caso de Portalegre, os dados contrariam o estigma: num concelho de baixa densidade, os estudantes do Politécnico representam cerca de 20% da população, maioritariamente jovens entre os 18 e os 23 anos – uma percentagem que muitas cidades maiores dificilmente atingem.

O desafio não é a ausência de jovens, mas a criação de condições para que escolham viver nestes territórios, o que depende, em grande medida, das políticas públicas. A qualidade de vida é claramente superior à das grandes áreas urbanas e o acesso a serviços especializados faz-se com deslocações mais curtas.

Mesmo na saúde, os tempos de resposta são frequentemente mais rápidos do que nos grandes centros urbanos. Mais do que territórios em declínio, estamos perante espaços que afirmam um modelo alternativo de desenvolvimento, baseado na qualidade de vida, na mobilidade e na liberdade de escolha.



Como têm as parcerias entre o Politécnico de Portalegre e o poder local contribuído para dar respostas aos desafios do território?

As parcerias entre o Politécnico de Portalegre e o poder local têm sido decisivas para a dinamização económica da região. Em territórios de baixa densidade, como o Alto Alentejo, existe uma relação natural de proximidade e interdependência entre o ensino superior e os municípios. O Politécnico mantém uma cooperação permanente com a Comunidade Intermunicipal, a CCDR e os 15 municípios da região.

Esta articulação estende-se ao desenvolvimento económico: sempre que uma empresa pondera instalar-se no território, é habitual reunir o Politécnico e a autarquia para avaliar a capacidade formativa existente – uma prática inexistente em áreas metropolitanas.

Apesar de constrangimentos estruturais, como a ausência de ligação direta por autoestrada, estes territórios fazem muito com pouco. O ensino superior é um instrumento central de coesão, criação de emprego qualificado e apoio ao tecido empresarial. Na saúde, o Politécnico é o principal fornecedor de profissionais para a ULS do Alto Alentejo. Investir no ensino superior nestas regiões é investir no futuro do país.

Olhando para o futuro, que investimentos e estratégias estão previstos para reforçar o papel do Politécnico no desenvolvimento regional?

O Politécnico de Portalegre está a desenvolver uma estratégia de investimento estruturada e orientada para o futuro, reforçando o seu papel no desenvolvimento regional. Destacam-se a conclusão das residências de estudantes e a criação da Escola de Pós-Graduação do Alto Alentejo, que concentrará a formação avançada e assumirá um papel central na afirmação da instituição. Está igualmente prevista a construção da nova Escola de Biociências em Elvas, com financiamento assegurado, vocacionada para o reforço dos CTESP e para o crescimento de áreas emergentes como as tecnologias e produção agrícolas, os cuidados veterinários, a transformação de canábis e o desporto e atividade física.

Em paralelo, mantém-se o investimento em domínios estratégicos como a energia, a economia circular, a produção sustentável, a saúde, o turismo e as engenharias, com forte aposta na ciência de dados, programação e inteligência artificial, num percurso integrado, multidisciplinar e alinhado com a sustentabilidade e o desenvolvimento económico e social da região.

APRENDER A CUIDAR: O LAC COMO LABORATÓRIO DO FUTURO NA FORMAÇÃO MÉDICA



RICARDO TJENG

Coordenador Executivo do LaC - FCS/UBI.

destaca o Laboratório de Competências (LaC) como espaço central na formação médica, integrando simulação e inovação pedagógica para preparar profissionais mais confiantes e capazes.

Qual a missão do Laboratório de Competências (LaC) na formação em Ensino Médico e na qualificação das práticas pedagógicas em saúde?

O Laboratório de Competências (LaC), integrado na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, constitui um pilar estratégico na formação em saúde, articulando ensino, inovação pedagógica e desenvolvimento de competências profissionais. Ao longo dos últimos anos, o LaC consolidou-se como uma referência na simulação, reunindo uma equipa multidisciplinar de docentes e colaboradores com ampla experiência assistencial e forte ligação à educação.

Este trabalho coletivo tem sido igualmente sustentado por um secretariado de elevada competência e dedicação, com especial reconhecimento ao contributo central de Magda Cassapo, bem como pela liderança do Diretor do LaC, o Professor Doutor Miguel Castelo-Branco, fatores que têm permitido criar um ambiente formativo exigente, seguro e alinhado com boas práticas internacionais.

De que forma a simulação tem contribuído para o desenvolvimento de competências técnicas, comunicacionais e éticas nos estudantes de Medicina?

A simulação tem sido determinante para o desenvolvimento integrado de competências técnicas e não técnicas, incluindo as de natureza comunicacional e ética.

Ao proporcionar experiências clínicas realistas, a simulação permite que os estudantes treinem em segurança, favorecendo a aprendizagem deliberada e o desenvolvimento progressivo das suas competências, bem como de habilidades essenciais como a comunicação, a liderança e o trabalho em equipa, preparando-os para a complexidade da prática clínica atual.



Quais as principais vantagens pedagógicas e formativas da simulação no ensino superior em saúde?

Entre as principais vantagens pedagógicas da simulação destacam-se a aprendizagem experiencial, a possibilidade de errar sem consequências clínicas, o treino repetido de competências técnicas e o desenvolvimento do raciocínio clínico e da tomada de decisão.

A simulação favorece ainda a educação interprofissional, preparando os estudantes para o trabalho colaborativo em equipas multidisciplinares e em contextos complexos de cuidados de saúde.

Existem limitações ou desafios estruturais, tecnológicos ou pedagógicos que condicionem a plena implementação destas metodologias?

Existem desafios estruturais e tecnológicos, nomeadamente custos elevados de equipamentos, necessidade de manutenção contínua e formação permanente de docentes e técnicos. Do ponto de vista pedagógico e organizacional, é igualmente necessário assegurar um adequado rácio docente-aluno e carga horária compatível com a natureza intensiva destas metodologias. Além disso, é essencial garantir o alinhamento curricular, tempo suficiente para *debriefing* e processos de avaliação formativa estruturados, de modo a assegurar qualidade, coerência e sustentabilidade na implementação da simulação.

O Laboratório de Competências (LaC), integrado na Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior, constitui um pilar estratégico na formação em saúde.

De que modo a utilização de cenários simulados influencia a motivação, o envolvimento e a autoconfiança dos estudantes no processo de aprendizagem?

Ao vivenciarem situações próximas da prática clínica real, os estudantes sentem-se mais confiantes, desenvolvem maior autonomia e uma compreensão mais clara das suas competências, limitações e dos aspetos a desenvolver. Trata-se de uma metodologia ativa e integrativa, que os estudantes valorizam e para a qual frequentemente solicitam maior exposição. Este envolvimento é ainda potenciado por momentos de reflexão estruturada e orientada, que favorecem a aprendizagem a partir da experiência e a consolidação dos conhecimentos e das atitudes profissionais.

Que estratégias são adotadas no LaC para estimular a participação e a reflexão crítica dos alunos durante e após as sessões de simulação?

No LaC, as atividades são desenhadas de forma a estarem alinhadas com os princípios da andragogia, promovendo a participação ativa, a autonomia e a aprendizagem significativa.

Para tal, articulamos desde treinos de competências técnicas isoladas até cenários de simulação avançada, acompanhados por *debriefings* estruturados que estimulam a análise crítica das decisões tomadas e dos processos de trabalho em equipa. Complementarmente, recorreremos a instrumentos de autoavaliação e a estratégias de feedback formativo que favorecem o desenvolvimento da capacidade reflexiva, o trabalho colaborativo e a responsabilidade partilhada pelo processo de aprendizagem.

Quais considera serem os principais desafios éticos e pedagógicos associados à utilização de sistemas de IA no Ensino Médico?

A utilização de sistemas de Inteligência Artificial no Ensino Médico levanta desafios éticos importantes, nomeadamente relacionados com a privacidade de dados, possíveis vieses algorítmicos e o risco de dependência excessiva de ferramentas tecnológicas. Hoje, a questão já não é se iremos utilizar a IA, mas sim como a integrar de forma responsável e crítica no processo de ensino-aprendizagem. A IA pode constituir uma ferramenta valiosa de apoio à formação, desde que docentes e estudantes compreendam os seus princípios de funcionamento, as suas limitações e potenciais falhas, e mantenham uma postura analítica e crítica face aos resultados que produz. É essencial assegurar que a IA complemente e não substitua o raciocínio clínico humano, o julgamento profissional e a relação empática com o paciente.

Que visão estratégica tem para a evolução do LAC nos próximos anos, em termos de inovação pedagógica e impacto institucional?

O futuro do LaC passa por aprofundar a integração da simulação no currículo, expandir projetos de investigação em educação médica e reforçar parcerias nacionais e internacionais, sempre com uma forte orientação para a translação do conhecimento para a prática clínica.

Pretendemos que a formação e a inovação pedagógica desenvolvidas no LaC não tenham apenas impacto académico, mas se traduzam em mudanças concretas no desempenho dos profissionais de saúde, na qualidade dos cuidados prestados e, em última instância, na melhoria da saúde e segurança da população.

Neste contexto, procuramos consolidar o LaC como referência em inovação pedagógica e segurança do doente, reforçando simultaneamente o papel e a visibilidade da UBI como instituição de excelência no panorama nacional e internacional do ensino em saúde.

Ao vivenciarem situações próximas da prática clínica real, os estudantes sentem-se mais confiantes, desenvolvem maior autonomia e uma compreensão mais clara das suas competências.

Que projetos considera prioritários para reforçar a relevância do LaC no panorama nacional e internacional do ensino em saúde?

Entre os projetos prioritários estão o fortalecimento da educação interprofissional, a expansão de programas de simulação e uma maior participação em redes nacionais e internacionais nesta área. Pretendemos igualmente assumir um papel formativo diferenciador na capacitação de profissionais de saúde, contribuindo de forma sustentada para o seu desenvolvimento profissional contínuo. Neste contexto de reforço da relevância do LaC e da UBI no panorama nacional e internacional do ensino em saúde, destacamos o recente sucesso da equipa RCP Squad, que representou a FCS no SimUniversity Portugal 2026, venceu a etapa nacional e irá representar Portugal na competição europeia organizada pela SESAM (Society for Simulation in Europe). Este resultado ilustra o empenho e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos próprios estudantes, em estreita colaboração com os docentes, bem como a formação proporcionada pela UBI através do LaC.



25 DE FEVEREIRO, O DIA INTERNACIONAL DO IMPLANTE COCLEAR

PEDRO ALBERTO ESCADA

Otorrinolaringologista

| Coordenador do Centro de Referência de Implantes Cocleares do Hospital de Egas Moniz, Unidade Local de Saúde de Lisboa Ocidental | Presidente da Sociedade Portuguesa de Otorrinolaringologia e Cirurgia de Cabeça e Pescoço (SPORL-CCP)



LANÇO UM DESAFIO!

Não vamos desta vez dedicar o dia a comemorar um dispositivo médico ou um equipamento, mesmo que tecnologicamente muito evoluído. Não vamos dedicar o dia a uma operação, a um cirurgião, um audiolologista, um terapeuta da fala ou a qualquer outro profissional ou profissionais. Nem vamos dedicar o dia a qualquer companhia tecnológica ou a qualquer sociedade científica ou profissional.

Nem vamos sequer dedicar o dia a uma história de décadas, aos desafios a que correspondemos ou às dificuldades já ultrapassadas na implantação coclear em Portugal.

Vamos antes DEDICAR O DIA 25 DE FEVEREIRO, O DIA INTERNACIONAL DO IMPLANTE COCLEAR, a quem precisa: vamos dedicar este dia às pessoas.

Às pessoas que têm dificuldades em participar em conversas em grupo.

Às pessoas que não conseguem ouvir o telefone.

Às pessoas para quem uma reunião profissional é um pesadelo.

Às pessoas que não têm a oportunidade de apreciar a música, e muito menos em tocá-la.

Às pessoas que se sentem isoladas e sós.

Às pessoas que têm medo de perder o seu trabalho.

Às pessoas que já perderam o seu trabalho ou a possibilidade de trabalhar.

Às pessoas que fogem das outras pessoas, ou que se escondem.

Às pessoas que perderam o sorriso.

E tudo isto porque não ouvem.

E ainda às mães que não ouvem os filhos. E aos filhos que não ouvem nem irão ouvir, nunca, as suas mães.

E também aos avós que não podem ir buscar os netos à escola.

Ainda há um grande caminho a percorrer na implantação coclear em Portugal. Sendo que 90% a 95% dos doentes que podiam melhorar as suas vidas com um implante coclear por já não haver outra alternativa para melhorar a sua audição, não são implantados. A maior parte nem são avaliados.

E isto apesar da implantação coclear já ser acessível em Portugal a todos os doentes que dela precisem! Já temos Centros de Referência do Ministério da Saúde que disponibilizam este tratamento e a implantação coclear está também disponível em várias instituições privadas.

É preciso fazer com que estas pessoas sejam identificadas para saber que podem ser ajudadas. A responsabilidade é de todos.

Dos próprios, que têm um problema e a quem temos que ensinar que há uma solução.

Das famílias, que os devem estimular a que sejam avaliados e ajudados.

Dos audiolologistas, que são os primeiros a verificar que as próteses auditivas já não estão a ajudar os seus doentes e que é necessário procurar a solução seguinte, a implantação coclear, e que a mesma existe e está disponível.

E é ainda dos médicos de família, que devem ter uma sensibilidade especial para o impacto da surdez na vida das pessoas, e saber que, hoje em dia, mesmo em Portugal, podemos ajudar muito as vidas das pessoas surdas.

Vamos todos ajudar a que estas pessoas possam ter uma avaliação destinada a avaliar a sua elegibilidade para a implantação coclear. Se a avaliação for favorável e o doente implantado, como acontece na maior parte dos doentes que são avaliados, a implantação coclear irá mesmo mudar muito as suas vidas.

Queremos um país onde as cidadãs e cidadãos surdos tenham todas as oportunidades para serem ativos, úteis e integrados nas suas famílias e na comunidade. Que sejam felizes. Que não estejam esquecidos, marginalizados. Que não se distingam dos outros.

Se for assim, vale mesmo a pena comemorar o dia 25 de Fevereiro, o dia internacional do implante coclear!

DIA DO IMPLANTE COCLEAR – INVESTIR EM INCLUSÃO NÃO É UM CUSTO



WIDEX ESPECIALISTAS EM AUDIÇÃO

JORGE HUMBERTO MARTINS

Professor Adjunto Convidado da Escola Superior de Saúde de Alcoitão e Audiolologista Sênior da Widex

O Dia do Implante Coclear é uma oportunidade para refletir sobre a surdez e a disfunção auditiva, mas também sobre as soluções que a ciência e a tecnologia tornam possíveis.

O implante coclear transformou radicalmente o prognóstico da reabilitação auditiva de crianças e adultos com perda auditiva severa a profunda, permitindo-lhes aceder aos sons da fala, à aprendizagem e à vida ativa. Mas esta tecnologia, por si só, não garante inclusão. O seu sucesso depende de acompanhamento contínuo e da atuação de equipas multidisciplinares, onde o audiolologista desempenha um papel central.

Ao longo de quase 30 anos de experiência, tenho acompanhado centenas de pessoas desde o diagnóstico até ao seguimento ao longo da vida. O audiolologista integra a equipa que avalia, esclarece expectativas e orienta famílias e adultos na escolha da solução mais adequada. Uma avaliação rigorosa e uma correta seleção dos candidatos são determinantes para maximizar os resultados.

Após a cirurgia, inicia-se a fase mais exigente: a reabilitação auditiva. Em articulação com médicos, terapeutas da fala, psicólogos e profissionais da educação, o audiolologista é responsável pela programação do implante, pelos ajustamentos sucessivos e colabora no treino auditivo contínuo. Este acompanhamento técnico e clínico é o que realmente permite transformar estímulos elétricos em perceção sonora funcional, melhorando a comunicação, a autonomia e a qualidade de vida.

Nestes anos de trabalho na reabilitação auditiva, constatei que o verdadeiro sucesso do implante coclear vai muito além dos resultados audiológicos: mede-se na capacidade de tornar crianças e adultos mais autónomos, reduzir barreiras e a necessidade de apoios educativos prolongados, prevenir o absentismo laboral e promover a inclusão social. Na criança, a intervenção precoce e coordenada promove o desenvolvimento da linguagem oral, reduz barreiras no sistema de ensino e permite uma integração social plena desde os primeiros anos. No adulto, a reabilitação auditiva favorece a autonomia, a confiança, a participação social efetiva e a inclusão plena nos contextos profissionais e sociais. Como reconhece o Programa Nacional de Rastreio Auditivo Neonatal da Direção-Geral da Saúde, o diagnóstico e intervenção precoces são fundamentais para a inclusão e acessibilidade.

O Dia do Implante Coclear lembra-nos que o investimento em tecnologia e em acompanhamento especializado não é um custo, mas sim uma política pública inteligente, que garante cidadania, educação e emprego.

Para crianças e adultos com perda auditiva, o implante coclear, acompanhado por equipas multidisciplinares onde se incluem os audiolologistas, é uma solução concreta que transforma vidas e promove inclusão e acessibilidade em todos os contextos.



IMPLANTES COCLEARES: QUATRO DÉCADAS DE INOVAÇÃO QUE TRANSFORMAM A AUDIÇÃO

JOÃO JANUÁRIO

Especialista Clínico da Área Cirúrgica da WSA

A história dos implantes cocleares é marcada por inovação, persistência científica e impacto profundo na vida de milhões de pessoas. As primeiras sementes dessa tecnologia foram plantadas ainda no século XVIII, quando Alessandro Volta, em 1790, descobriu que a estimulação elétrica do ouvido podia gerar uma rudimentar sensação sonora.



O passo seguinte só aconteceria mais de 150 anos depois, em **1957** em Paris, os cirurgiões **André Djourno e Charles Eyriès** realizaram a primeira estimulação elétrica funcional da cóclea humana com a inserção de um fio de cobre, permitindo que uma pessoa totalmente surda conseguisse identificar sons.

O marco definitivo ocorreu em **1978**, quando **Rod Saunders** se tornou o primeiro indivíduo a receber um implante coclear funcional, em Melbourne, pelo otorrinolaringologista **Graeme Clark**, cuja motivação pessoal (a perda auditiva do próprio pai) o impulsionou a desenvolver uma solução clínica viável e eficaz. Este dispositivo permitiu a Saunders recuperar a percepção da fala e colocou o implante coclear na rota da aplicação global.

Ao longo das décadas seguintes, os implantes cocleares evoluíram em miniaturização, sofisticação e qualidade sonora. Os anos 80 e 90 trouxeram avanços em processadores de fala, estratégias de codificação e segurança cirúrgica, culminando na aprovação do implante coclear para adultos pela FDA em 1984, sendo Holly Taylor a primeira criança no mundo a receber um implante coclear, no dia **4 de junho de 1987**.

Em 16 de março de 1985 foi realizado o 1º implante coclear em Portugal, em paciente adulto, pelos pioneiros Dr. Manuel Filipe Rodrigues e Dr. Fernando Rodrigues, no Hospital dos Covões em Coimbra, introduzindo a técnica na população pediátrica portuguesa em 1992.

Até 2026, os implantes cocleares consolidaram-se como dispositivos de menor dimensão, mais inteligentes e integrados digitalmente, proporcionando experiências auditivas cada vez mais próximas do som natural.

Ao longo de mais de 40 anos, a Cochlear é a empresa com maior investimento em investigação e desenvolvimento de implantes auditivos (>\$2Bn), está presente em 180 países, e já mudou a qualidade de vida de 750 000 pessoas em todo o mundo, com os dispositivos com maior fiabilidade do mercado.

www.cochlear.com/us/en/professionals/products-and-candidacy/nucleus/nucleus-reliability

O mais recente sistema Cochlear™ Nucleus® Nexa™ é o primeiro e único sistema de implante coclear inteligente do mundo, foi concebido para responder às necessidades auditivas de cada utilizador, para que possa ouvir com confiança, e para o integrar num ecossistema interligado de apoio clínico e técnico, preparando-o para a tecnologia futura.

O sistema Nucleus Nexa traz uma vantagem distinta e diferenciada, é o primeiro e único implante coclear inteligente do mundo com memória interna e firmware atualizável, a informação auditiva exclusiva é armazenada de forma segura no implante, está sempre disponível e é facilmente transferível para um novo processador de som no futuro, em simultâneo tem a capacidade de evoluir ao longo da vida do utilizador, permitindo o acesso a novas funcionalidades sem necessidade de nova cirurgia.

O sistema Nucleus Nexa tem os processadores de som mais pequenos e leves do mundo, com autonomia de bateria capaz de acompanhar o quotidiano mais desafiante, proporcionando uma performance auditiva estável, independentemente do cenário acústico e do tempo de exposição. Equipados com a tecnologia Bluetooth® LE, os processadores de som Nucleus Nexa permitem transmissão de áudio diretamente para dispositivos compatíveis (smartphone, tv), bem como aceder ao que está a ser transmitido em fontes sonoras de locais públicos, como aeroportos, centros de conferências e teatros, com o sistema Bluetooth Auracast™.

A exigência de diferentes ambientes auditivos, encontra uma solução em ferramentas de apoio para gerir a audição, a aplicação Nucleus Smart permite personalizar o desempenho do implante de uma forma rápida, fácil e discreta. Adaptar os cuidados auditivos à dinâmica diária pode, por vezes, ser um desafio, mas o Remote Care torna simples e conveniente o acesso aos cuidados necessários, quer se trate de uma avaliação auditiva ou de uma consulta por videochamada, otimizando a resposta clínica e técnica adequada a cada utilizador. A trajetória dos implantes cocleares é, portanto, uma história de ciência aplicada ao serviço humano, uma prova de que a combinação entre curiosidade científica, engenho tecnológico e dedicação clínica pode transformar para sempre a forma como ouvimos o mundo.

ENTRE O SILÊNCIO E O SOM: UM RECOMEÇO

ANTÓNIO OLIVEIRA

Utilizador de implante coclear

Durante anos, António Oliveira viveu num território onde o silêncio era presença constante. Utilizador de implante coclear, a sua história é marcada pela resiliência, pela superação e pela redescoberta do mundo sonoro. Mais do que recuperar a audição, recuperou a pertença, a autonomia e a alegria de participar plenamente na vida.

Como descreveria o seu quotidiano antes do implante, sobretudo na forma como sociabilizava e os desafios que enfrentava?

Antes do implante, eu vivia a tentar decifrar o mundo apenas com os olhos. A leitura labial era a minha ponte para as pessoas, mas essa ponte era frágil e cansativa. Com o passar dos anos, comecei a sentir-me cada vez mais isolado. Mesmo rodeado de pessoas, a solidão fazia-se sentir. Em casa, sempre houve muito cuidado, era muito protegido. Mas, por exemplo, o meu filho chegava cheio de entusiasmo para contar o dia, e eu tinha de esperar que a minha mulher ouvisse primeiro para depois me passar tudo, resumidamente. Aqueles minutos de espera eram infinitos. Sentia que estava sempre um passo atrás em tudo. Na capoeira, que sempre foi a minha paixão e identidade, comecei a perder o ritmo. As músicas, as conversas, os ensinamentos... tudo exigia um esforço extra meu e de quem me rodeava. Eu adaptava-me, mas sentia que estava a perder ligação. Evitei amigos. Evitei conversas. Muitas vezes escondi-me para não ter de enfrentar o desconforto de não entender. Era uma tristeza silenciosa que carregava todos os dias. Falava, mas não ouvia – é difícil de entender –, o chamado surdo oralizado; o julgamento social existia.

Qual o impacto que o implante teve na sua vida e no seu quotidiano?

Mudou a minha vida por completo. Hoje acordo e ouço. Ouço passos, vozes, portas, risos. Ouço o meu filho sem precisar de intermediários. Ouço a minha mulher. Ouço a vida. Passei de alguém que estava à margem das conversas para alguém que participa naturalmente. Já não pergunto: "O que é que está a dizer?". Estou presente. No início, era tudo tão novo que queria falar ao mesmo tempo que todos, só porque finalmente podia ouvir. Hoje estou adaptado. Ouço com atenção. Sinto-me integrado. O implante devolveu-me algo que eu já estava a perder: pertença.

Depois da ativação do implante coclear, o que mais o surpreendeu – pela positiva ou pela negativa – na nova percepção sonora?

De negativo, nada tenho a apontar. O único momento difícil foi o medo inicial. A equipa médica do Hospital Egas Moniz ajudou-me;



Processador de Implante Coclear + Água (uso aquático).

O implante devolveu-me a audição. O processo devolveu-me a independência.

o facto de ter dois implantes internos e dois processadores externos – os meus novos ouvidos – assustava-me. Não conhecia atletas implantados. Perguntava-me se poderia continuar a treinar capoeira, andar de bicicleta, fazer surf. Tinha receio de perder a minha identidade.

Mas o medo foi passageiro. Hoje faço tudo. Sem limitações, mas com cuidados. O que mais me surpreendeu foi a riqueza do som. A quantidade de detalhes. Sons que eu não imaginava que existissem com tanta nitidez. Foi como descobrir um mundo paralelo que sempre esteve ali.

Mas há algo fundamental neste processo: eu não aprendi a ouvir sozinho. Houve muita dedicação e empenho, meus, da família e de todos os que me rodeiam. O acompanhamento da Widex foi determinante. Os ajustes constantes, a paciência, a dedicação em afinar cada som ao detalhe fizeram toda a diferença. Não foi apenas colocar um implante; foi reaprender a ouvir, com profissionais que caminharam comigo em cada etapa.

Cada ajuste era um passo à frente. Cada consulta era mais confiança. Senti que não era apenas um paciente; era uma pessoa acompanhada, respeitada e compreendida. Hoje acordo apaixonado pelos sons. Sinto que recebi uma segunda oportunidade na vida e sou profundamente grato por isso.

De que maneira o implante transformou a sua autonomia, confiança e participação social ao longo do tempo?

No início, ainda dependia muito da minha mulher e do meu filho. Era o hábito de uma vida inteira a precisar de apoio. Atender o telefone sozinho parecia um desafio enorme. Ir tratar de um assunto sem companhia dava-me insegurança. Mas, aos poucos, com o incentivo deles, fui percebendo que conseguia. Cada chamada atendida, cada conversa entendida, cada situação resolvida sozinho fortalecia-me. Hoje sou autónomo. Falo ao telefone com naturalidade. Entro em qualquer espaço com confiança.

O implante devolveu-me a audição. O processo devolveu-me a independência. E o apoio certo deu-me segurança para acreditar que eu era capaz. O implante coclear foi, sem dúvida, a melhor escolha que fiz e estou tão grato por poder ouvir todos os sons.

OUVIR É UM DIREITO, NÃO UM PRIVILÉGIO



ANTÓNIO RICARDO ANTUNES MIRANDA

Presidente da OUVIR – Associação Portuguesa de Portadores de Próteses e Implantes Auditivos

O Dia Internacional do Implante Coclear (25 de fevereiro) e o Dia Mundial da Audição (3 de março) são momentos de reflexão sobre um direito essencial: ouvir. Em 2026, esta reflexão ganha outro significado para a OUVIR, que celebra 15 anos de dedicação à defesa das pessoas com perda auditiva em Portugal.

O implante coclear transformou vidas, devolvendo som, comunicação e autonomia a milhares de cidadãos. Mas a tecnologia não é, por si só, solução. A reabilitação auditiva é exigente, contínua e emocionalmente desafiante, exigindo acompanhamento especializado e condições sustentáveis. Para muitas pessoas com surdez profunda, em particular utilizadores de Língua Gestual Portuguesa, a decisão de optar por um implante envolve dimensões identitárias que devem ser respeitadas. Importa garantir informação clara, liberdade de escolha e igualdade de oportunidades – nunca imposição.

Persistem, contudo, desigualdades significativas. Entre o SNS e o setor privado, variam tempos de resposta, manutenção, garantias e acesso à substituição ou atualização de processadores. Um implante não termina na cirurgia: implica custos permanentes. Quando termina a garantia ou surge a necessidade de upgrade, muitas famílias enfrentam dificuldades severas.

As participações são insuficientes e os seguros de saúde continuam a negligenciar a surdez agravada como problema de saúde pública. Também se verifica falta de literacia em alguns centros prescritores no âmbito do SAPA, atrasando processos essenciais como a substituição de processadores. A isto soma-se a ausência de respostas no território.

É urgente criar gabinetes de apoio à pessoa com deficiência auditiva em todo o país, incluindo no interior, garantindo proximidade e equidade no acesso.

Portugal precisa de um Programa Nacional de Saúde Auditiva, estruturado e contínuo, que acompanhe o cidadão desde o diagnóstico à reabilitação, seja por próteses auditivas ou implantes. Investir na audição é investir na inclusão, na educação e no trabalho. Ao fim de 15 anos, a OUVIR reafirma o seu compromisso: colaborar, propor e construir soluções. Celebrar estas datas deve traduzir-se em ação. Porque ouvir não pode ser um privilégio – é um direito fundamental.

O SILÊNCIO TAMBÉM SE LÊ NO DNA



HELENA CARIA

PhD Biologia- Genética, Investigadora no BiolSI |FCUL – One Health Genetic Research Lab/IPS|Professora Coordenadora com Agregação na Escola Superior de Saúde, Instituto Politécnico de Setúbal

A audição é essencial para comunicação, aprendizagem e integração social. A perda auditiva constitui um importante problema de saúde pública, com impacto no desenvolvimento cognitivo e profissional. Estima-se que 50–60% dos casos de surdez congénita tenham base genética, sobretudo nas formas neurossensoriais pré-linguais. Os avanços na genética molecular revolucionaram o diagnóstico e abriram caminho a novas abordagens terapêuticas também nos casos de disfunção auditiva.

A surdez hereditária, de etiologia genética, divide-se em **não sindrómica** (cerca de 70% dos casos) e **sindrómica** (associada a outras alterações). Pode ser autossómica recessiva, dominante, ligada ao X ou mitocondrial. Já foram identificados mais de 150 genes associados à audição onde as alterações genéticas identificadas podem afetar a várias funções como o transporte iónico, a função sináptica ou as células ciliadas da cóclea. O diagnóstico molecular baseia-se na identificação de variantes patogénicas através de teste genético, realizado a partir de sangue ou saliva. Tradicionalmente, iniciava-se pelo estudo do gene GJB2, frequentemente envolvido na surdez não sindrómica. Em situações específicas analisam-se outros genes, como por exemplo os associados ao síndrome de Pendred ou à ototoxicidade decorrente da sensibilidade a aminoglicosídeos. Atualmente, os painéis multigénicos por NGS são muitas vezes a primeira linha diagnóstica, dada a grande heterogeneidade genética associada à Surdez. O diagnóstico é conclusivo quando o padrão genético observado é compatível com o modo de hereditariedade: duas variantes em doenças recessivas, uma nas dominantes ou associação clara genótipo-fenótipo nas variantes associadas ao DNA mitocondrial, por exemplo. Em Portugal, o estudo da surdez hereditária iniciou-se há cerca de duas décadas, permitindo caracterizar o espectro de mutações na população portuguesa. Verificou-se que cerca de 20% dos casos não sindrómicos estão associados aos genes GJB2/GJB6, sendo que determinados genótipos estão significativamente associados a melhor performance oral após implante coclear. Atualmente, vários laboratórios disponibilizam testes genéticos na área. O diagnóstico molecular da surdez é um exemplo de medicina de precisão. Para além de identificar a causa genética, permite orientar a reabilitação, apoiar decisões familiares e possibilitar o acesso a terapias inovadoras.

A investigação em terapia génica tem mostrado resultados promissores, nomeadamente na surdez associada ao gene OTOF, observando-se a recuperação auditiva em crianças que nasceram surdas, após introdução do gene funcional nas células do ouvido. Outro desafio é a perda irreversível das células ciliadas da cóclea, que não regeneram espontaneamente em humanos. Estratégias de medicina regenerativa procuram ativar vias celulares para promover a formação de novas células ciliadas, havendo resultados encorajadores em estudos recentes. A integração entre diagnóstico precoce, genética e medicina regenerativa poderá transformar profundamente o panorama da surdez hereditária, aproximando-nos de abordagens cada vez mais personalizadas. Neste sentido, o diagnóstico molecular é uma ferramenta imprescindível. Mas atenção, procure sempre um geneticista para analisar o resultado do seu teste evitando as ofertas online de medicina lúdica que cada vez mais aparecem a todos nós.

OUVIR É COMUNICAR: A IMPORTÂNCIA DA SAÚDE AUDITIVA



PEDRO BRÁS DA SILVA

Terapeuta da Fala e Especialista em Audição e Linguagem Falada – certificado em Terapia Auditiva-Verbal

Desde a publicação do seu Relatório sobre a Audição, em 2021, que a Organização Mundial da Saúde (OMS) define a surdez e as perdas auditivas (sejam temporárias ou permanentes, periféricas ou centrais, unilaterais ou bilaterais) como uma condição de saúde pública, com impacto global, e que afetam atualmente mais de 500 milhões de pessoas, incluindo bebés e crianças.

No dia 25 de fevereiro, comemora-se o Dia Internacional do Implante Coclear (IC), uma das tecnologias auditivas que, desde há décadas, revoluciona a forma como o acesso auditivo é permitido a pessoas com surdez ou perda auditiva.

Poder ouvir bem e escutar não é um luxo; é, sim, uma condição fundamental de equidade, acessibilidade e garantia do que é mais estruturante na nossa condição social e humana: a comunicação. A surdez ou perda auditiva pode ser uma condição prévia à nascença, sendo, para isso, fundamental que as famílias e os cuidadores significativos tenham acesso a serviços altamente especializados em audição, desde o rastreio auditivo neonatal, o apuramento do diagnóstico e a intervenção precoce.

Ao longo da vida, todos estamos sujeitos a experimentar algum tipo ou grau de perda auditiva, por exposição prolongada ao ruído, por condições médicas que originam surdez ou pelo envelhecimento típico. Em qualquer uma destas situações, é importante alertar a população em geral e a comunidade médica em particular para não descuidarem a saúde auditiva, prevenindo situações de risco e antecipando o uso de tecnologia auditiva quando os primeiros sinais de perda ocorrem. A surdez é uma condição “invisível” aos olhos dos outros, ao contrário das pessoas que têm algum tipo de condição visual (e que usam todo o tipo de tecnologia para melhorar a sua visão).

Na minha experiência clínica, ainda observo que assumir essa condição de surdez e o uso da tecnologia auditiva carregam um estigma muito grande. Todavia, o custo-benefício de um bom acesso auditivo é enorme e permite que cada indivíduo possa continuar ativo e participante em conversas, manter um bom nível de acesso linguístico e desempenho cognitivo, nos vários contextos de vida. É fundamental que cada caso seja observado por equipas altamente treinadas e especializadas em Audição, por norma compostas por médico otorrinolaringologista, audiologista e terapeuta da fala, que saberão dar todas as informações e orientações para cada situação em particular.

Para mais informações sobre a saúde auditiva e as intervenções possíveis, recomendo a consulta das publicações e orientações do GRIS (Grupo de Rastreio e Intervenção em Surdez ao longo da Vida), da Associação OUVIR (utilizadores de tecnologia auditiva), assim como da comunidade UPA (Unidos pela Audição). Por fim, recomendo vivamente a leitura do livro **A Surdez e a Pessoa com Disfunção Auditiva**, recentemente lançado, uma obra que dá um panorama global sobre a atuação na Audição em Portugal e que inclui testemunhos de pessoas com surdez.

ALFACOOOP: EDUCAR PARA O MUNDO, SENTIR PARA O FUTURO

Há um verbo que atravessa o novo mandato da presidência da Alfacoop: consolidar. Depois de oito anos de crescimento e estabilização, a cooperativa que tutela o Colégio Alfacoop entra num novo ciclo com metas claras – reforçar património, expandir infraestruturas e aprofundar um modelo pedagógico que assume ambição internacional. Sérgio Lino, o presidente desta entidade fala num tempo de maturidade institucional: elevar o que foi construído a um novo patamar.

“Queremos continuar a valorizar o Colégio Alfacoop, melhorar as condições físicas e aumentar o património imóvel.” afirma, com frontalidade

A estratégia passa por investir em espaços que impactem diretamente o quotidiano dos alunos. Entre as prioridades estão o alargamento dos recreios do segundo ciclo – reconhecendo a importância do tempo informal no desenvolvimento social – e a construção de uma piscina de 15 metros, permitindo integrar a natação no quotidiano escolar.

Atualmente, a prática é assegurada fora do colégio, implicando deslocações e constrangimentos logísticos. “Se a natação faz parte do currículo, faz sentido que aconteça aqui, na nossa casa”, sustenta. A criação da piscina não é apenas uma melhoria infraestrutural; é também um reforço da autonomia pedagógica.

O objetivo quantitativo acompanha o qualitativo: ultrapassar a fasquia dos 1.200 alunos até ao final do mandato. A meta é assumida sem hesitação. “Temos de crescer de forma sustentada”, explica, lembrando que a consolidação financeira dos últimos anos permite agora pensar em expansão com maior segurança. Mas mais do que números, a ambição passa por criar pertença. “Queremos que os alunos sintam que esta é a casa deles. Que estejam confiantes, cómodos, felizes.” A ideia de casa surge repetidamente, como síntese de uma visão educativa que pretende conjugar exigência e proximidade.



SÉRGIO LINO
Presidente da Cooperativa
de Ensino Alfacoop

EDUCAÇÃO 5.0: TECNOLOGIA COM EMOÇÃO

Se há marca identitária nesta instituição, ela chama-se Educação 5.0. O conceito começou a ganhar forma em 2016, após um processo de reflexão interna sobre o futuro da escola. “Percebemos que não bastava ensinar conteúdos. Era preciso preparar o aluno para o ser um bom profissional, mas também um ser humano de excelência”, recorda.

“Este é um projeto inovador, um projeto de referência. Somos pioneiros na integração da tecnologia em sala de aula e no trabalho das emoções dos alunos, e é exatamente isso que pretendemos também aprofundar aqui. São duas dimensões distintas: a tecnologia não tem emoção; por outro lado, trabalhamos a dimensão emocional do ser humano através do nosso projeto educativo. Esta é a nossa grande visão e o nosso diferencial, até talvez, a nível nacional.

Além disso, temos vindo a estabelecer parcerias internacionais, estamos a desenvolver com os Estados Unidos várias colaborações. Em breve, visitaremos o Senado da Califórnia, assim como várias escolas da região. Eles estudam o que fazemos aqui e nós analisamos o que lá acontece. A ideia futura é implementar uma permuta de alunos e desejamos compreender como esta experiência transforma a aprendizagem e a vida dos alunos. Neste projeto, contamos com a dedicação do professor Celestino e da professora Isadora, duas profissionais extremamente empenhadas.

O projeto Educação 5.0 tem uma dimensão global. Acreditamos que as crianças devem estar preparadas para o mundo, para atravessar fronteiras e superar barreiras linguísticas, e é exatamente essa preparação que proporcionamos.” Explica Sérgio Lino. Este modelo em cinco dimensões – Tecnologia, Emoção, Espaço, Pedagogia e Envolvimento – e procura romper com a fragmentação tradicional do ensino. O que sustenta o projeto é a máxima (já referida): incorporar ferramentas digitais sem abdicar da dimensão humana.

Nas salas, utilizam-se óculos de realidade virtual, computadores e plataformas digitais. O objetivo não é substituir o professor, mas enriquecer a experiência de aprendizagem. “Se um aluno pode aprender matemática debaixo de água, numa experiência imersiva, porque não proporcionar isso?” questiona. A tecnologia surge como meio de motivação e de aprofundamento conceptual.

Acreditamos que as crianças devem estar preparadas para o mundo, para atravessar fronteiras e superar barreiras linguísticas, e é exatamente essa preparação que proporcionamos



Se há marca identitária nesta instituição, ela chama-se Educação 5.0. O conceito começou a ganhar forma em 2016, após um processo de reflexão interna sobre o futuro da escola.

Paralelamente, o trabalho emocional é estruturado. Empatia, altruísmo, comunicação positiva e capacidade de decisão são competências trabalhadas de forma intencional. “Queremos alunos que saibam pensar, mas também sentir”, sublinha. A educação emocional não é acessória; é parte integrante do currículo.

Os espaços acompanham essa lógica, são salas organizadas em mesa redonda que estimulam a cooperação e a partilha. “Se um aluno não consegue, outro ajuda. O professor orienta, mas a aprendizagem é construída em grupo.” Antes da exposição formal da matéria, os alunos são desafiados a pesquisar, a formular hipóteses, a trazer contributos. O ensino experimental e a autonomia são pilares assumidos.

Mas também a formação contínua dos docentes é outro eixo central. “Os professores têm de estar preparados para este novo mundo”, defende. Ferramentas digitais, inteligência artificial e metodologias ativas fazem parte do processo formativo interno, numa tentativa de alinhar práticas pedagógicas com as exigências contemporâneas.

Para o presidente, esta dimensão global não é luxo, mas necessidade. “O mundo não acaba em Braga nem em Portugal. Os nossos alunos vão competir e colaborar num contexto internacional.” A Educação 5.0, afirma, é pensada como um projeto de alcance mundial.



LABORATÓRIOS DE PARTICIPAÇÃO E CIDADANIA

No Alfacoop, os chamados “laboratórios” são acima de tudo cenários de experimentação prática. Cada sala é pensada como ambiente diferenciado, adaptado a dinâmicas colaborativas. “Tudo acontece em grupo. A aprendizagem é cooperativa.” Projetos concretos cruzam saberes académicos com responsabilidade cívica. Uma aluna assumiu a organização de uma visita de estudo: contactou a autarquia, tratou da logística, articulou transporte. “São cinco miúdos envolvidos, com espírito de responsabilidade e cidadania”, relata. O episódio serve como exemplo da autonomia que a escola pretende cultivar. O episódio serve como exemplo da autonomia que a escola pretende cultivar. A autarquia contactada pensava que se tratava de uma professora e estamos a falar de crianças de 12 anos. Esta responsabilidade organizacional é importante para que as crianças se sintam autossuficientes e confiantes nas suas capacidades.

O voluntariado também integra a formação. Os alunos participam em iniciativas solidárias e desenvolvem literacia financeira. Alguns criam pequenas empresas com apoio da cooperativa, aprendendo a gerir recursos e a tomar decisões. “Queremos formar boas pessoas: bons filhos, bons alunos e bons cidadãos.” A desta fórmula revela convicção.

Além disso, o pensamento crítico é incentivado diariamente. Debates, questionamento de ideias e resolução de problemas fazem parte do quotidiano. “Não queremos alunos passivos; queremos alunos interventivos.” A cidadania, neste modelo, não é disciplina isolada, mas prática transversal a todos os ciclos.

O voluntariado também integra a formação. Os alunos participam em iniciativas solidárias e desenvolvem literacia financeira. Alguns criam pequenas empresas com apoio da cooperativa, aprendendo a gerir recursos e a tomar decisões.



ENSINO PROFISSIONAL: PRÁTICA E FUTURO

A vertente profissional desenvolvida na escola Infante Dom Henrique, sob tutela da Alfacoop, é encarada como estratégica para o país. “É preciso desmistificar a ideia de que o ensino profissional é para alunos fracos. Não é. Este é o futuro do país, porque estamos com falta, e cada vez será pior, de capital humano nas áreas mais operacionais”, defende.

Com forte componente prática – cerca de 80% da formação ocorre em contexto interno – os cursos abrangem áreas como multimédia, desporto e indústria alimentar. Os restantes 20% decorrem em estágios externos, permitindo contacto direto com o mercado de trabalho.

Nesta área a taxa de empregabilidade ultrapassa os 90%. As parcerias empresariais regionais facilitam a transição para o emprego. “Há empresas que recrutam imediatamente os nossos alunos”, afirma. Para muitos jovens, o ensino profissional representa descoberta de talento e afirmação pessoal.

A vertente profissional desenvolvida na escola Infante Dom Henrique, sob tutela da Alfacoop, é encarada como estratégica para o país. “É preciso desmistificar a ideia de que o ensino profissional é para alunos fracos. Não é.”

GESTÃO EM ESCALA HUMANA

Gerir uma comunidade que abrange do pré-escolar ao 12.º ano implica desafios constantes. “Cada dia é novo”, admite.

As necessidades de uma criança do pré-escolar diferem das de um aluno do secundário, e a direção pedagógica foi agora reorganizada num modelo colegial, com quatro professores responsáveis por ciclos distintos.

O quotidiano envolve resolver conflitos, acompanhar dificuldades académicas, apoiar situações emocionais. “Educar é mais do que transmitir conteúdos. É ensinar responsabilidade, respeito e valores.” A missão, insiste, é formar caráter.

COLÉGIO
ALFACOOP
Colégio de Excelência orientado para o Futuro

O pensamento crítico é incentivado diariamente. Debates, questionamento de ideias e resolução de problemas fazem parte do quotidiano. “Não queremos alunos passivos; queremos alunos interventivos.”

Desde 2018, o crescimento tem sido consistente, tanto em número de alunos como em reconhecimento externo. O financiamento foi recuperado, a estrutura consolidada, a imagem reforçada, por isso outras escolas observam o modelo e adaptam práticas semelhantes.

No horizonte, permanece a convicção que orienta este novo mandato: inovar sem perder humanidade. Entre recreios ampliados, laboratórios colaborativos e experiências imersivas, a Alfacoop procura equilibrar o concreto e o intangível. Tecnologia e emoção. Estrutura e sonho. Isso molda cidadãos capazes e conscientes.

“Não queremos apenas alunos preparados para exames”, conclui o Sérgio Lino. “Queremos cidadãos preparados para o mundo.”



PADEL FEMININO PORTUGUÊS: UMA NOVA ERA DE TALENTO E COMPETITIVIDADE



PATRÍCIA RIBEIRO
Jogadora de Padel no Circuito Internacional

Em Portugal, o Padel feminino vive um momento de afirmação histórica. O crescimento da modalidade tem sido sustentado por referências de excelência: atualmente contamos com uma das melhores jogadoras do mundo (Sofia Araújo) e com outra atleta que foi decisiva para impulsionar a modalidade no nosso país (Ana Catarina Nogueira).

Estas referências funcionam como faróis para as gerações mais jovens, permitindo o aparecimento de novas jogadoras e elevando a competitividade interna. Um dos sinais mais claros deste trabalho foi o segundo lugar conquistado no mundial feminino de menores. Fica assim provado que a formação e o desenvolvimento de base, em Portugal, estão no caminho certo.

O papel da comunicação social tem sido crucial para dar visibilidade ao Padel, permitindo a sua aproximação ao grande público. A associação de figuras de destaque do desporto mundial, como Cristiano Ronaldo, Diogo Dalot ou Zinedine Zidane, entre outras, ajudou a projetar a modalidade e a consolidar o seu estatuto mediático.

No plano competitivo, o crescimento do circuito internacional é evidente. A expansão do circuito FIP, com especial destaque para a realização de vários torneios em Portugal, permitiu aumentar o número e, por consequência, a qualidade da competição, reduzindo custos e facilitando a conquista de pontos. A presença de atletas portuguesas nos torneios dos circuitos FIP e Premier confirma esta evolução.

Neste processo, o apoio da Federação Portuguesa de Padel tem sido determinante, numa fase em que a modalidade se afirma como produto global e alimenta a ambição de integrar o programa olímpico.

Sendo uma das modalidades com maior crescimento mundial, o Padel distingue-se ainda pela sua forte componente social. Jogado em duplas e com uma barreira técnica acessível, permite diversão e competitividade em qualquer nível, tornando-o inclusivo e apelativo.

Este contexto favorável levou também ao regresso de atletas que, em anos anteriores, tinham apostado em viver e treinar em Espanha. Atualmente, Portugal oferece melhores condições, treinadores mais qualificados e academias com ecossistemas completos de profissionalização. Este retorno elevou a qualidade dos treinos e começou a criar um polo de competitividade ibérico. Ao nível da seleção feminina, vivemos um claro processo de renovação. Se antes era difícil reunir 10 ou 12 jogadoras, hoje o desafio é escolher. Como capitã, tenho sentido um crescimento notável na entreejuda e na entrega quando representamos Portugal: temos bases sólidas para garantir o futuro do Padel feminino nacional.

PADEL PORTUGUÊS: UM PERCURSO DE GLÓRIA E UM FUTURO DE ESPERANÇA



RICARDO DA SILVA OLIVEIRA
Presidente da Federação Portuguesa de Padel

A Federação Portuguesa de Padel, fundada em 2012, iniciou uma jornada que muitos julgariam impossível. O que começou como o sonho de um grupo restrito de entusiastas é hoje uma realidade incontornável no panorama desportivo nacional. Olhar para trás é sentir um orgulho que mal cabe no peito, porque o caminho foi longo, exigente e, em grande parte, percorrido pro-bono por aqueles que acreditaram na modalidade quando ninguém sabia sequer o que era o Padel.

Este crescimento não aconteceu por acaso. Foi fruto de uma estratégia clara, de uma visão de futuro e de um trabalho hercúleo de clubes, treinadores, árbitros e dirigentes. É a todos eles que endereço o meu mais profundo agradecimento.

Graças a este esforço coletivo, Portugal afirmou-se, de forma incontestável, como a segunda potência europeia e a terceira potência mundial. Resultados como os títulos de Vice-Campeões da Europa e do Mundo, e as medalhas em Mundiais são o testemunho do talento e da resiliência da nossa “Geração de Ouro”. O Padel é hoje uma modalidade consolidada, cuja popularidade em Portugal apenas encontra paralelo no futebol, e a nossa ambição é continuar a trilhar este caminho de sucesso, cimentando o nosso lugar entre os melhores do mundo. A nossa aposta no Padel Jovem e no Gabinete de Apoio ao Rendimento Desportivo (GARD) é a garantia de que este legado terá continuidade. Os jovens são o futuro da nossa modalidade e é para eles que trabalhamos diariamente. Nesse sentido, assumo aqui o meu compromisso pessoal e o empenho total da Federação em realizar o Campeonato Europeu de Jovens em Portugal ainda este ano. Será mais um marco histórico para o padel nacional e internacional. E não ficaremos por aqui: em 2027, o meu desejo é que os nossos atletas absolutos possam disputar a final do Europeu em solo luso, perante o seu público, numa consagração merecida de anos de dedicação. Contudo, a vitalidade do nosso desporto não nos torna indiferentes à dura realidade que o país atravessa. Portugal tem sido assolado por cheias que deixaram um rasto de destruição, perdas de vidas e famílias desalojadas. A minha solidariedade e a de toda a Federação vai para todos os que sofrem neste momento crítico. Entre os afetados, encontram-se muitos dos nossos clubes de padel, que viram os seus campos destruídos e enfrentam agora dificuldades hercúleas para suportar os custos de reparação e retomar a sua atividade. Sem qualquer intuito de crítica política, mas por dever de representação, deixo aqui uma sugestão construtiva ao Governo: a criação de uma linha de apoio financeiro, ou mesmo de crédito bonificado, que permita a estes clubes superar esta catástrofe. Estes espaços são motores de saúde pública e de economia local; ajudar a sua reconstrução é investir na resiliência da nossa sociedade. O Padel está forte e assim continuará. Com o empenho, o esforço e a união de todos, superaremos as dificuldades e continuaremos a erguer bem alto a bandeira de Portugal.

PADEL EM EXPANSÃO: PORTUGAL A BRILHAR NO PALCO INTERNACIONAL



MIGUEL DEUS e NUNO DEUS
Jogadores Profissionais de Padel

O Padel é uma modalidade que se encontra em franco desenvolvimento a nível mundial, registando um crescimento extraordinário em vários continentes. Aquilo que começou como uma atividade de cariz essencialmente social transformou-se, em poucas décadas, num desporto com uma forte estrutura competitiva, capaz de mobilizar atletas, clubes, federações e milhões de praticantes. Países como Espanha e Argentina mantêm um papel central na história e evolução da modalidade, mas o Padel expandiu-se de forma consistente pela Europa, América, Médio Oriente e Ásia, afirmando-se como um dos desportos com maior taxa de crescimento global. Este desenvolvimento sustentado tem levado a que o Padel seja hoje encarado como um verdadeiro potencial olímpico.

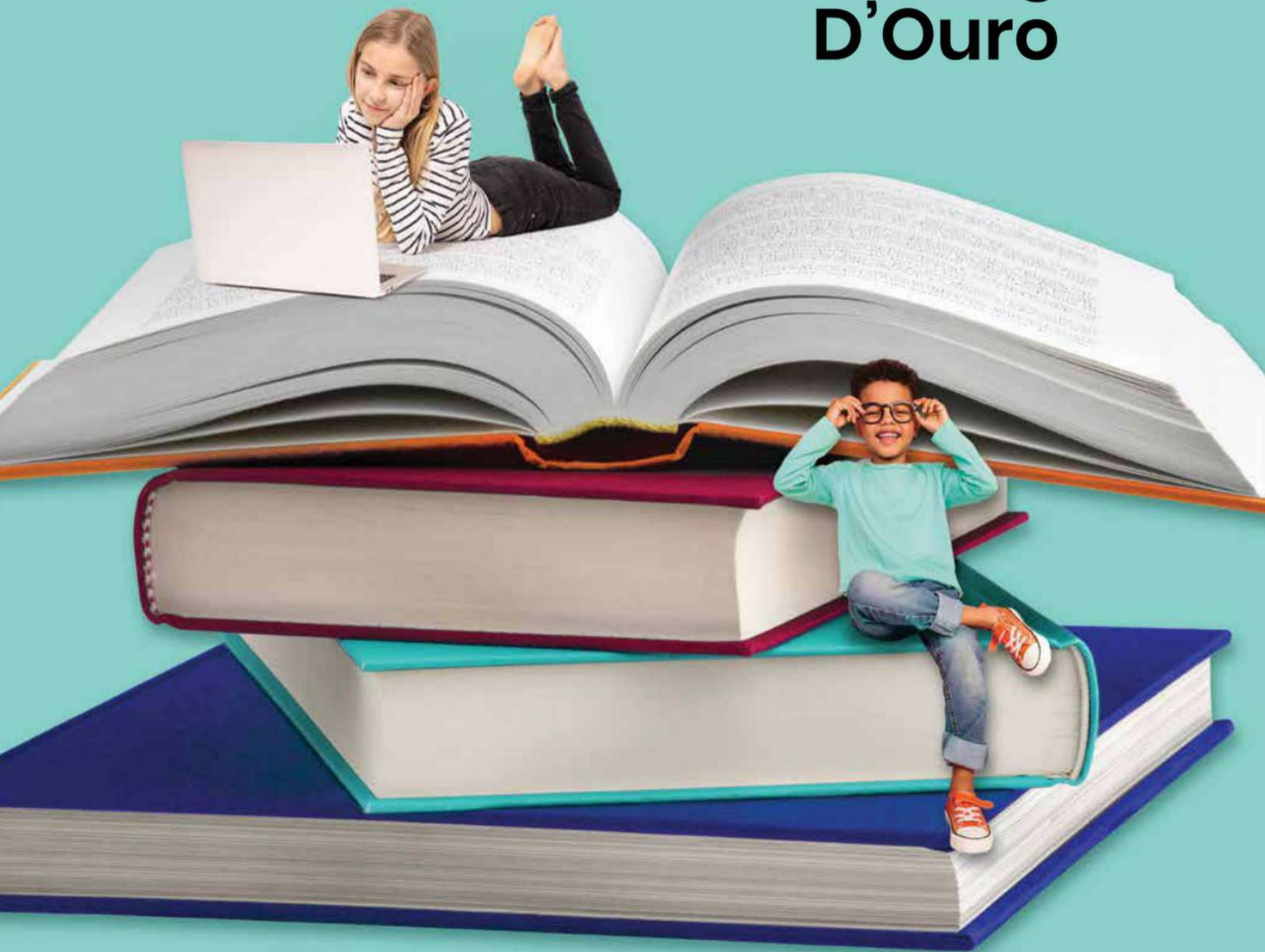
A possibilidade da sua inclusão nos Jogos Olímpicos, numa fase inicial como modalidade de exibição, representa um objetivo ambicioso e um reconhecimento inequívoco da sua relevância internacional.

Em Portugal, temos acompanhado esta evolução de forma notável e, por isso, somos reconhecidos como uma das principais potências mundiais, apontados como estando no terceiro lugar do ranking mundial, logo a seguir a espanhóis e argentinos. Esta posição resulta do crescimento expressivo do número de praticantes, da qualidade das infraestruturas existentes e do desempenho consistente dos atletas portugueses em competições internacionais. No nosso país, são cada vez mais aqueles que jogam Padel, independentemente do género ou da idade. O carácter acessível e inclusivo da modalidade, aliado a uma curva de aprendizagem rápida, permite que qualquer pessoa possa praticar e evoluir ao seu ritmo. Os campos recebem diariamente milhares de jogadores, uns, essencialmente, pelo prazer do jogo e pelo convívio social, outros com uma clara ambição competitiva.

Para que a alta competição continue a evoluir e para que Portugal possa manter o seu lugar de destaque no panorama internacional, é fundamental garantir uma base alargada de praticantes, pois só com um número significativo de jogadores é possível identificar talentos, criar um contexto competitivo exigente e assegurar uma renovação contínua de atletas. Neste contexto, assume particular importância a realização de competições internacionais em Portugal. Em 2025 assistimos a um aumento significativo de torneios FIP, que funcionam um pouco como a segunda divisão mundial. Foi, sem dúvida, uma mudança enorme e bastante positiva para o Padel português, permitindo, finalmente, aos nossos atletas competir no circuito internacional com bastante regularidade e sem os custos enormes associados a jogar no estrangeiro. No entanto, foi mais um ano sem um torneio do principal circuito internacional, o Premier Padel. Ausência que se irá manter em 2026. A presença de um evento desta dimensão no país teria um impacto determinante no crescimento do Padel nacional, permitindo aproximar os melhores atletas do mundo do público português, inspirar as novas gerações e elevar os padrões de exigência desportiva. Neste sentido, um torneio Premier Padel em Portugal representaria também uma oportunidade estratégica de projeção internacional, reforçando a imagem do país como referência mundial da modalidade. Para além do impacto desportivo, este tipo de evento teria efeitos positivos ao nível económico, turístico e mediático, contribuindo para a valorização das infraestruturas, para o desenvolvimento de competências técnicas e para o fortalecimento de toda a cadeia de valor da modalidade. Obviamente que sonhamos com o facto de poder jogar um torneio do circuito Premier Padel em Portugal. Jogar em solo português com milhares de pessoas (sim, temos a certeza de que lotaríamos qualquer recinto em Portugal) nas bancadas a torcer por nós, seria único. Mas, mais do que esse desejo pessoal, temos a plena convicção de que o Padel português merece acolher uma competição destas, por tudo o que já conquistou na sua história. Para a época de 2026 sabemos que os nossos objetivos estão relacionados com a necessidade de reforçar a nossa posição no lote dos melhores do mundo. Terminamos a época anterior a integrar o grupo restrito das 25 melhores duplas do mundo. Esta é uma posição que gera responsabilidade, mas que ao mesmo tempo serve de tónico para o trabalho árduo que temos pela frente. Queremos continuar a desbravar este caminho com sucesso, como campeões nacionais assumimos a pressão de conviver num circuito internacional onde se joga a um nível altíssimo e com uma exigência física duramente elevada. Aproveitamos este espaço para partilhar a nossa ambição com um lote numeroso de talentos portugueses, dos géneros feminino e masculino, que nas provas nacionais e internacionais, tem mostrado uma qualidade acima da média, que permite perspetivar um futuro cada vez mais brilhante para o nosso Padel.

D'O

**Bagos
D'Ouro**



**A mudar
a história
das crianças
do Douro**

Prémio Literário Natália Correia

— VI Edição —

Género:
Ficção

Prazo limite de candidaturas:
31 de março de 2026

Prémio:
**7500€ + publicação
da primeira edição**

Regulamento disponível em
www.cm-pontadelgada.pt

Informações:
premionataliacorreia@mpdelgada.pt
+351 296 304 400